

CELITO KESTERING

Celito Kesting

CIDADÃOS
TATAUÍ

Celito Kesting

Cidadãos Tatauí



Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kesting

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kesting

Cidadãos Tatauí. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 344p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-0267-9 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Patrimônio. 3. Memória. 4. História. 5. Autor. I. Título.

CDD – 370

Capa: Andersen Bianchi com criação de Celito Kesting

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Eu sou Maria de Carvalho. Nasci e me criei na Juacema e agora estou morando aqui, em São Gonçalo da Serra. Daqui eu só saio quando Deus me chamar. Enquanto Deus não me chamar, daqui eu não saio. Eu tenho fé em Deus. Aqui eu estou e aqui eu hei de ficar.

Nós quatro, mora todos quatro em uma morada só: Maria de Carvalho, José de Carvalho, Romualdo de Carvalho e Antônio de Carvalho.

Meu pai era vaqueiro. Ele morava lá [em Juacema]. De lá passou para aqui e aqui ele se acabou. Eu fiquei aí, mais meus irmãos. (MARIA DE CARVALHO *apud* GUNTEN, 1990).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	NAS TERRAS DE FRANCISCO RODELAS	25
3	UMA HISTÓRIA PARA DUAS CIDADES	57
3.1	Um Sobradinho no Sertão de Rodelas	61
3.2	Colonização Efetiva de Sobradinho	71
3.3	Construção da Barragem	83
3.4	Resistência e Luta	101
3.5	Na Hora Crucial Havia Anjos em Guarda	132
3.5.1	Nivaldo Garimpeiro	133
3.5.2	Tenente Eduardo	135
3.5.3	Jaime Barbosa, Vicente Mendes e Pedro Bila ..	135
3.5.4	José França de Souza	136
3.5.5	O Mensageiro da Morte	137
3.5.6	Joselito Macedo e Maria Rizonilde	141
3.5.7	Indígenas Tuxá	142
3.5.8	Expedito Nascimento	142
3.5.9	Paulo e Elza Freire	143
3.5.10	Dom José Rodrigues de Souza	144
3.5.11	Reitor da UNIVASF	148
4	PLANO DE DESENVOLVIMENTO	149
4.1	Recomposição Ambiental e Patrimonial	202
4.1.1	Parque de Preservação Permanente	203
4.1.2	Reserva Ecológica e Arqueológica	207
4.2	Geração de Energia Elétrica	256
4.3	Pelo Turismo	258
4.3.1	O que se fez e o que ficou para se fazer	261
5	IDENTIDADE NA DIVERSIDADE	271
5.1	De Abóbora faz Melão	274
5.2	Ciranda	275

5.3	Saga do Vaqueiro	277
5.4	Roda de São Gonçalo	278
5.5	Xaxado	282
5.6	Reisado	286
5.7	Quadrilha	288
5.8	Roda de Capoeira	291
6	CIDADANIA TATAUÍ	293
6.1	A Flecha Kaster - Böger	294
6.2	O Fogo Massacará - Soares	304
6.3	A Resistência Tamoquim	315
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	319
	REFERÊNCIAS	325

1 INTRODUÇÃO

Quando menino, eu era uma cria humana infeliz, a sequela de um maldito coito, um coitado. No recôndito dos pensamentos, amaldiçoava todo dia o egoísta ato genitor, responsável por meu existir. Ao travesseiro eu segredava que o não nascimento teria sido melhor, muito melhor que a vida. Lamentava profundamente a condição humana que ouvia dizer ter-me sido imposta por um ato monocrático e extremamente autoritário do sempiterno criador do universo e da humanidade.

Minha náusea existencial transcendia muito o horizonte da vida. Além do tormento de uma angústia profunda, eu alimentava a certeza de que, quando morresse, os capatazes de Lúcifer e Belzebu seguramente me arrastariam para arder nas eternas chamas do inferno. Naquele lugar maldito, escuro e fétido, eu sentiria dores mais cruéis que as queimaduras de terceiro grau, enquanto houvesse nele uma fagulha do eterno fogo ardente que se dizia ser muito mais quente que o da fornalha em que, para apurar o açúcar mascavo, meu pai fervia por três vezes a doce garapa da cana.

Anos mais tarde, no Nordeste do Brasil, compreendi que minha profunda angústia existencial se gerou grandemente por um problema crônico da humanidade: o conflito do antropofágico colonialismo etnocêntrico das tradições romana e germânica, estribadas nas filosofias helênicas e princípios religiosos judaicos, contra os sentimentos libertários dos grupos autóctones da América Latina. Educados milenarmente para identificar, cultivar e cultuar valores patrimoniais e culturais próprios, os colonizadores não têm a mínima condição de reconhecerem e respeitarem o patrimônio natural e cultural dos outros. Elaboram

ideologias de extermínio étnico das populações nativas e, sem pejo, apropriam-se dos patrimônios delas.

A referência de conduta coerente com os princípios da tradição romana e germânica da família Kesting, que se enfatizava nas conversas coloquiais do dia a dia, era a de meu avô paterno. Enquanto se almoçava na roça, sentados ao chão, em torno a uma grande bacia com pirão de feijão escaldado, arroz, batata inglesa e carne de porco, meu tio José Kesting (Tio Zeca), não poucas vezes, repetia que seu pai gostava muito de trabalhar com empregados negros e mestiços. Não apreciava trabalhar com brasileiros de ancestralidade açoriana. Perguntado pelo motivo, de pronto respondia que esses negavam-se a atender exigências básicas de convivência harmônica como: morar com sua família na casa grande da fazenda, de segunda a sexta feira, para iniciar bem cedo as diárias lides rotineiras da roça; aprender alemão para rezar em dialeto Westfaliano um pai nosso e uma ave Maria, antes e depois de cada refeição, bem como acompanhar a reza de um terço completo do rosário à noite, antes de dormir.

Com os trabalhadores a quem chamava de camaradas, o almoço das nove horas, a janta do meio dia e o café da tarde serviam-se em grandes bacias ou cestas de vime, como na intimidade familiar fazia-se rotineiramente, com ou sem a presença deles. Minha Tia Maria justificava as exigências de seu pai, conforme relatava Tio Zeca, porque o padre Roher, na última missa que celebrou, à sombra da figueira que havia na sede da colônia, dissera claramente que as famílias teutônicas prosperariam no Brasil se conservassem os costumes da Velha *Westphalia*. Durante o sermão, ele enfatizara que preservassem os três elementos essenciais da tradição da Diocese de *Münster*: cultura, língua e religião católica. Minha Tia Maria prolongava sua argumentação mais que dogmática em defesa da perseverança nos costumes

herdados dos ancestrais do Velho Mundo com a frase emblemática de todo colonizador: Os brasileiros são todos uns têm nada.

Nada ter abrangia tudo: patrimônio material e imaterial, memória, identidade, caráter, confiabilidade, tradição, espiritualidade, religião, educação e beleza. Os brasileiros eram os bárbaros, selvagens, ignóbeis, ignotos e indesejados. Na sua autenticidade, eles eram ninguém, o reverso do bom e do bem. Os colonizadores teutônicos reconheciam-nos e valorizavam-nos na proporção direta da aprendizagem e submissão deles aos atributos se sua própria identidade, condensados nos costumes, na língua e na religião católica tridentina.

Em minha mente infantil, já se plantara a ideologia do extermínio das populações autóctones na região litorânea do Estado de Santa Catarina. Em todo Vale do Braço do Norte atribuía-se aos bugreiros¹ a responsabilidade por esse empreendimento de assepsia étnica nas terras do Conde de Orleans. Dizia-se que as tribos sobreviventes teriam migrado para os altiplanos da Serra Geral ou campos do Oeste gaúcho, catarinense e paranaense. Sobre eles, falava-se que eram ferocíssimos, traiçoeiros e resistentes. Discursava-se que a distância era a melhor estratégia para uma vida harmônica com os nativos sobreviventes. Não se cogitava a mínima possibilidade de que, pela miscigenação genética e cultural, durante os mais de duzentos anos que antecederam a migração alemã, tivessem ocorrido casamentos ou acasalamentos entre os autóctones e os colonizadores portugueses da ilha de Açores. Era confortável ordenar os outros pelos parâmetros exclusivos da rebeldia ou

¹ No Sul do Estado de Santa Catarina, os índios eram genericamente chamados de bugres, assim como no sertão nordestino eram conhecidos como tapuias, sem reconhecimento de etnias. Bugreiros eram profissionais responsáveis pelo seu extermínio.

indocilidade dos brasileiros que nada tinham e da reverência ou submissão dos negros e mestiços.

Nas terras do Patrimônio Dotal da Princesa Isabel havia nichos territoriais específicos de colonização italiana, alemã e de brasileiros, próximo aos quais habitavam os negros e os mestiços destituídos de áreas próprias de refúgio. Esses formavam pequenos clãs, com o aglomerado de casebres dos filhos que, à proporção de seus casamentos, ampliavam o entorno próximo da residência da matriarca, comumente mais longeva que seu marido. Distinguiam-se dos italianos, germânicos, poloneses e brasileiros, muito mais pelos costumes e crenças do que pela cor ou qualquer atributo outro de identidade. Em um desses clãs, morava a Negra Jordina, matriarca de numerosa prole, conhecida regionalmente como a mandingueira mais competente do Vale do Braço do Norte e, quiçá, do Rio Tubarão. Apesar de sua autonomasia sugerir ancestralidade africana, realizava rituais vinculados à tradição indígena e promovia curas para doenças do mundo, das florestas e dos encantos molestados pelos encostos espirituais nocivos.

O padre Leonir Dall’Alba narra ainda em seu livro **O Vale do Braço do Norte** que, num certo dia, lá pelo ano de 1970, próximo do ano do centenário, o Pedro Philippi e o Guilherme Daufenbach, ambos moradores de São Ludgero e filhos de imigrantes, contaram para ele que a divisão dos lotes para os colonos começou no meio do caminho, entre a Barra e São Ludgero, na curva do rio onde morava o Agostinho Becker, tio do meu pai.

A afirmação de Pedro Philippi e Guilherme Daufenbach não é de todo convincente, mas de conformidade com relatos de Augustinho Böger, para baixo da terra de Agostinho Becker, sempre moraram quase só brasileiros, e que os colonos de origem alemã conseguiram terras naquela região mais tarde e não na divisão de lotes, quando da chegada, em 1873. (BÖGER, 2013, p. 17).

Meu avô materno Augusto Böger, décimo filho dos imigrantes Heinrich Böger e Anna Margareth Wernke, nasceu em casa, na margem direita do Rio Braço do Norte, no lado setentrional da atual cidade de São Ludgero. Tinha seis anos de idade quando, em 1892, seu pai faleceu. Cresceu e educou-se no seio da colônia alemã da Diocese de *Münster*, com base nos mesmos princípios da Tradição romana e germânica, em companhia de sua mãe e irmãos.

Augusto era um homem forte, com mais ou menos um metro e oitenta centímetros de altura, porte atlético, pernas e braços longos, rosto oval, cabelos castanhos, e barba abundante. Gostava de se vestir bem, caprichar no visual e de usar botas compridas e bigode. Lutador incansável, não fugia das dificuldades. (BÖGER, 2013, p. 40).

O pai de minha mãe era decidido. Se por uma boiada provocassem-lhe a uma contenda, por um bezerro contornava-a. Foi assim que, ao se fazer a divisão do patrimônio material de meu bisavô, seu finado pai, sentiu-se injustiçado. Não quis confusão, porém. Mudou-se para o alto do Morro do Gato onde, durante algum tempo, residiu e cultivou terra. Pela dificuldade de escoamento da produção agrícola daquele inóspito e íngreme lugar, decidiu transladar-se para a Ponte Baixa, território de concentração populacional brasileira. Comprou uma terra, estabeleceu-se e constituiu família em território onde moravam quase que exclusivamente brasileiros que nada tinham.

Não lhe sorriram os dias e as noites vividas no contexto revanchista dos brasileiros maltratados pela teutônica discriminação colonialista imigrante. Amargou incontáveis e infundas ironias, soslaio e augúrios de insucesso. Resistiu, sobreviveu, casou e constituiu família naquele território brasileiro inóspito. Com o passar do tempo, porém, granjeou a confiança, o afeto, a amizade e o companheirismo dos vizinhos que originalmente também ele pensava nada terem.

Da partilha e do compartilhamento de seu exótico patrimônio material e imaterial, não poucas vezes serviu-se para conquistar relativa qualidade de vida. Quando, por uma razão ou outra, algum de seus filhos acometia-se de enfermidades naturais e/ou espirituais, não titubeava em procurar os prestimosos conhecimentos de um mandingueiro ou benzedeira.

A vida era de rachar o calcanhar. Não tinha moleza nenhuma. Primeiro, havia muito medo. Quando a gente ia de um lugar para outro, pelas picadas, o cachorro ia à frente. Na cintura, um facão bem afiado, e os mais velhos, quando tinham, iam com uma pistola pica-pau na cintura. Ninguém podia se arriscar muito. Falavam em tigres e bugres matadores. Não havia como ficar despreocupado. De noite, quando os cachorros davam sinal de que estavam com medo e vinham até a porta da casa com o rabo entre as pernas, ganindo, era um sinal certo de que algum bicho brabo ou algum bugre [índio] estava rondando. As doenças eram a grande preocupação de todos. Inflamação por ter pisado em prego, espinho ou estrepe, mordida de cobra, apendicite, febre alta, o sujeito podia se preparar porque era morte quase certa. Todos tinham que apelar para vizinhos ou parentes e correr para onde dava. Médicos no lugar não havia. Os doentes da nossa região que podiam corriam para a cidade de Tubarão. Iam de aranha, carro de boi, maca ou trem, a partir de Pedras Grandes. (AUGUSTINHO BÖGER, 1984 *apud* BÖGER, 2017, p. 163).

O décimo filho do colonizador alemão Heinrich Böger tinha somente 51 anos de idade quando faleceu, em 1937, vitimado por paratifo concomitante a picada de jararaca (*Bothrops jararaca*). Em um carro de bois, debalde ele foi buscar socorro médico na cidade de Tubarão, a mais de 20 km de distância de sua roça. Alguns dias depois, retornou o rústico transporte, sobre cuja mesa jazia seu inerte corpo, envolto em um branco lençol, sem o precioso sopro vital. Foi cruel para minha avó Paula Becker e seus onze filhos sobreviverem exclusivamente do que a roça produzia naquele

acidentado território de brasileiros. Teriam sucumbido por certo, não fossem a generosidade e prodigalidade típica da cultura de seus vizinhos, filhos da gentil pátria amada.

O segundo mais novo dos treze filhos de meu *Bestfather*² José Kesting e de minha *Bestmother*³ Francisca Loch, meu pai Luiz Kesting casou-se com minha mãe Tabita Böger, a terceira mais nova dos onze filhos de meu *Grossvater*⁴ Augusto Böger e de minha *Grossmutter*⁵ Paula Becker. O ritual religioso ocorreu no dia 02 de setembro de 1949, na igreja sede da colônia alemã de São Ludgero. Minha mãe mudou-se, então, do território brasileiro da Ponte Baixa para a casa de meus avós paternos, situada aos pés do Morro do Gato, em nicho de genuína colonização alemã do Vale do Braço do Norte. Na casa grande de meus avós paternos, meus irmãos e eu nascemos e criamos-nos no usufruto do afago dos genitores e dos tios José, Maria e João que não casaram. Nesse ninho de amor crescemos em idade, conhecimento e graça.

Na escola e na catequese, porém, meus irmãos mais velhos e eu vivenciamos o terrorismo diário de um genuíno bombardeio ideológico das tradições romanas e germânicas, travestidas de ensinamentos religiosos judaicos e princípios filosóficos helênicos. Nas prematuras conexões neurais hiperativas de menino mais que travesso, onde já se alojara o embrião do raciocínio lógico, germinava doentio meu sensível sistema emocional, em espinhoso berço de angústias existenciais. Pela lógica dedutiva era fácil concluir que seria impossível um menino travesso, hiperativo e ávido de vida plena como eu, ser feliz no paraíso eterno dos mansos cordeiros, obedientes aos princípios das tradições do Velho

² Avô, em dialeto da Westphalia - DE

³ Avó, em dialeto da Westphalia - DE

⁴ Avô, em dialeto de Hunsrück - DE

⁵ Avó, em dialeto de Hunsrück - DE

Mundo. A felicidade infinita, no éden celestial, em companhia de Deus, dos anjos e santos, tão somente seria para as almas puras dos calmos, quietos, cordeiros, piolhos de igreja, ratos de sacristia e/ou abestalhados.

Eu era um mijolo humano desgraçado, condenado à insanidade mental, à debilidade física, à morte prematura e ao infinito fogo do inferno, se lá permanecesse. Alimentava-me muito mal. Não eram gostosas as comidas postas à mesa, por fartas e variadas que fossem. Quase todos os dias, atropelavam-me intensas cólicas intestinais e malditas enxaquecas. Faltava-me oxigênio quando, na escola, rezava-se o terço ou assistiam-se as missas celebradas por um padre acometido de todas as insanidades mentais adquiridas no cruel massacre moral imposto pelos soldados norteamericanos ao povo alemão, no final da II Guerra mundial.

Nas noites de minha infância não havia espaço e nem tempo para sonhos. Importunavam-me renitentes pesadelos cuja temática, infalivelmente previsível, resumia-se a um tremendo e insustentável desafio que me propunha um clérigo, representante do sempiterno criador do universo, sacramentado pela Igreja de Roma, conforme ritual preceituado pelo Direito Canônico. Alvitrava o porta-voz do Deus de Trento fazer sentir-me uma minúscula cambacica (*Coereba flaveola*) cujo sentido existencial e respectiva salvação perene dependiam do dilapidar de um monstruoso rochedo, exacerbadamente resistente e áspero. No transcorrer do recalitrante pesadelo, com apalpadelas e leves contatos faciais, eu testava a rugosidade e a resistência do enorme maciço cristalino. Sentia-me o mais asqueroso e impotente dos vermes, diante da imposição de responsabilidade muitas vezes mais difícil que a de Atlas quando Zeus determinou que ele sustentasse para sempre o céu aos ombros. Acordava clamando por socorro, em soluções e copiosas lágrimas de desespero.

Às noites mal dormidas seguiam-se intermináveis dias, com enxaqueca, gastrite, astenia e inapetência, flores malcheirosas, macabras e antropofágicas da profunda e crônica náusea existencial. Quando a saúde debilitava à exaustão, minha genetriz não titubeava em perder um dia de trabalho na roça para me entregar aos cuidados da negra mandingueira Jordina. Como esquecer o perfume suave das plantas aromáticas que ela punha em infusão para, ato contínuo, a cantarolar banhar-me em rústica bacia artesanal, esculpida a golpes de enxó no robusto corpo de uma autêntica morácea costeira? Como desdenhar sua benfazeja ordem para que eu deixasse lá, com ela e seus encantados, a responsabilidade pelo dismantelar do enorme rochedo que o sistema colonialista impusera como peçonhento e pestilento encosto espiritual?

Feliz decisão a que me fez sair, roendo amarga saudade, do ninho quente de amor, da casa de meus pais, onde a morte rondava-me com sua gadanha afiada, travestida na estrutura e forma de hediondo rochedo fantasmagórico das colonialistas tradições culturais e religiosas romanas e germânicas. Eu tinha dez anos completos quando saí de casa para estudar no seminário. Era a primeira vez que eu deixava o seio da família. O acontecimento revestia-se de relevância muitas vezes superior ao que representava o simples ritual de traslado de um neófito aos renques eclesiásticos, do povoado do Morro do Gato para o Educandário São Joaquim, então Seminário Menor de São Ludgero.

Do Morro do Gato ao ateneu cultural e religioso do núcleo de colonização alemã do Vale do Rio Braço do Norte viajava-se a pé, cavalo ou carro de boi. Eram poucas as famílias daquele povoado que tinham charrete. Não sei por que, junto ao Morro do Gato, chamava-se charrete de aranha. Tio Paulo possuía uma aranha. Ela era diferente das outras que eu conhecia porque era munida de freio. Os cavalos do tio Paulo

não precisavam esforçar-se tanto quanto os dos outros colonos alemães para segurar a aranha nas descidas íngremes da estreita estrada do Morro dos Locks.

No dia de minha partida, acordamos muito cedo, como de costume. Enquanto minha mãe e eu terminávamos de arrumar as malas, meu pai punha os bois à canga e amarrava-os no mourão da porteira, na saída do terreiro da casa. Nossos bois, o Barroso e o Queimado, eram bons, bem domados e mansos. Aravam terra, tiravam madeira em carretão, sulcavam, gradeavam o solo e puxavam o carro, em posição ereta, sem se estribarem⁶ como o faziam algumas juntas mal domadas de bois que eu conhecia.

Fizemos a costumeira oração que precedia o café da manhã. Servimo-nos do café que se produzia na roça do morro; do açúcar e do cuscuz que se industrializava no engenho da família; do pão do milho que se moía em nossa atafona⁷; do pão do trigo que se produzia na roça da grotta funda; do leite das vacas que se criavam no pasto; das broas de polvilho que, no engenho de farinha extraía-se da mandioca; da cuca e do bolo. Não faltaram também o *Schmier*⁸, o *Schmant*⁹, a coalhada, a manteiga, o colostro¹⁰, a murcilha e o salame.

⁶ Entendia-se por estribar o costume que tinham algumas juntas de bois de fazerem esforço para as laterais do cabeçalho do carro, diminuindo assim o esforço de tração que deveriam direcionar para frente.

⁷ Atafona era um moinho constituído por dois blocos de granito, talhados de forma circular. O bloco inferior era fixo enquanto o superior girava, triturando os grãos de milho ou de trigo que por entre eles passavam. Os grãos caíam em um orifício no centro do bloco superior e saíam triturados, em forma de farinha, pelas suas bordas laterais.

⁸ Doce de frutas servido no café da manhã para ser consumido junto com o pão de milho ou de trigo.

⁹ Nata de leite.

¹⁰ O colostro era servido como coalhada escorrida. Era feito com o leite tirado da vaca, nos primeiros dias após o nascimento do bezerro. É uma comida de sabor muito agradável, rico em proteínas e gorduras.

Ouvimos com atenção, meu pai e eu, os conselhos e as recomendações de minha mãe, e partimos. Meu pai dirigia os bois, sentado sobre a mala velha que tio Paulo comprara quando servira o exército no Rio de Janeiro, usada no momento para transportar meu enxoval. Em sua cintura, meu genitor portava um grande facão, peça indumentária de mil e uma utilidades, indispensável a todo o agricultor que gerenciasse um carro de bois. A mala estava bem amarrada com um torçal fixo em dois pinos encravados nas laterais inferiores do carro. Eu viajei na parte traseira do rústico transporte, em pé, segurado a dois fueiros. Era eu quem descia para abrir e fechar as muitas porteiças que havia no percurso. No carro de bois, sem saber, meu pai transportava minha mala e viabilizava minha sobrevivência em ateneus onde se ensaiava viver mundos prenhes de diversidade cultural.

Estudei no seminário durante doze anos, em companhia de adolescentes brasileiros, alemães, italianos e poloneses. Nos primeiros dias, a saudade de casa quase me fez desistir. Eu continuava alimentando-me mal, apesar da farta comida servida aos iniciantes ao sacramento da ordem. Aos tormentos existenciais vividos na infância, acresceu-se a dor da saudade. Afeiçoei-me, porém, à vida do claustro em que se respeitava a diversidade. Eu gostava de esporte. Aprendi a jogar futebol de campo, futebol de salão, vôlei, basquete, tênis de campo, tênis de mesa, espiribol e quadrilha. Deleitava-me com os trabalhos na horta. Lá se produziam repolho, alface, rabanete, nabo, couve, quiabo, milho, tomate, feijão de vara, feijão preto, cebola, cebolinha e salsa. Como eram prazerosos os banhos no rio, logo que terminavam os trabalhos agrícolas!

Nas horas de estudo sério, desligava-me do mundo. Viajava na fantasia. Enquanto estudava Latim, parecia estar com Cícero no senado de Roma ou com Júlio César, nas guerras de

conquista. Odiava Catilina e amava Cleópatra. Como gostava de estudar Grego! Invejava a inteligência de Homero. Que prazer me dava traduzir a bíblia do grego para o português e descobrir que palavras e frases escritas em alguns livros sagrados não haviam sido traduzidas com o mesmo significado dos textos originais! Comecei a gostar até das rezas. O padre Afonso Schlickmann preenchia quase todo o tempo da reza com cantos religiosos. Eu gostava de cantar. O canto fez-me gostar da oração.

Vivi, com intensidade, a mudança no horizonte conceitual de Deus, promovida pelo Concílio Vaticano II e adotada no Seminário Nossa Senhora de Fátima, durante a maior parte do tempo que lá vivi. Durante os anos de claustro, pratiquei muito esporte; trabalhei com muito gosto; rezei e cantei feito um condenado para conquistar o céu e, acima de tudo, li e estudei tudo que me era proposto. Quando terminei o curso de Filosofia eu já estava relacionando-me muito bem com a vida. Alimentava-me como um padre santo e dormia como um porco farto. O monastério deixou-me um jovem saudável, com muita disciplina e fantástica referência cultural. Eu ainda tinha medo do fantasmagórico inferno das tradições romanas e germânicas, mas ele não me aterrorizava como nos tempos passados da infância.

No seminário fomentava-se o consumo de Deus como lenitivo. Eu não me importava em saber se o alívio existencial que sentia decorria da ingestão de remédio, analgésico, anestésico, droga ou ópio ideológico e nem se criava dependência física, emocional ou mental. Ele aliviou-me, por um bom tempo, as angústias, as dores existenciais, os traumas e as doenças geradas pelas temáticas que, na estrutura colonialista das tradições culturais e religiosas romanas e germânicas veiculava-se no Sul do Brasil, durante a minha infância.

O claustro munuiu-me de uma bagagem cultural que poderia muito bem ser utilizada como asas para o voo nupcial em busca de minha sobrevivência e sucesso reprodutivo. Estavam os *genes* Kesting e Böger, assim como as ninfas culturais, prontos para voar. Dependiam somente de uma plataforma que os permitisse partir rumo a novas terras e nativas etnias com quem pudessem, pela miscigenação física e cultural, fortalecerem-se e perpetuarem-se.

Surgiu o Projeto Igrejas Irmãs, na medida perfeita para o aventureiro jovem transportar-se, fortalecer-se e reproduzir-se em um contexto biológico e cultural diferente, na região Nordeste do Brasil, entre brasileiros que se dizia nada terem. Vivam as diferenças! Sobreviva o eficiente transportador de *genes* e bagagem cultural para se reproduzir e perpetuar-se na região semiárida do bárbaro, selvagem, ignóbil, ignoto, indesejado sertanejo tapuia de língua travada!

Cheguei à cidade de Rodelas - BA, no sertão bugre do Semiárido, na primeira quinzena de março de 1975, com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais para o enfrentamento conjunto de problemas que a construção da Barragem de Itaparica traria, inundando as terras ribeirinhas do Rio São Francisco. Lá se pretendia evitar, pela conscientização e organização dos trabalhadores rurais, que se repetissem os impactos sociais e traumas de relocação que se estava impondo a parcela significativa da população ribeirinha na região de Sobradinho – BA. Nesse trecho do Rio dos Currais estava-se construindo uma barragem para se implantar o que então seria o maior lago artificial do mundo em espelho de água.

Antes de alcançar o destino final da viagem, passei por Salvador onde visitei velhos conventos, igrejas e palácios hoje tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Muitos deles foram edificadas quando o

Brasil ainda não se proclamara independente. Ao ver as grossas paredes, janelas altas e grades de ferro, extasiei-me freneticamente com a suntuosidade, segurança e riqueza daquele patrimônio material arquitetado e assentado pelos colonizadores portugueses quando, da mesma forma que em Santa Catarina, o litoral do Nordeste era ainda densamente povoado por índios de quem se dizia ferozes, resistentes e perigosos. A meus botões eu segredei grande infelicidade e má sorte por não encontrar nas áreas internas e nos átrios daquelas magníficas construções, um nativo sequer. Junto a elas vi transitarem, mansa e pacificamente, dóceis negros e domáveis mestiços das mesmas origens do povo com quem meu avô paterno vivia em harmonia e dentre quem contratava seus camaradas. Eu lamentei profundamente porque também no Nordeste do Brasil as populações autóctones da Negra Jordina, sobreviventes ao massacre étnico, haviam decidido ocupar regiões distantes dos nichos territoriais habitados pelos colonizadores europeus de portentoso patrimônio cultural edificado. Senti-me na casa de meu avô paterno quando visitei pela primeira vez a capital da Bahia de Todos os Santos. Senti, com enorme tristeza, nela não haver, porém, lugar para os brasileiros que nada tinham.

Para se chegar à cidade de Rodelas, tinha-se que passar por Paulo Afonso onde se sabia localizar a maior usina geradora de energia elétrica do Nordeste do Brasil e, próximo a ela, o Centro Diocesano de Coordenação Pastoral a que se filiava a paróquia dos índios Tuxá. Lá e em todo sertão divulgava-se que o patrimônio edificado junto às acidentadas rochas de uma medonha cachoeira, a um só e mesmo tempo, represava as águas do Rio São Francisco, domesticava sua energia, alavancava o desenvolvimento regional e enchia de orgulho o reservatório da autoestima sertaneja.

Jamais esquecerei aquele magnífico cenário aonde cheguei, às cinco horas da manhã, quando ainda não despontara o sol

dos últimos dias de verão. De mais a mais, eu acabava de acordar e sequer havia descido do ônibus quando, a fortes gritos e com pesadas armas em punho, soldados do exército brasileiro exigiam que todos os passageiros evadissem rapidamente do veículo, abrissem suas malas e mostrassem seus pertences. Não satisfeitos com a simples amostragem, mexeram e remexeram tudo o que dentro delas minha mãe havia posto em alinho. Como esquecer a recepção que se me fez na capital da energia, como se eu fosse um bárbaro tapuia dos sertões nordestinos, um bugre selvagem das plagas sulistas ou um brasileiro que nada tinha, dos nichos germânicos colonizadores do Vale do Braço do Norte? Abordaram-me como se eu fosse um desprezível membro da espécie humana, destituído de patrimônio material e imaterial, história, memória, identidade, caráter, confiabilidade, tradição, espiritualidade, religião, educação e beleza. O tratamento a mim dispensado não foi exclusivo. Todos os passageiros daquela agonia, indistintamente sofreram, sentiram e perceberam o quanto era homogêneo o tratamento dispensado aos que não faziam parte do seletivo grupo de confiança da empresa responsável pelas obras desenvolvimentistas da capital energética Nordeste. Naquele episódio evidenciou-se para mim o suprassumo da secular prática colonialista que não acresce uma ínfima gota sequer ao reservatório da autoestima sertaneja e/ou sulista.

Dirigi-me ao Centro de Coordenação Pastoral da Diocese de Paulo Afonso aonde Manoel Alcides Modesto Coelho, então vigário geral, esperava-me com uma Kombi já abastecida para conduzir-me à velha cidade de Rodelas, distante mais de cem quilômetros rio acima. Lá se programara fazer, naquele mesmo dia, o lançamento da Campanha da Fraternidade do ano 1975 e a concomitante apresentação do recém-formado filósofo catarinense, disposto a contribuir na conscientização e organização dos trabalhadores rurais daquele sertão bravo.

Por sinuosas e empoeiradas estradas, seguimos rumo à pré-histórica e histórica terra de Francisco Pereira Rodelas, herói maior do exército de Felipe Camarão na guerra contra os holandeses. Passamos pelas ruínas da velha cidade de Santo Antônio da Glória, destruída para dar lugar às águas que, com brevidade, represar-se-iam pela Barragem de Moxotó. Naquele cenário desolador, iniciou-se com o coordenador geral da pastoral diocesana um profícuo diálogo que nos fez benéfica companhia durante as quatro horas de relógio que se seguiram até chegarmos ao destino pretendido, escoltando-nos até os dias de hoje e conduzindo-nos-á, por certo, até o fim de nossos dias. Naquela viagem partilharam-se e compartilharam-se, em caráter definitivo e irrevogável, dois sistemas simbólicos recheados de sonhos e utopias, edificados sobre consistentes estruturas familiares matriarcais. De nossas genitoras ambos herdamos valiosíssimo patrimônio imaterial, edificado na relação das famílias colonizadoras com os grupos nativos.

O que aqui e ora modestamente se apresenta é o patrimônio natural e cultural (material e imaterial) das famílias de Sobradinho - BA no contexto da história do Rio de Lutas. Não teria a mínima condição de reconhecê-la, se não fosse a ecdisse paradigmática que se operou em mim na relação dialógica com o coordenador de pastoral da Diocese de Paulo Afonso e nos mais de quarenta anos de convivência com os sertanejos tapuias do Submédio São Francisco e do Sudeste do Piauí.

A ruptura paradigmática que me possibilitou reconhecer o patrimônio (material e imaterial), a memória e a história das populações extramuros da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, ocorrida ao longo de quatro décadas, operou-se grandemente em função da convivência com o povo de Rodelas, durante os anos 1975 e 1976. Ela deveu-se de maneira especial e excepcional, à convivência com os índios

Cidadãos Tatauí

da Etnia Tuxá, no território Dzorobabé. Quando lá cheguei, usava ainda óculos vencidos e obsoletos da ideologia colonialista que herdara de meus ancestrais paternos. Com eles eu via distorcido e desvirtuado o patrimônio material e imaterial dos índios, negros e brancos empobrecidos em território brasileiro.

2 NAS TERRAS DE FRANCISCO RODELAS

Uma das primeiras pessoas que encontrei em Rodelas – BA, por Gildete Soares de Moura carinhosamente ter-me apresentado, foi a então nonagenária Índia Cordolina, da Etnia Tuxá. (Fig. 1). Antes de conhecê-la, eu pensava realmente que os membros de seu povo, assim como seus vizinhos brasileiros nada tinham. Em suas casas eu não divisava paióis, despensas e depósitos de alimentos como via, em profusão, na colônia alemã do Vale do Braço do Norte. Nos terreiros de suas residências não havia porcos, galinhas e vacas leiteiras a sujar com fezes as calçadas das residências. Não havia chiqueiro e sequer estrebarias malcheirosas. Seus humildes casebres eram extremamente limpos. (Fig. 2 a 8). Nas minhas lembranças, marcava renitente presença a frase predileta de minha tia Maria a dizer: Na casa deles tudo é limpo porque eles não têm com que sujar.

Figura 1 – Cordolina Tuxá quando tinha mais de cem anos de vida



Fonte: Cruz (2016), adaptada pelo autor

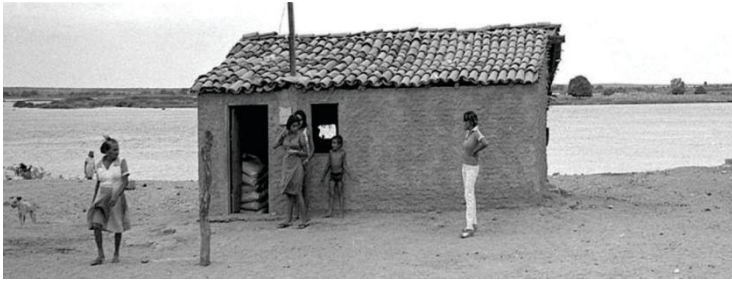
Figura 2 – Entrada da Aldeia Tuxá, em Rodelas



Fonte: Oliveira *apud* Cruz (2017), adaptada pelo autor

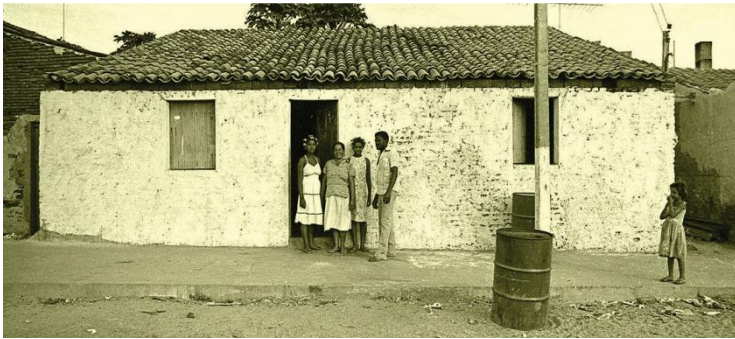
Cidadãos Tatauí

Figura 3 – Casa de Corina, na Aldeia Tuxá, em Rodelas



Fonte: Anáí *apud* Cruz (2018), adaptada pelo autor

Figura 4 – Antônio Vítor, Socorro, Dazia e Peta na aldeia Tuxá



Fonte: Anáí *apud* Cruz (2018), adaptada pelo autor

Figura 5 – Minego e Zefinha, na Aldeia Tuxá



Fonte: Anáí *apud* Cruz (2018), adaptada pelo autor

Figura 6 – Noêmia e Esteclina, na Aldeia Tuxá



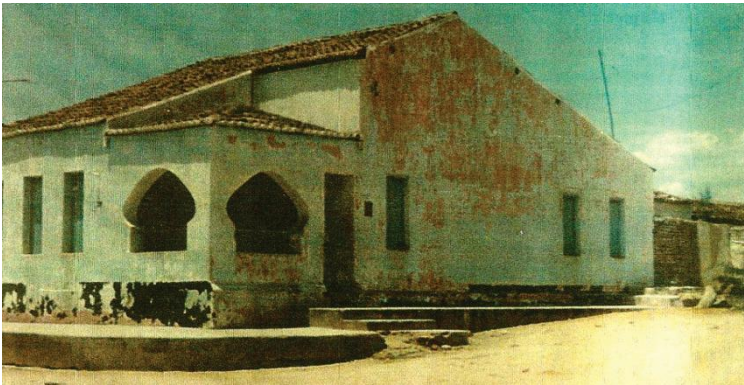
Fonte: Anaí *apud* Cruz (2018), adaptada pelo autor

Figura 7 – Índios canoieiros Tuxá em direção à Ilha da Viúva



Fonte: Oliveira *apud* Cruz (2017), adaptada pelo autor

Figura 8 – Posto dos índios Tuxá, em Rodelas



Fonte: Cruz (2016), adaptada pelo autor

Porque se estabeleceu muito boa conversa, demorei-me na casa da índia Cordolina. Aos poucos vi chegarem seus netos e bisnetos portando muita comida. Um deles trazia um grande peixe eviscerado que acabara de pescar e tratar nas proximidades da Ilha da Viúva. Tratava-se de um surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) com seguros mais de vinte quilos. Não demorou a assomar outro neto com o alforje pleno de macaxeira (*Manihot esculenta*) e batata doce (*Ipomoea batatas*) que arrancara no lameiro da Ilha do Caju. Logo depois surgiram outros mais, com feijão de corda (*Vigna unguiculata*) ainda verde e arroz (*Oryza sativa*) que haviam colhido na Ilha da Porta. Em poucos minutos, os fundos da casa da nativa matriarca da Etnia Tuxá, onde nada havia minutos antes, abarrotaram-se de comida.

O alvoroço das lides domésticas tomou conta do agregado de sua residência por onde se tinha acesso ao Rio São Francisco que dela distava menos de cem metros. Em baixo da latada, coberta com uma grande lona amarela, uma linda índia da pele café com leite pilava o arroz enquanto outra cozinhava o peixe em grande vaso de cerâmica, dependurado em uma tremepe que ali de improviso montou-se. Uma terceira nativa de olhos trigueiros, lábios carnudos, longos, lisos e grossos cabelos pretos descascava batata doce e macaxeira. A casa continuava impecavelmente limpa, mas o alarido do anexo residencial denunciava estar-se preparando, em dia comum, uma porção avantajada de comida de que se serviriam pelo menos trinta pessoas.

Enquanto o alarido continuava solto aos fundos da casa, a velha cabocla guerreira fazia-me sala. Para não descumprir o preceito bíblico que muito bem se aplicava ao contexto, aceitei ao convite que me fez a nonagenária nativa do território Dzorobabé para almoçar com ela e os seus. (LUCAS, 10:8).

A índia anciã recebeu-me em sua casa como se eu fosse seu filho, irmão de Maria e cunhado de Geraldo. Na ocasião, ela promoveu a realização de um Toré, durante o qual conclamou seus encantados a abrirem-me caminhos no território sagrado de seu povo onde eu ensaiava ser feliz. Nunca esqueci sua feição segura, voz firme, personalidade forte e argumentação convincente, quando se referia a Dzorobabé e Ilha da Viúva como terra dos encantos e reino dos encantados. Adotou-me como filho espiritual e, a pedido de Dona Noquinha, minha sogra, [anos mais tarde] abençoou meu casamento com Ducilene. Seu corpo dorme hoje no seio das areias quartzosas da nova cidade de Rodelas. Nos circuitos neurais de meu cérebro sobrevivem, porém, seus encantos e a memória de seus ancestrais. Amo a etnia Tuxá, ramo perene da grande Nação Proká. (KESTERING, 2018, p. 225).

Comi e bebi, fartamente, de tudo que se me ofereceu. Constatei que minha tia Maria não tinha uma ínfima razão sequer no argumento de que casa limpa era prova cabal da carência de patrimônio. Verifiquei que os herdeiros dos haveres do guerreiro Francisco Rodelas e toda a população ribeirinha tinham a seu perene dispor, no generoso Rio São Francisco, em suas margens húmicas e na pródiga caatinga do entorno, tudo que precisavam para usufruto da vida com abundante qualidade.

No almoço que nos ofereceu a nonagenária cabocla, fizeram-nos generosa companhia os velhos índios Bidu, Maria Libânia e Vieira. Naquele furtivo momento de enriquecedora convivência propiciaram-me entender que, além do portentoso patrimônio material e imaterial, os índios da Etnia Tuxá, bem como a população ribeirinha do Rio da Unidade Nacional tinham memória de fazer inveja a qualquer alemão recém-chegado. Tinham também história que em livro algum jamais se conseguirá narrar com precisão. (Fig. 9).

Cidadãos Tatauí

Bidu começou por dizer que a sobrevivência dos índios Tuxá, em Rodelas, fez-se e faz-se à custa de muita luta e bravura, principalmente depois que se perdeu o apoio da batina protetora dos missionários. (Fig. 10). Ele relatou que, há centenas de anos, eles viveram e vivem basicamente do que se produzia e se produz na Ilha da Viúva. (Fig. 11). Falou que seu povo ainda hoje se reúne nela para cantar e dançar o Toré. (Fig. 12 a 14). Com ele afirma sua identidade porque não esquece que a dança guerreira é seu atributo maior.

Figura 9 – Índios da Etnia Tuxá



Fonte: Tuxá (2018)

Figura 10 – Índio Bidu, da Etnia Tuxá



Fonte: NECTAS (2008 *apud* Almeida *et al.*, 2010, p. 4)

Figura 11 – Ilha da Viúva



Fonte: Martins (1955)

Figura 12 – Bezinha Tuxá, preparada para o Toré



Fonte: Cruz (2016), adaptada pelo autor

Figura 13 – Índios da Etnia Tuxá



Fonte: YouTube (2012)

Figura 14 – Índios da Etnia Tuxá



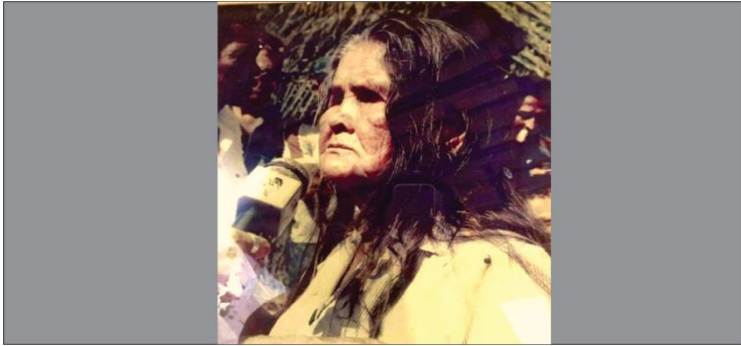
Fonte: Manifesto do Povo Tuxá (2017)

O Toré é importante para nós mostrarmos que somos índios. Quem é índio dança o Toré. Negro e moreno não dançam Toré. Não me envergonho de ser índio. No passado, os índios não tinham luz elétrica. A luz era obtida da madeira ou da cera. Quando chovia, eles plantavam feijão de corda. No foguinho, faziam o café e começavam a trabalhar. As

mulheres cozinhavam umas coisinhas e a gente comia. Depois veio a energia que cruzou o Rio, de Itacuruba a Rodelas. Com a energia elétrica, a coisa melhorou, é bem verdade. O índio não sofreu mais como nos tempos antigos porque começou a irrigar a terra. Índio Tuxá jamais passou fome e nunca foi visto na cidade pedindo qualquer coisa. (BIDU *apud* MARBACK, 1989).

Maria Libânia continuou a conversa com a afirmação de nunca ter ido a uma escola sequer. (Fig. 15). Disse lembrar-se, porém, de tudo o que os mais velhos relatavam sobre os índios, antigos ocupantes da *Ipuã* de Dzorobabé. Falou que os nativos Tuxá saíram do ilhéu quando uma grande enchente derrubou a igreja construída por eles, com a orientação dos missionários.

Figura 15 – Índia Maria Libânia Tuxá



Fonte: Acervo de Inácia Maria Soares (2000), adaptado pelo autor

Eles eram da Ilha de Dzorobabé. Então houve um dilúvio. Derrubou a igreja. Eles se localizaram primeiramente aí nas matas, num lugar por nome Lindo do Apae. Lá se encantou um bocado. Eles foram se aproximando por aqui por acolá. Não tinha ninguém. Não tinha branco nenhum. Então, numa mansidão, vieram os padres. Só não sei o nome deles. Vieram fazer missão. As índias eram as cantoras da igreja. Cantavam benditos bonitos. Quando os padres chegavam da Bahia, com os santos numa tipoia que traziam na cabeça, as índias

Cidadãos Tatauí

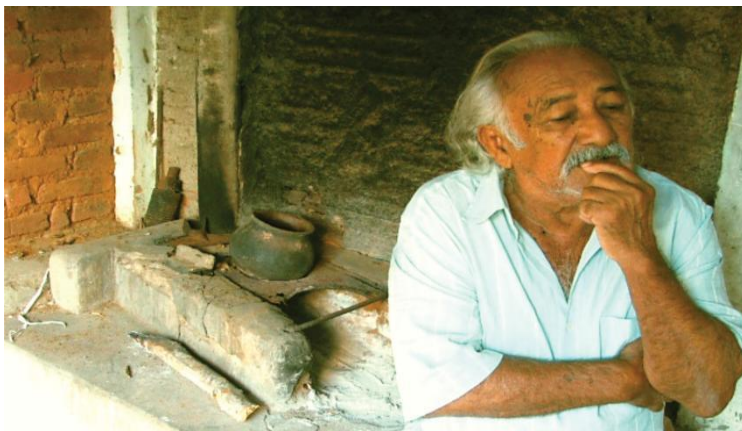
cantavam: “Que senhora é aquela que vem na charola? Eia que vem a Senhora que vai para a glória. Ai na hei, ai na hei, que vai para a glória”. Sabe o que era a charola? O andor.

Os índios não sabiam que havia Deus. Quando o relâmpago abria, que o trovão clareava, eles paravam, se ajoelhavam, se prostravam.

A igreja era dos índios. Ela foi feita pelos índios. Os padres antigos faziam e traziam as imagens. Quando eles chegavam, cansados, deitavam-se na sombra dos pés de árvores. Os índios então diziam: “Lá chegaram uns papagaios”. Aí eles tiravam a cantoria: “Os papagaios amarelos, ai como vêm tão bonitinhos!” (...) Havia um salão onde eles recebiam os padres. Havia lá um tronco onde, quando um índio errava, eles mesmos castigavam. (LIBANIA *apud* MARBACK, 1989).

Vieira relatou fragmentos da história oral que, quando menino, aprendeu no convívio com os mais velhos. (Fig. 16). Lembrou que deve esses flashes da história a seu avô paterno. Aquele velho índio aproveitava as madrugadas para, enquanto remava o barco em direção à Ilha da Viúva, repetir infinitésimas vezes os conhecimentos que de herança recebera. (Fig. 17).

Figura 16 – Índio Vieira Tuxá



Fonte: NECTAS (2008 *apud* Almeida *et al.*, 2010, p. 5)

Figura 17 – Quando o dia amanhecia ele já estava a chegar à ilha



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Nós saímos da Ilha de Dzorobabé em 1606. Eu digo que fomos nós porque foram nossos antepassados. Eles moravam lá onde uma enchente destruiu tudo. Quando a enchente veio e acabou com tudo, eles atravessaram o Rio em ajoujo de bananeira e mamoeiro, árvores verdes que boiavam. Foi assim que seiscentos índios primitivos saíram da ilha de Dzorobabé a procura de um lugar alto. Chegaram a Rodelas. Acharam isso aqui, um lugar alto de areia, e aqui ficaram. (VIEIRA *apud* MARQUES, 2004).

Na casa da matriarca Cordolina Tuxá, em 1975, eu descobri que possuía tudo a população a quem meu avô paterno e minha tia Maria ordenariam como brasileiros que nada tinham. Eles tinham patrimônio, história e memória. Os índios Tuxá, os brancos e negros que conheci na cidade de Rodelas eram felizes porque mantinham sempre seu reservatório de autoestima, na cota *máxima maximorum*, sem a mínima dependência da Companhia Hidrelétrica do São Francisco que se propalava gerenciadora do desenvolvimento regional.

Nos dois anos que se seguiram, visitei roças, fazendas, posses e casas de índios, negros e brancos da cidade do

Cidadãos Tatauí

guerreiro Francisco e dos povoados de Cachauí, Araticum, Penedo, Tapera e Itacoatiara. (Fig. 18 a 23). Realizei minucioso levantamento do patrimônio material para não deixar que se repetisse o trauma da relocação de que estava sendo vítima a população dos municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, na região das cachoeiras de Santana do Sobrado.

Figura 18 – Recém-chegado em Rodelas



Fonte: Acervo do autor (1975)

Figura 19 – Recém-chegado em Rodelas



Fonte: Acervo do autor (1975)

Figura 20 – Recém-chegado em Rodelas



Fonte: Acervo do autor (1975)

Figura 21 – Recém-chegado em Rodelas



Fonte: Acervo do autor (1975)

Figura 22 – Recém-chegado em Rodelas



Fonte: Acervo do autor (1975)

Figura 23 – Pronto para o levantamento social e econômico



Fonte: Acervo do autor (1976)

Constateram que, diferentemente do que me ensinara tia Maria, em Rodelas tinha-se tudo. Lá, os negros, índios e brancos possuíam patrimônio material e imaterial, história, memória, identidade, confiabilidade, espiritualidade, caráter, tradição, religião, educação e beleza. (Fig. 24 a 42).

Figura 24 – Casa rural em construção no povoado de Itacoatiara



Fonte: Acervo do autor (1976)

Cidadãos Tatauí

Figura 25 – Sistema de irrigação no povoado de Itacoatiara



Fonte: Acervo do autor (1976)

Figura 26 – Aqueduto de arquitetura vernácula



Fonte: Acervo do autor (1976)

Figura 27 – Rodelas vista da Pedra do Boi no Rio São Francisco



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

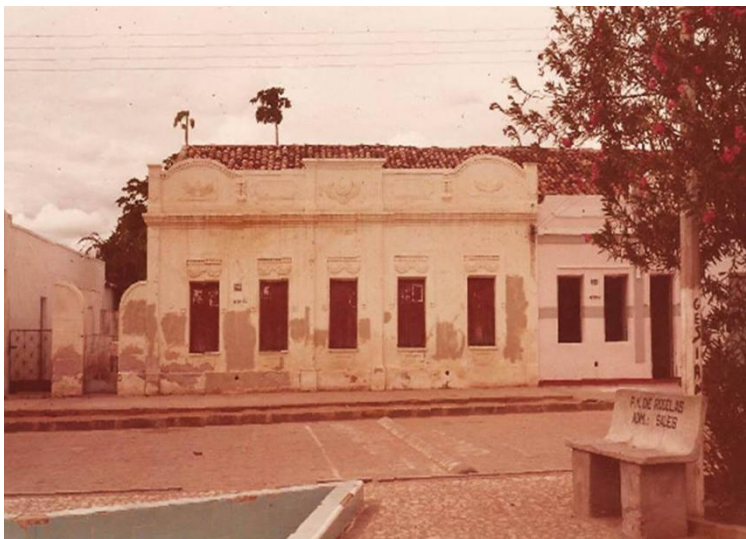
Cidadãos Tatauí

Figura 28 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 29 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Cidadãos Tatauí

Figura 30 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 31 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Cidadãos Tatauí

Figura 32 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 33 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Cidadãos Tatauí

Figura 34 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 35 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Cidadãos Tatauí

Figura 36 – Vista parcial da velha cidade



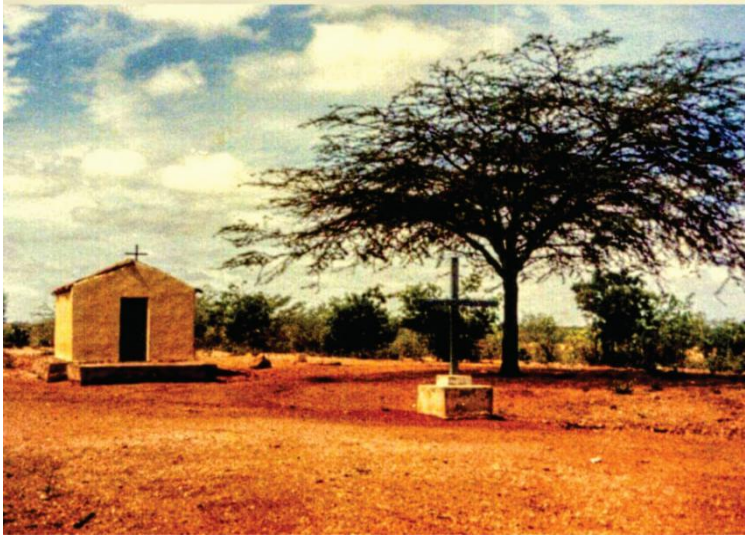
Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 37 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 38 – Capela dos penitentes



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 39 – Posto de saúde



Fonte: Acervo de Idalina Fonseca (1976)

Figura 40 – Cemitério Municipal



Fonte: Idalina Fonseca (1976)

Figura 41 – De volta para casa



Fonte: Acervo do autor (1976)

Figura 42 – Ao proferir discurso a Florêncio de Almeida Lima



Fonte: Acervo do autor (1976)

Em Rodelas, na Igreja São João Batista conhecemo-nos, Ducilene e eu, com recíproca paixão à primeira vista. Estávamos no templo que os índios da Etnia Tuxá, com orientação de missionários capuchos franceses e italianos construíram e, reiteradas vezes ampliaram, à proporção que, pela prosperidade da aldeia que se fez freguesia, vila e cidade, fizeram-se necessários alargamentos. A índia púbere que se me apresentou tinha fortes e incontestes traços fisionômicos e culturais da Etnia Massacará em cujo território, nas cabeceiras do Rio Vaza Barris, ao longo de séculos, implantaram-se fazendas e cidades como Jeremoabo, Uauá e Canudos. (Fig. 43). Com incompletos 16 anos de idade, ela inspirou-me todas as fantasias de relação conjugal perene que as mais belas flores da colônia teutônica catarinense não me haviam despertado.

A Doce Lua e eu (o Pequeno Céu) lutamos e relutamos contra nossos sentimentos e os interesses libidinosos dos respectivos corpos. Tivemos disciplina, estrutura emocional e cultura suficiente para controlar, por algum tempo, os imperativos genéticos que tinham então virulência aditivada

pela efervescência hormonal da juventude. (Fig. 44). Retornaram-me as dores de cabeça e os problemas digestivos de minha infância. Eu vivenciei, novamente, conflitos existenciais homéricos porque não queria trair a confiança da Igreja, dos padres, da família e nem da comunidade cristã catarinense. Para auferir o paraíso *post mortem*, eu jurara fidelidade perene em meu casamento que, pelo sacramento da ordem, estava prestes a celebrar com a Igreja. Das cinzas em que jaziam reergueram-se os fantasmagóricos pesadelos de minha relação de conflito com a grande rocha que, no *Orcus* existencial eu era desafiado a desgastar. Depressão e problemas psicossomáticos fizeram com que ressurgisse das cinzas o inferno vivido na puerícia. O sentimento de culpa antecipava, para minha atribulada vida terrena, o báratro a que estava predestinado viver por toda a eternidade.

Figura 43 – Ducilene, em 1975, com 15 anos e alguns meses de vida



Fonte: Acervo do autor (1975)

Quando pela primeira vez viu-nos sentados à praça, conversando como duas inocentes asas brancas (*Patagioenas picazuro*) que na Caatinga do Sertão Semiárido habitam em profusão, chamou-me a uma conversa o sargento de reserva, meu futuro sogro, então delegado de Uauá. Convocou-me a um diálogo franco sobre as intenções daquele relacionamento que lhe pareceu sério e de conseqüências irreversíveis. (Fig. 44 e 45). Disse-lhe eu, de pronto, que não

se preocupasse porque, em respeito a meu compromisso com a Igreja conservara-me casto por mais de duas décadas e o faria pelo resto de meus dias. Não seria por sua bela filha Massacará que abdicaria de meu trato com a Igreja. Argumentei-lhe que o celibato era um sinal sensível de meu pacto com a milenar instituição religiosa católica, apostólica e romana. Contra argumentou, de chofre, o delegado uauaense. Disse que, para ele e o povo sertanejo, a castidade dos neófitos ao sacramento da ordem representava absolutamente nada. Afirmou-me, com categoria e respeito, que valor real tinha o casamento alicerçado na honradez, a primeira das instituições e respectiva exigência divina maior. Para lhe dar incentivo e sustentação, continuou ele, Deus criou as mulheres com apetite sexual inerente e os homens com um casal de culhões para honrarem obrigação eterna de respeito à pureza dos sentimentos despertados em cria de cabra macho. Expôs-me que, na intimidade familiar sua predileta filha havia segredado seu púbere coração pulsar frenético e descompassado, sua respiração ofegar por falta de oxigênio e em seu virginal baixo ventre sentir estranho frenesi, quando seu olhar trigueiro pousava nos verdes lumes oculares do jovem missionário catarinense.

Figura 44 – Ducilene e eu, sentados à praça, em Rodelas



Fonte: Acervo do autor (1975)

Figura 45 – Ducilene e eu, sentados à praça



Fonte: Acervo do autor (1975)

Ato contínuo, o velho remanescente guerreiro da Etnia Massacará, mandou chamar sua pudica filha. Relatou com detalhes a conversa que, de homem para homem tivera comigo. Autorizou-nos a comer as frutas de todas as árvores do libidinoso paraíso, exceto a da honra que, por dizer respeito ao brotar de novos rebentos familiares teria que ser previamente abençoada pela Igreja e pelo Estado. Com voz firme e olhar severo ordenou-me que a todo preço lutasse pela felicidade plena de sua filha, mesmo que isso custasse o rompimento com milenares tradições de qualquer natureza, religiosa, institucional ou cultural, que fosse principalmente o da castidade. Exigiu-me, assim, com sua bênção e a qualquer importe solidarizasse-me com sua cria no usufruto das respectivas reações orgânicas que as íntimas carícias proporcionam.

Dias depois desse ritual familiar eu entendi o valor da honra sertaneja tapuia, quando vi o pai de minha então pudenda

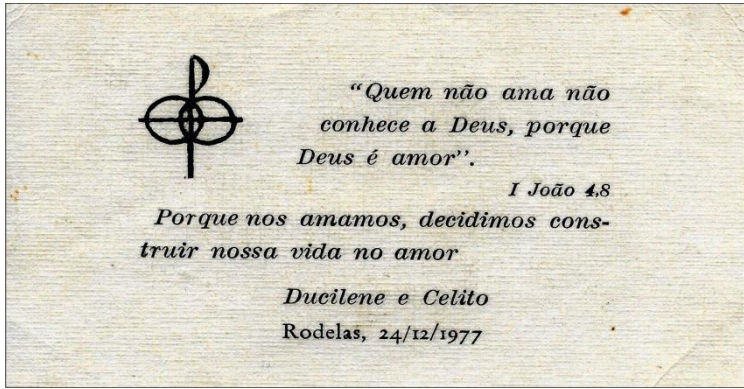
noiva emprestar um revólver de calibre 38 a um amigo seu cuja filha engravidara sem prévias bênçãos institucionais. Ele, o pretenso genro de seu comparsa de farda teve lavrada sentença de morte e execução sumária levada a efeito por deixar sua noiva solitária na responsabilidade de criar o rebento familiar que brotara de uma irresponsável relação sexual plena. Anos mais tarde, quando acometido de fatal enfermidade veio a falecer o velho guerreiro Massacará, descobri que, de fato, ele morreria se necessário fosse, para resgatar a honra de sua filha cujo destino pusera em minhas mãos. No fundo de um baú, ele guardara enrolada em um lenço em cujas extremidades fizera dois muito bem apertados nós cegos, a certidão de casamento de sua cria predileta. Entendi que estava disposto a descer à mansão dos mortos, ao inferno se necessário e possível fosse, para pegar-me pelo cós da calça e exigir-me o cumprimento da responsabilidade que eu assumira com ele na intimidade de seu sagrado clã familiar.

Casamo-nos, quase três anos depois, no dia 24 de dezembro de 1977, na Igreja São João Batista e no Cartório de Rodelas, sacramentando a sacrílega união, desalinhada com a tradição religiosa católica tridentina que me impusera o castíssimo celibato como condição *sine qua non* para o exercício eclesial nobre da instituição. (Fig. 46 a 48). Sem grandes preparativos, no queima, aproveitamos a ocasião em que Ducilene se formava para, em um mesmo dia celebrarmos duas festas apesar de sabermos que ser leigo era ser vulgar. Implicava tornarmo-nos mortais comuns.

Em Rodelas, Ducilene e eu, por determinação genética, fizemo-nos plebe, ralé da aristocracia católica apostólica romana e escória da hierarquia eclesial da América Latina. Nodoamo-nos no lamaçal da existência humana comum. Deixamos de ser quase divinos, porta-vozes do Deus Altíssimo, para nos entregarmos aos libertários reclamamos terrenos da

impudícia carnal. Consumamos, em plenitude, nosso infinito e prazeroso amor, ambos pela vez primeira e com toda a honradez pessoal e familiar preservada, três dias depois de casados, na casa paroquial de Sobradinho onde o vigário, amigo nosso, hospedava-se somente aos finais de semana.

Figura 46 – Convite para o casamento



Fonte: Acervo do autor (1977)

Figura 47 – Formatura de Ducilene na Igreja São João Batista



Fonte: Acervo do autor (1977)

Figura 48 – Na mesma igreja, sem pompas, casamo-nos logo depois



Fonte: Acervo do autor (1977)

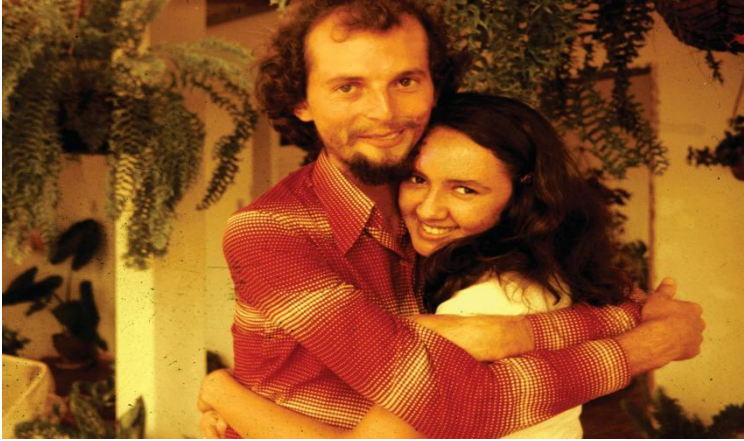
Sem pé de meia, eira, beira e nem bica qualquer, estabelecemo-nos na casa paroquial da Igreja Santo Afonso, no Bairro Castelo Branco, em Juazeiro - BA. (Fig. 49 a 51). Essa casa de padre ficava relativamente perto da Instituição de Ensino Superior onde, para evitar que o impacto da relocação promovida pela Barragem de Itaparica tivesse as proporções catastróficas do que estava acontecendo na região de Sobradinho - BA decidiu-se, em equipe, que eu me faria Bacharel em Engenharia Agrônômica. Entendia-se necessário o acompanhamento de um profissional no ramo da agropecuária para se descobrirem as aptidões das areias quartzosas junto às quais se implantariam as unidades agropastoris da nova cidade e povoados de Rodelas.

Havia eu chegado à terra do Juá, na primeira quinzena de março de 1977, quase um ano antes de casarmos, quando se acabavam de fechar as comportas da Barragem de Sobradinho cujos efeitos traumáticos à população ribeirinha justificaram minha inserção nos trabalhos da preventiva organização popular nas terras de Cordolina Tuxá. Antes mesmo de me apresentar aos funcionários da secretaria da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF),

Cidadãos Tatauí

Josefina Lemos, então agente de pastoral da Diocese, convidou-me a testemunhar com ela a invasão que a água represada do Rio São Francisco promovia às ruas da velha cidade de Casa Nova. (Fig. 52).

Figura 49 – Ducilene e eu em Juazeiro – BA



Fonte: Acervo do autor (1978)

Figura 50 – Ducilene em Juazeiro – BA



Fonte: Acervo do autor (1978)

Figura 51 – Ducilene e eu em Juazeiro – BA



Fonte: Acervo do autor (1978)

Figura 52 – Josefina Lemos



Fonte: Acervo do autor (2012)

Mal chegados ao povoado de Papagaio, próximo ao distrito de Santana do Sobrado, populares informaram-nos que os restos da velha aldeia sagrada Amoipirá onde se edificara a antiga cidade dos Viana não se podia ver porque o Riacho do Mosquito inundara a estrada que lhe dava acesso. Disse-se a nós que agricultores de Sobradinho, Sento Sé e Casa Nova havia que se surpreenderam também com a água do lago artificial a invadir suas propriedades, posses e benfeitorias sem que se lhes houvesse sido pago indenização justa qualquer. Havia um conflito homérico entre o que seria justo indenizar. Aos prepostos da empresa responsável pela construção da Barragem, quinquilharias seriam mais que suficientes para calar a voz dos insubordinados agricultores. Dizia-se que melhor seria não estarem ocupando as terras das quais o progresso exigia melhor usufruto e rentabilidade econômica, cobrindo-as com águas represadas do Velho Chico.

3 UMA HISTÓRIA PARA DUAS CIDADES

Por feliz ironia da sorte, Ducilene e eu encontramos em Juazeiro - BA, o bispo D. José Rodrigues de Souza, adepto da Teologia da Libertação. Em sua diocese havia espaço para expatriados dos renques clericais, ex-padres, ex-seminaristas e antigos porta-vozes do Deus de Trento que quisessem contribuir na construção de uma sociedade melhor, o Reino do Deus da Libertação. Naquele espaço pastoral, pressupunha-se que o Deus de Isaac, Abraão e Jacó não somente permitia como também incentivava o interesse em contribuir com as mudanças sociais.

Engajamo-nos nas atividades pastorais. Ducilene alfabetizava e conscientizava politicamente as profissionais do sexo no baixo meretrício e eu, enquanto cursava a Faculdade de Agronomia, realizava trabalhos de conscientização e organização dos trabalhadores rurais, na Comissão Pastoral da Terra (CPT). (Fig. 53 a 55).

Figura 53 – Ducilene alfabetizava profissionais do sexo em Juazeiro



Fonte: Acervo do autor (1978)

Figura 54 – Reunião da CPT em Carnaíba do Sertão



Fonte: Acervo do autor (1978)

Figura 55 – Reunião da CPT em Carnaíba do Sertão



Fonte: Acervo do autor (1978)

Por pedido do bispo que nunca traiu os pobres, mudamo-nos para Sobradinho onde nos dedicamos a atividades pastorais e, em segundo momento, por recomendação dele mesmo, à militância política partidária. (Fig. 56 a 58). Ducilene e eu, pelo que sei, fomos o primeiro casal da América Latina a quem um bispo, com o consentimento do papa João Paulo II,

confiou a responsabilidade pela administração de uma paróquia católica apostólica romana. Participamos efetivamente do processo da emancipação política do aglomerado humano que no Alto do Carrapato sediou-se para construir a Barragem de Sobradinho.

Figura 56 – Dom José Rodrigues, Ducilene e eu, em Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (1982)

Figura 57 – Ducilene, Luiz Inácio e Ângela Santana



Fonte: Acervo do Autor (1989)

Figura 58 – Luiz Inácio e eu



Fonte: Acervo do autor (1989)

Em fins de 1982, Pe. José Carlos, da Diocese Irmã de Limeira, deixou a direção da Paróquia. As irmãs da Fraternidade / Esperança já tinham deixado a paróquia um ano antes. Nesta situação, sem padre nem irmãs, o bispo confiou a paróquia ao jovem casal Celito e Ducilene Kesting. Uma vez por mês, Pe. Almeida de Casa Nova vai celebrar missa em Sobradinho e, arresadamente, numa das 11 comunidades que formam a paróquia. Dia 8 de janeiro passado, o Bispo visitou Sobradinho e voltou encantado com o trabalho pastoral que vem sendo realizado. Formou-se o Conselho Paroquial com cinco equipes muito dinâmicas que já fizeram o planejamento para 1984. (SOUZA, 1984, p. 13-14).

Quando findaram as obras de construção, contribuimos na luta dos trabalhadores desempregados, em busca de alternativa para sua sobrevivência. Participamos na sua organização em associações para ocupar e implantar projetos agrícolas nas terras devolutas do entorno da atual cidade da energia. Nesse cenário do Rio de Lutas, contribuimos na construção de um capítulo da história local que, a propósito e em tempo importa que se diga, vincula-se aos relatos do que há séculos acontecia na Bahia, na Casa da Torre e no Sertão de Rodelas.

3.1 Um Sobradinho no Sertão de Rodelas

Pode-se sobejamente afirmar que a história de Sobradinho teve início em 1549 quando na esquadra do Governador Geral Tomé de Souza, fundador da primeira Capital do Brasil, chegava à Bahia de Todos os Santos o almoxarife Francisco Garcia d'Ávila. Foi ele a cepa mestra da família que se consagrou pela ocupação das terras tapuias do Sertão de Dentro onde promoveu extensiva criação de gado.

Entre os anos 1565 e 1609, esse português de ambições feudais construiu a Casa da Torre nas proximidades de Salvador - BA. É bem verdade que sua construção em forma de castelo desempenhou papel importante na defesa da capital da Bahia, quando ainda era jovem o Brasil. Francisco Garcia d'Ávila recebeu por esse apoio o título de Conde da Torre ou do Castelo, o que lhe deu oportunidade e fôlego para ampliar a conquista e ocupação efetiva da terra onde, em 1552, criava já “perto de 200 cabeças de gado, fora porcos, cabras e éguas”. (CALMON, 1974, p. 26 *apud* FONSECA, 1996, p. 18).

Em razão do crescimento requeria em 1º de maio e lhe era concedida a primeira sesmaria de “duas léguas pelos campos de Itapuã, entre os limites da cidade e a sesmaria de 6 (sic) léguas de litoral e 14 de fundos doada ao Conde de Castanheira. (CALMON, 1974, p. 24 *apud* FONSECA, 1996, p. 18).

Em 1573 a família de Francisco Garcia d'Ávila já se dedicava à criação de gado em amplas áreas do território baiano. Suas fazendas já se haviam estendido de Salvador ao Rio Real.

Não o impediram de desenvolver o rebanho, os índios em volta dos currais. Soube conviver com eles, tanto que em 1553 tirou uma cabocla da choça paterna, deu-lhe o nome cristão de Francisca Rodrigues e dela teve uma filha, que se chamou

Isabel d'Ávila e foi genitora de seu neto e sucessor Francisco Dias d'Ávila (o primeiro). (FONSECA, 1996, p. 18).

Em 1574, Francisco Garcia d'Ávila iniciou a arquitetar a conquista das terras que hoje pertencem ao estado de Sergipe. Ele participou ativamente na articulação e promoção de uma guerra para ocupar aquelas terras ao norte do Rio Real onde pretendia criar gado para dar suporte aos engenhos de açúcar do litoral da Bahia. A Francisco Dias d'Ávila, seu neto sucessor que, por cedo haver perdido o pai Diogo Dias, com ele se havia criado, destinou a responsabilidade de ampliar a ocupação até alcançar o Rio São Francisco e ultrapassar suas fronteiras. Em 1589 efetivou-se a guerra de conquista de Sergipe.

A guerra trouxe extermínio da sociedade indígena e também a escravização de muitos índios. O território foi dividido em 205 sesmarias, e ingressado no sistema de capitanias hereditárias. Antes de 1590, Sergipe não pertencia à administração real.

Em relação às sesmarias, os Ávila foram os que mais se beneficiaram; porém outros sesmeiros também receberam terras: como por exemplo, Belchior Moreia e Simão Dias. A maioria dos que receberam terras era de poucas posses, recebeu pelo menos uma légua de terra. Eles eram os brancos pobres, os peões, aventureiros de todos os bordos. (NUNES, 2011).

A seu filho Francisco Garcia d'Ávila II, Francisco Dias d'Ávila deixou a incumbência de ampliar as fazendas implantadas até então. Na qualidade de Capitão das Gentes, assim como haviam sido seus antecessores, Francisco Garcia d'Ávila II participou da guerra de expulsão dos holandeses. Nessa guerra lutou também a favor dos portugueses o famoso índio Tuxá Francisco Pereira Rodela. Embora nada se tenha escrito a respeito, é muito provável que se tenham conhecido nos campos de batalha Garcia d'Ávila II, o aventureiro bisneto de Francisco Garcia d'Ávila I e o guerreiro índio Francisco Rodela.

Foi de Rodelas e vizinhança, quero dizer, da gente da tribo procás, que em 1639 partiu um reforço de 200 guerreiros sob o comando de um moço índio que se imortalizaria com o nome de Rodela, para, ao lado do índio Felipe Camarão, pôr a correr os holandeses da ribeira das Alagoas do São Francisco. Voltou herói o chefe guerreiro e seria batizado com o nome de Francisco – Francisco Rodela ou Francisco Pereira Rodela. Aí, em Rodelas, situaram-se os primeiros curraleiros da Sesmaria, que seriam possivelmente os primeiros das corredeiras do São Francisco para, em seguida, alcançar a margem esquerda do rio e penetrar Piauí a dentro até as terras da Paraíba e Rio Grande do Norte. Subindo o Rio até Carinhanha. (FONSECA, 1996, p. 12).

Casou-se Francisco, em 1621, com Maria Pereira, filha de Manoel Pereira Gago, homem honrado a quem Francisco Garcia d'Ávila, em cláusula testamentária confiou os destinos do neto herdeiro e a guarda do patrimônio conquistado durante os sessenta anos que viveu no Brasil.

Deu-lhe, mais, como cérebro político e empresarial da Casa da Torre que assim já era chamada, ao Padre Antônio Pereira, seu filho. Esse afim de Francisco, tão logo se ordenou, tomou capelania na igreja de Nossa Senhora da Torre e daí não saiu jamais até à morte, salvo para acompanhar o cunhado Francisco Dias d'Ávila e mais tarde, o sobrinho cunhado Garcia d'Ávila e ainda o último sobrinho, o segundo Francisco Dias d'Ávila, aos vastos sertões da Bahia e Pernambuco. (FONSECA, 1996, p. 21).

Pelo que se lê em documentos do Arquivo Público da Bahia, o território atualmente pertencente ao município de Sobradinho fazia parte do que se conhecia como Sertão de Rodelas. É muito provável que a ocupação do Médio e Submédio São Francisco efetivada pela Casa da Torre no Século XVII, tenha-se dado em função de acordo verbal que Francisco Garcia d'Ávila II celebrou com Francisco Rodela sem que dele tivessem conhecimento muitas etnias que

ocupavam o vale. Ao índio guerreiro parecia vantajoso fazerem-se vaqueiros seus irmãos autóctones, com a proposta de permanecerem livres para a coleta, a caça, a pesca e o cultivo das caiçaras de lameiro, na terra que sempre lhes pertenceu. Agradou-lhe, sobretudo, a proposta de terem à disposição bons cavalos e a apropriação de um quarto das crias do rebanho que para zelo lhes confiassem.

Embora anote, aqui, o ano de 1646 referindo-se à conquista, o que se deu nesse ano não foi ainda isso, porém, conforme escreve documentalmente em História da Casa da Torre, o descobrimento das aldeias dos índios Rodela (“o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas”, que são muitas” – diz a transcrição do papel, adiante). A conquista do chamado Sertão de Rodelas que, segundo outros autores alcançava o Piauí e, subindo o rio São Francisco chegava ao rio Carinhanha, viria depois, sendo seu promotor Francisco Dias d’Ávila, o segundo desse nome, e custaria muito sangue indígena. Aliás, não foi nesse ano de 1646 senão o requerimento da sesmaria, eis que estando as terras já então “povoadas de gados”, como aí se anotou, seu descobrimento se dera anteriormente. Recebendo em 1641, o título de capitão de ordenança, esse segundo Garcia, percorria, a partir de então, os caminhos sertanejos, a seu lado o tio Padre, que no ano seguinte o casaria com sua irmã Leonor. Pouco antes, em 1639, um moço indígena que se fez célebre com o nome de Índio Rodela, capitaneava duas centenas de seus irmãos na luta contra o invasor holandês. Não se sabe se Garcia d’Ávila, que, segundo Pedro Calmon, também esteve nesse campo de luta, o conheceu pessoalmente. Não há registro de que seu período de campanha coincidissem com o do índio. Entre 1639 e 1641, só são dois anos, e não é impossível o encontro dos dois chefes guerreiros, cada qual no comando de um troço militar. Sabia, sem dúvida, de seus feitos heroicos e teria informações sobre suas terras no Rio São Francisco. E ávido por terras como era, mais que os antepassados, disso tratariam, amigavelmente, quando do descobrimento das aldeias do Rodela. Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o

índio Rodela “matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão”. (FONSECA, 1996, p. 24).

Pelo que se extrai da leitura de requerimentos e doações de sesmarias, nos primeiros tempos a ocupação portuguesa do território sertanejo do Vale do Rio São Francisco ocorreu por força de entendimentos que se fizeram entre os representantes da Casa da Torre e os líderes indígenas locais. Nessas negociações, pelo artifício do bombardeio ideológico colonialista missioneiro, recheado com proselitismo paternalista, os índios a eles subordinados parecia não perceberem estar sendo objetos passivos da história. Pensavam ter participação ativa na relação que, sob seu ponto de vista lhes estava a trazer benefícios.

Dizem o Capitão Garcia d’Ávila e o Padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndio de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias, que são muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras lhas entregaram, e como tais as povoaram de gado. (FONSECA, 1996, p. 25).

Francisco Garcia d’Ávila morreu relativamente jovem, quando seu filho Garcia, bisneto daquele que Tomé de Souza trouxera de Portugal à Bahia, tinha apenas 21 anos de idade. Para que ficasse em família o patrimônio conquistado até então, em 1642, Padre Antônio Pereira incentivou e celebrou o casamento de seu sobrinho Garcia d’Ávila com sua irmã

Leonor Pereira, tia do nubente. Para distingui-lo de seu bisavô, esse d'Ávida era conhecido como Garcia II.

Em 1646, ele e seu tio o Padre Antônio Pereira lavraram requerimento solicitando que lhes fosse oficialmente doada “uma terra sita no Rio de São Francisco, na parte onde chamam as aldeias do Rodela”. (FONSECA, 1996, p. 25). Argumentaram que haviam despendido mais de dois mil cruzados na educação dos índios e implantação de fazendas em terras que originalmente pertenciam aos nativos. No dia 22 de abril de 1651, o Governador Geral João Rodrigues de Vasconcelos e Souza assinou a carta, confirmando a concessão da sesmaria solicitada.

(...) hei por bem, e lhes faço em seu Real nome dar de sesmaria a terra que contém a sobredita Carta, que dela lhes havia passado, que é toda terra que se achar desde a primeira cachoeira, que o Rio São Francisco faz, por ele acima até ultrapassar a última aldeia dos Caririguaçus, com as ilhas, pontas, enseadas, pastos, matos e água, que a dita terra em si tiver, e da dita cachoeira para baixo até entestar com terras que estejam povoadas, e para a banda do sul, que é o limite da Capitania de Sergipe Del Rei toda a terra, que se achar até entestar com o termo desta da Bahia pelo termo que a divide no sertão, (...) dar em nome de Sua Majestade as terras nela contidas ao Capitão Garcia d'Ávila e ao Padre Antônio Pereira pelos respeitos acima declarados. Para Vossa Excelência ver. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1651 *apud* FONSECA, 1996, p. 26-27).

Traduzindo-se o termo de concessão da sesmaria demandada e concedida a Garcia d'Ávila II e Padre Antônio Pereira, tem-se na então Província da Bahia a área de terra compreendida entre o Rio São Francisco, ao norte, o Rio Real ao Sul; o estado de Sergipe a leste e o Rio Salitre (última aldeia dos Caririguaçus) a oeste. Observe-se que, em 1573, há menos de cem anos, as fazendas de gado da família d'Ávila estendiam-se de Salvador (Rio Vermelho) ao Rio Real.

Em 1659, agregou-se nova sesmaria ao patrimônio da Família d'Ávila. O Padre Antônio Pereira, tio de Garcia d'Ávila, recebeu o trecho de terra que tinha o Rio Salitre como referência. Ela estendia-se rio acima até a foz do Riacho dos Paes, próximo à atual sede do município de Sento Sé.

Em 1659, o Padre Antônio Pereira obtém sua sesmaria de 20 léguas ao Sul do S. Francisco, a começar no Rio Salitre, que se constitui como o ponto de partida das 20 léguas, dez para um lado e dez para o outro. Carta de 2 de janeiro de 1659, 20 léguas pelo Rio de São Francisco acima no sertão, da parte do sul, toda a terra da barra do Rio Salitre no lugar onde se mete o Rio São Francisco, que se tomará como peão, descendo pelo Rio de São Francisco abaixo até encontrar com a dada que lhe deu o capitão-mor Baltazar de Queiroz, que o concessionário tem povoado, e da barra do Salitre 20 léguas de terra pelo mesmo Rio de São Francisco acima, rumo direito ressaltando pontas, enseadas e ilhas que houver para cima e para baixo, mas do Rio de São Francisco para o lado do sul, a largura que houver na jurisdição desta capitania, até entestar com a Bahia rumo de leste a oeste, que divide uma da outra da nasçença do Rio Real, para o sertão com outro ponto de comprimento acima e abaixo quando tiver pelo Rio de São Francisco inclusive dentro desta dada, a nasçença do Rio Itapicuru, e as serras de Eigipe-Iba e Jacobina com as mesmas que ficaram dentro desta dada, com todos os seus logradouros. (FREIRE, 1906, p. 29-30 *apud* FONSECA, 1996, p. 134).

De compra em compra, de presente em presente, de requerimento em requerimento, de sesmaria em sesmaria, em 1675, a família d'Ávila tinha já ampliado suas fazendas da margem sul do Rio São Francisco desde o Oceano Atlântico até a fronteira com o atual estado de Minas Gerais. Quando faleceu, Garcia d'Ávila II deixou afeito às lides pecuaristas e às longas jornadas sertanejas seu filho Francisco Dias d'Ávila II (para distingui-lo de seu avô que, por ter perdido seu pai em tenra idade foi criado por seu bisavô Francisco Garcia d'Ávila). Desde os dez anos de idade, ele o acompanhava na garupa do

cavalo e ouvia as recomendações de seu tio conselheiro, o Padre Antônio Pereira. Aprendeu cedo a identificar e enfrentar as adversidades do sertão bravo.

Quanto aos índios Rodela, é certo que estes acolheram bem os descobridores e isso está perfeitamente entendido no requerimento de sesmaria transcrito no capítulo III: “despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias”... Quer dizer, com pequenas dádivas “compraram” as terras e a boa vontade dos legítimos senhores e tudo a partir daí, correu tão bem, que os Rodela estiveram presentes às guerras de matança da raça ao lado do conquistador, mais de uma vez. Simples e ingênuos, deviam estar boquiabertos com a presença vistosa, encavalada e armada a fogo, da nova gente. A partir disso pode-se dizer pacífica a convivência ainda que na base do engodo. E também é justo dizer-se que a população indígena rodeleira conviveu desde os primeiros tempos com a população branco/mestiça em termos de explorado e explorador. Por exemplo, a sina de vender sua terra a troco de nada – bugigangas aqui, adiante fumo e cachaça, foi de nosso desprevenido nativo até quando já não teve o que vender. (FONSECA, 1996, p. 61).

A partir de 1674, Francisco Dias d’Ávila II iniciou a conquista de terras no além São Francisco, ampliando as sesmarias que, desde 1658 seus ancestrais haviam recebido na então capitania de Pernambuco até o Rio Carinhanha, fronteira atual da Bahia com Minas Gerais, e o Sudeste do Piauí. Depois, expandiu-se o latifúndio. Em 1711, a Casa da Torre tinha-se apropriado de oitenta léguas ao norte do Rio São Francisco, abrangendo terras do Piauí, Maranhão e Paraíba. (FONSECA, 1996, p. 131). Auxiliaram-no nessa campanha, seu tio-avô o Padre Antônio Pereira, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Souza Fagundes, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Ravasco, Francisco Julião, Domingos e Francisco Rodrigues de Carvalho e Manoel Gonçalves.

Cidadãos Tatauí

Viriam também outras terras à margem esquerda do São Francisco, que estavam entre o rio Pajeú e o rio Carinhanha, penetrando longe as terras de Pernambuco, Piauí, Maranhão e Paraíba. Era tudo. Todo o mundo sertanejo, não ficava nada para outrem. (FONSECA, 1996, p. 135-136).

Para administrar de perto suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia de Sento Sé e uma construção assobradada na Fazenda Tatauí, junto à curva que o Rio São Francisco fazia. (Fig. 59).

Figura 59 – Casa Imperial edificada pela Casa da Torre em Sento Sé



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kesting, 2014, p. 13)

Na oportunidade os índios da região estavam já em número reduzido e sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho subira o Rio São Francisco. Devido ao grande número de fazendas existentes, o Rio da Integração Nacional ficou então conhecido como Rio dos Currais.

Os membros da Casa da Torre não conseguiram colonizar e nem tampouco conhecer toda a terra que conquistaram. Não lhes restou alternativa que não fosse o arrendamento. Os

rendeiros, seus agregados e escravos foram, assim, os verdadeiros povoadores das terras concedidas.

(...) E nessas terras, parte os donos delas têm currais próprios, parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano dez mil réis de foro. E enfim, como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais, que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado e os pastos, assim nos sítios como nos caminhos. (ANTONIL, 1711 *apud* OITICICA, 1969, p. 186).

Não foi diferente nos territórios hoje pertencentes aos municípios atingidos pelo Lago de Sobradinho. A ocupação europeia efetiva de seu atual território ocorreu quando ali se instalaram rendeiros, com o intuito de desenvolverem criação efetiva de gado bovino. Desses heróis da pecuária nordestina pouco se escreveu e rara memória se conservou.

[Por] bem sucedidos que fossem, currais com milhares de reses, curtiram o sertão bruto, enfrentaram fome e sede muitas vezes, muitas vezes doenças que, se não levavam à morte de pronto, traziam-na muito cedo na vida, em plena mocidade, no melhor da maturidade. A morada dos vaqueiros, nos primeiros dias foi o rancho de pau a pique e folhas na cobertura. Em seguida veio a casa de taipa. Mesmo os curraleiros - rendeiros, a regra era construir a casa de taipa, salvo um ou outro, de grandes posses. (FONSECA, 1996, p. 139).

O Padre Antônio Pereira nunca fixou residência na sesmaria que lhe concedeu a Coroa portuguesa. Morava próximo a Salvador, na Casa da Torre onde foi capelão durante toda sua vida.

3.2 Colonização Efetiva de Sobradinho

Uma parte da sesmaria Padre Antônio arrendou a Domingos Afonso Sertão. Esse português nascido em Maфра fixou residência na casa assobradada que se edificou na Fazenda Tatauí ou, mais precisamente no Sítio Saco do Meio que a ela se integrava, junto à curva que o rio fazia antes que nele se construísse a Barragem de Sobradinho.

Domingos Sertão é referenciado no Sobradinho a partir de 1671. (...) Partindo de terras arrendadas no Sobradinho, fez a guerra aos índios do Piauí com os Ávila. Aí foi sesmeiro e acumulou fortuna. (FONSECA, 1996, p. 13 e 47).

Na Fazenda Tatauí, Domingos Sertão mantinha posseiros agricultores nas caíçaras de lameiro e escravos vaqueiros nas caatingas. Dois deles foram assassinados por índios da Etnia Guegoá quando, em 1671, eram perseguidos por fazendeiros do Submédio São Francisco, na guerra em que, cruel e covardemente se mataram quase quinhentos nativos piauienses.

No dia seguinte, atravessou-se o riacho Dosré [Salitre] e acharam-se, no campo do inimigo, muitos bois mortos e retalhados e muitas cabras, algumas já meio assadas. Mas, como tudo isso já tinha um dia de permeio e ficara exposto ao Sol, tudo apodrecera e deixara emanações, que dificultavam a nossa presença. Fomos, então, a três léguas daí, a uma fazenda que os inimigos haviam incendiado depois de haver matado o dono e um negro, de que vimos os cadáveres. Encontramos muitos bois, que matamos e fizemos secar, para poder seguir o inimigo. (NANTES, 1701, p. 53).

Segundo a tradição oral, aos pés da Cachoeira de Sobradinho, no Serrote da Aldeia, hoje Vila São Francisco, residia uma tribo da Etnia Tamoquim, provável taba sagrada remanescente de grupos pré-históricos que, nas serras

Cidadãos Tatauí

próximas, deixaram impressos profusos painéis de pintura rupestre.

Eles viram implantar-se e prosperar a fazenda em que se dizia transitar pelo céu das noites sem lua, uma estranha flecha de fogo que, na linguagem nativa chamava-se Tatauí (Tatá = fogo, uí = flecha). (Fig. 60). Nessa terra que lhe arrendou o Padre Antônio Pereira, Domingos Afonso deve ter deixado um casal de escravos, dez novilhas, um casal de equinos, um casal de cães, galinhas, porcos e sementes para lavoura, como o fez nas fazendas que anos depois implantou no Sudeste do Piauí.

Figura 60 – Tatauí que, à noite se vê no céu de Sobradinho



Fonte: Silva Júnior (2019)

Os índios Tamoquim aprenderam a arte de criar gado e ensinaram os portugueses a enfrentarem as durezas da vida no sertão nordestino. Com essa aproximação fomentaram-se casamentos com negros e portugueses, gerando os destemidos vaqueiros que fizeram prosperar a fazenda. Nela, durante séculos, coletivamente criou-se gado solto na caatinga, caçaram-se pequenos animais nas chapadas, pescou-se no caudaloso Rio São Francisco e plantaram-se

culturas individuais de subsistência familiar quando ele vazava.

Implantou-se, assim, a cultura do couro que se definia pelo respeito às tradições portuguesas como a dança da Roda de São Gonçalo e a Corrida de Argolinhas e pelo apreço aos milenares costumes indígenas quais eram o hábito de se banhar diariamente nas águas do rio, dançar o Toré, dormir na rede e viver do que a natureza oferecia. As casas de farinha, de onde saía o produto manufaturado para a confecção de beijos, papas, mingaus, bolos de macaxeira fresca ou puba, tapioca e paçoca, têm hoje os mesmos caracteres do período pré-colonial. Elas são a mais autêntica comprovação da adequação portuguesa aos milenares costumes indígenas locais.

Ao morrer, no dia 18 de junho de 1711, Domingos Afonso Sertão deixou testamento em que constavam os jesuítas da Bahia e outros herdeiros de seu patrimônio edificado em solo piauiense e baiano.

Não tendo herdeiros, Domingos Afonso Sertão instituiu herdeira a sua alma, fórmula com que então se faziam grandes obras de misericórdia ao próximo, quer no sentido estrito da caridade imediata de misericórdia temporal, quer de misericórdia espiritual, sustentando instituições de ensino e formação de jovens, que iriam depois, já formados, exercitar de uma e outra maneira a caridade para com o próximo. O melhor de seus bens deixou-os ao noviciado que fundara; deixou também alguns ao Colégio da Baía; e inúmeros legados a seus servidores, amigos, irmãs, sobrinhos, e confrarias; alforriou a diversos escravos seus, dotou moças pobres e honestas; não esqueceu o Padre *procurador do próximo* (pobres e presos da cadeia); e instituiu encargos pios de missas, que deveriam ser ditas perpetuamente (ajuda indireta à Igreja), para os quais deixou rendimentos adequados. Nomeou em primeiro lugar executor do Testamento e administrador de todos os seus bens, o Reitor do Colégio da Baía, o que o fosse

Cidadãos Tatauí

no momento, e os que lhe sucedessem. Era, na ocasião, o Pe. João Antônio Andreoni. Aceitou o encargo e oito dias depois escreve ao Geral, resumindo as disposições testamentárias e o que fez na primeira semana, que se seguiu ao falecimento do fundador. (LEITE, 1945, p. 143).

Os vaqueiros ribeirinhos da Fazenda Tatauí viram centenas de mineiros e garimpeiros subirem o Rio São Francisco, procurando ouro e minérios diversos nas Minas Gerais, na época em que a mineração atingiu lugar de destaque na economia colonial, entre os anos 1696 e 1760. Esgotaram-se as minas e os sertanejos da Flecha de Fogo continuaram dedicando-se às atividades agrícolas, extrativistas e coletoras que herdaram dos índios e às atividades pecuaristas que aprenderam dos colonizadores.

De imediato, como amor à primeira vista, os nativos Tamoquim afeiçoaram-se à vaqueirama. Na segunda metade do Século XVIII, em território hoje pertencente a Sobradinho, sediavam-se a Fazenda Tatauí e os sítios Saco do Meio (Juacema), Santo Antônio e São Gonçalo. No território da Flecha de Fogo moravam membros das famílias Pereira, da Fonseca, Alves, Rodrigues, Aguiar e da Silva; no Sítio Saco do Meio, componentes das famílias Pereira, Carvalho, Sousa, de Sousa e dos Santos; no Sítio de Santo Antônio, integrantes das famílias Rodrigues, Vicente, da Costa, Coelho, da Conceição, Pacheco e Ferreira.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de [mil setecentos e cinquenta e quatro], batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente José, filho de Gonçalo Pereira e de sua mulher Lucinda Carvalho, moradores no Sítio do Saco do Meio. (...). (Registro 65).

Aos oito dias do mês de outubro de mil setecentos e sessenta e quatro, batizei solenemente e pus os Santos Óleos à inocente Caetana, filha de Estevam Pereira e de sua mulher Catarina da Fonseca, moradores no lugar de Tatauí (...). (Registro 467).

Cidadãos Tatauí

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil setecentos e sessenta e sete batizou o Reverendo padre Frei Francisco de Sebastião, religioso capucho, superior da Missão de Juazeiro, de licença minha, e pôs os Santos Óleos, tudo solenemente, ao inocente Francisco, Filho de Ignácio Alves e de sua mulher Anna Rodrigues. Foram padrinhos Eugênio de Aguiar Alves, filho de Francisco de Aguiar Alves e Joana de Aguiar Alves, filha de Ignácio de Aguiar Alves, todos moradores da Fazenda Tatauí (...). (Registro 510).

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano [mil] setecentos e sessenta e sete batizou o Reverendo Padre Frei Francisco de Sebastião, religioso capucho, superior da Missão de Juazeiro, de licença minha, solenemente e pôs os Santos Óleos ao inocente Manoel, filho de pai incógnito e de Maria, escrava de Francisco de Aguiar Alves. Foi padrinho Manoel de Aguiar, solteiro, todos moradores da Fazenda Tatauí. (...). (Registro 511).

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, ao inocente Manoel, filho legítimo de Ignácio de Aguiar e de Damiana da Silva, moradores na Fazenda do Tatauí (...). (Registro 605).

Aos dezesseis dias do mês de março de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo coadjutor o Padre Manoel do Rosário, a inocente Brásida, filha legítima de Marcos Rodrigues Vicente e sua mulher Antônia Maria da Costa, e pôs os Santos Óleos. Foi madrinha Anna Maria, casada, todos moradores no Sítio de Santo Antônio (...). (Registro 1059).

Aos sete dias de janeiro de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha o Reverendo Frei Ignácio de Jesus, ao inocente Manoel, filho legítimo de Bernardo Coelho e de sua mulher Anna Maria da Conceição. Foram padrinhos José Pacheco Ferreira e, por devoção, Nossa Senhora da Conceição, todos moradores no Sítio de Santo Antônio (...). (Registro 1062).

Cidadãos Tatauí

Aos vinte dias do mês de março de mil setecentos e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha o Reverendo Padre José Dias Denis Peres, da Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, a inocente Maria, filha legítima de Bernardo Pacheco e de sua mulher Anna Maria da Conceição. Foi padrinho Marcos Rodrigues Vicente, casado, todos moradores no Sítio de Santo Antônio (...). (Registro 1063).

Aos oito dias do mês de março de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia de São José de Santo Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os Santos Óleos o Reverendo Coadjutor atual o Padre Manoel do Rosário ao inocente José, filho legítimo de Paulo Sousa e Anna de Sousa. Foram padrinhos José dos Santos, solteiro, e Maria de Sousa, solteira, filhos legítimos de Francisco de Sousa, todos moradores no Saco do Meio (...). (Registro 1135). (LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ, 1752-1783).

Na primeira metade do Século XIX, quando a Fazenda Tatauí pertencia ao município de Juazeiro, as famílias privilegiadas, procuradoras da Casa da Torre, com mão de ferro escravizavam, esbulhavam e expropriavam a população agropecuarista. Nesse contexto, a primeira Câmara de Vereadores de Juazeiro, no dia 11 de julho de 1835, tomou defesa dos pequenos lavradores, criadores e vaqueiros com o envio de uma representação à Assembleia Provincial da Bahia para que os deputados tomassem providências a fim de remediar tamanho constrangimento.

Esta Câmara Municipal, vendo quanto vivem consternados e perseguidos muitos criadores de animais vacuns, cavalares e miunças, que tanto interessam ao público, perseguições movidas pelos Procuradores da Casa da Torre, temos de levar ao conhecimento desta Augusta Assembleia Provincial uma Representação por achar justa. Os mencionados Procuradores, ambiciosamente achando imensa multidão, habitante nestes remotos sertões, onde o conhecimento sempre se dificultou,

Cidadãos Tatauí

apossaram-se de imensos terrenos a título de pertencerem à dita Casa da Torre. (CÂMARA DE VEREADORES DE JUAZEIRO, 1835 *apud* SOUZA, 1991, p. 2).

Concomitante ao desenvolvimento da Fazenda Tatauí, o povoado de Santana do Sobrado que se situava na margem esquerda do Rio São Francisco prosperava em função de sua localização à montante próxima da Cachoeira de Sobradinho. Ali, deixava-se sempre parte da carga das embarcações para que, subindo ou descendo, transpusessem-se, com segurança, as corredeiras do Rio São Francisco. Voltava-se, em seguida com os barcos vazios para buscar o restante da carga e prosseguir viagem, com carregamento pleno, em direção ao porto de Remanso ou Juazeiro. (Fig. 61).

Figura 61 – Santana do Sobrado e Sobradinho no final do Século XIX



Fonte: Sampaio (1879 *apud* Costa, 2007, p. 68)

Na Cachoeira do Sobradinho, ou melhor nas cachoeiras deste nome, porque elas são muitas, quatro pelo menos ao longo do canal, aí mais suscetível de navegação, divide-se o rio em dois braços desiguais e exhibe um verdadeiro arquipélago de que são as maiores ilhas, as de Santa Anna e da Cachoeira.

Impraticável é o braço maior, do lado do sul; grandes são aí os desnivelamentos, múltiplos os obstáculos que o leito rochoso

apresenta. O Canal do Sobradinho, porém, entre a ilha da Cachoeira e a margem esquerda, com um desnivelamento maior, reparte por quatro sucessivos e curtos rápidos ou corredeiras o maior desnivelamento que se observa no outro braço. Melhorado esse canal, com a retificação da passagem, e remoção de Lages que o prejudicam em profundidade e direção, o trânsito para grandes barcas fica assegurado em qualquer época do ano, e as comunicações do Joazeiro com a secção desimpedida do rio garantida.

No canal do Sobradinho tínhamos encontrado, nessa época de vazante, uma largura média de 12 metros, e o fundo mínimo de 50 centímetros sobre o travessão da cachoeira mais importante. As embarcações passavam então descarregadas, ou, quando pequenas, aliviadas de meia carga. (SAMPAIO, 1879, p. 40).

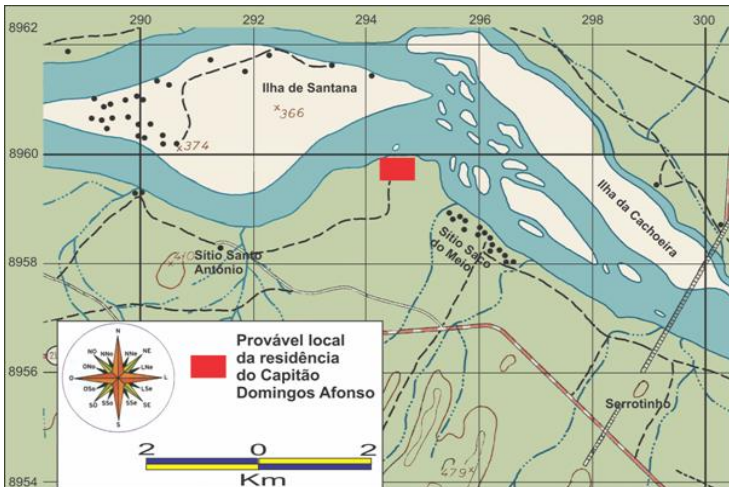
Nos aldeamentos missionários do Submédio São Francisco ratificava-se a dominação portuguesa, pela imposição de sua ideologia e seus valores culturais. Restaram apenas as tradições indígenas que lhes interessavam por estarem ligadas à sobrevivência no sertão brasileiro. As feições indígenas de muitos remanescentes de antigos criadores de gado da região de Sobradinho sugerem terem sido frequentes os acasalamentos de portugueses com as índias, durante os séculos XVII e XVIII. Foi assim que muitos povoados ribeirinhos surgiram de antigas aldeias. Dessa forma, preservaram-se tradições culturais nativas até a construção da Barragem, quando se modificou radicalmente a paisagem e as condições ambientais da região, desestabilizando a vida, as tradições e os costumes das comunidades justafluviais.

Entre os vaqueiros da região de Sobradinho mantém-se viva a tradição oral de que índios fugitivos da Missão de São Gonzalo dirigiam-se, periodicamente, ao Boqueirão para realizarem rituais de sua cultura. A Missão de São Gonzalo era um aldeamento catequista implantado na margem direita do

Rio São Francisco, junto à foz do Rio Salitre, a 40 km de distância, em linha reta, do Boqueirão do Riacho São Gonçalo.

Pelo que se sabe da tradição oral, as áreas das antigas fazendas São Gonçalo e Tatauí eram subdivisões da sesmaria que, em 1659, o Padre Antônio Pereira, tio e sócio de Garcia d'Ávila recebeu da Coroa Portuguesa, para criação extensiva de gado. É muito provável que o Capitão Domingos tenha fixado residência na margem direita do Rio São Francisco, à jusante próxima da ilha de Santana e à montante do Serrotinho, junto ao povoado de Juacema que, no passado se chamava de Sítio Saco do Meio. (Fig. 62). Nesse povoado, hoje inundado pelo Lago de Sobradinho, Calderón et al. (1977) identificaram um sítio arqueológico em que resgataram 67 fragmentos cerâmicos. Esses vestígios da cultura local estão no laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Sobre eles ainda não se fez estudo algum para identificar atributos da identidade de seus artífices e/ou usuários.

Figura 62 – Provável local da residência de Domingos Afonso Sertão



Fonte: Ministério do Exército (1977), adaptado pelo autor

Domingos Afonso Sertão tinha sua morada na Fazenda Sobrado que assim era denominada como decorrência da construção assobradada que servia de residência a seu proprietário. Essa fazenda situava-se entre a foz do rio Salitre e o lugar hoje denominado Santana do Sobrado, junto à curva que o rio faz. (LIMA SOBRINHO, 1979, p. 105 apud KESTERING, 2001, p. 48).

Não se sabe se as terras que originalmente pertenceram ao Padre Antônio Pereira incluíram-se no testamento do Capitão Domingos Afonso, como o foram as trinta fazendas que esse latifundiário mafrense possuía no Piauí. Essas últimas pertenceram e foram administradas pelos jesuítas até o ano de 1751, quando o Marquês de Pombal os expulsou do Brasil. A decisão de expurgá-los de solo brasileiro visava dar fim aos conflitos que havia entre os colonos e os sacerdotes missionários. Enquanto os primeiros defendiam a utilização da mão de obra escrava indígena, os religiosos negavam-se a ceder seus catequizados para o empreendimento colonial. As terras administradas pela Companhia de Jesus foram, então, tomadas por militares e colonos ou doadas e leiloadas pela Coroa Portuguesa. (SOUSA, 2017).

Aos escravos (índios e africanos) que até a Reforma Pombalina registravam-se sem sobrenome, exigiu-se que lhes atribuíssem os de seus proprietários portugueses. Para evitar que reivindicassem direitos sobre posses e/ou propriedades, muitos portugueses tiveram o cuidado de os registrarem com o seu sobrenome, precedido pela preposição definidora de posse. Essa relação subordinativa mostrava que o sobrenome do fazendeiro não se dissociava do que se atribuía ao escravo. Antes, pelo contrário, deixava claro que esse continuava sendo propriedade sua. Foi assim que surgiram os sobrenomes **dos Santos, de Souza, da Silva, da Rocha e da Costa**, comuns no Semiárido Tapuia. Outros portugueses não tiveram esse cuidado e registraram-nos com seu próprio

sobrenome, sem a preposição que caracterizasse tratar-se de posse sua.

O traçado do caminho entre o povoado do Saco do Meio e a Fazenda São Gonçalo evidencia ligação atávica maior entre os moradores desse povoado e a dita fazenda. (Fig. 63). Essas práticas estenderam-se ao longo dos tempos até a década de 1970, quando se construiu a Barragem de Sobradinho, exigindo a relocação das famílias ribeirinhas para a borda do lago. (GUNTEN, 1980).

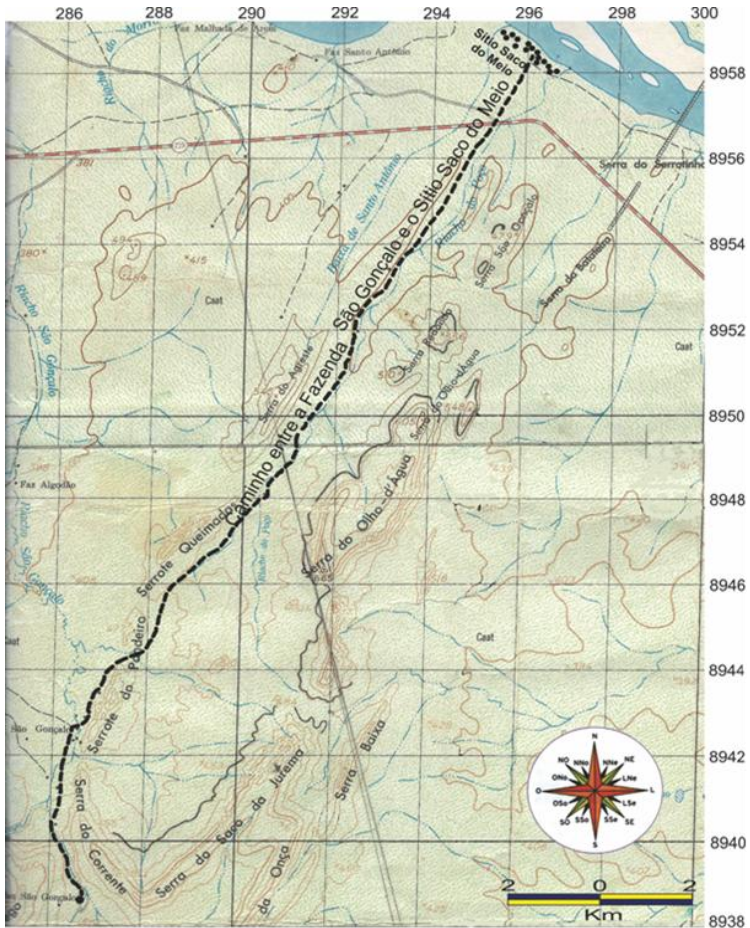
Para São Gonçalo da Serra foram relocadas mais de cinquenta famílias. Cada uma delas recebeu um lote de terra individual para a prática da agricultura familiar de sequeiro. Havia, também, áreas abertas para criação extensiva de animais domésticos (caprinos, ovinos, muares, equinos, asininos, suínos e bovinos). Com essas áreas de criação extensiva, as famílias reassentadas amenizaram o trauma da relocação porque continuaram criando animais domésticos soltos na caatinga e caçando animais silvestres, como sempre o fizeram seus ancestrais, desde tempos remotos da história local.

Na década de 1990, face às dificuldades que encontraram para sobreviver nas pequenas glebas de terra onde foram assentados, muitos chefes de família começaram a vendê-las, por preços irrisórios, aos intermediários de empresas agropastoris que investiam na região. Nas mãos desses, as pequenas glebas ampliavam-se pela invasão e inclusão de áreas de uso coletivo. Assim se tornava dia a dia mais difícil a vida de quem decidira permanecer na terra cujo direito a uso herdara de seus ancestrais. (GUNTEN, 1990). Propôs-se, por isso, registrar a área de uso coletivo que restava, em um fundo de pasto onde os membros das famílias Moquim e Gato pudessem criar animais domésticos, da mesma forma que sempre o fizeram, antes, durante e depois da construção da Barragem de Sobradinho. Propôs-se a criação de uma

Cidadãos Tatauí

entidade para gerenciar o fundo de pasto de uso coletivo, em respeito e homenagem aos índios Tamoquim e aos Gato ou Piró, como carinhosamente se chamavam os filhos dos colonizadores portugueses na região.

Figura 63 – Traçado do caminho entre São Gonçalo e Saco do Meio



Fonte: Ministério do Exército (1977), adaptado pelo autor

[Essa entidade teria] as seguintes finalidades: a) prover a comunidade de água, construindo uma barragem no local; b)

garantir as terras para a comunidade, inclusive adquirindo as terras dos lavradores que quisessem vendê-las; c) adquirir as terras que Salomão Félix Martins já tinha comprado para o italiano Jean Pietro; d) criar um parque ecológico e arqueológico. A meu pedido, participou desta reunião a agente da CPT Diocesana, Maria Salete Pereira. (SOUZA, 1995).

Enquanto se elaboravam os estatutos para organização e registro da Fundação, com recursos enviados por entidades filantrópicas suíças, readquiriram-se glebas de terra que haviam sido vendidas e compraram-se outras de quem insistia na decisão de vendê-las. Pretendia-se, assim, garantir a formação do fundo de pasto, para implantar projetos de sobrevivência da população, em harmonia com o meio ambiente. Por interferências políticas, não se registrou a fundação e nem se lhe transferiram as terras compradas para a implantação do Fundo de Pasto dos herdeiros do patrimônio Tamoquim.

3.3 Construção da Barragem

Em 1971, iniciou-se novo capítulo da história de Sobradinho quando se decidiu construir a barragem destinada a regularizar a vazão do Rio São Francisco para a geração constante de energia elétrica nas usinas à jusante quais eram a de Paulo Afonso e Moxotó e seriam as de Itaparica, Xingó e Orocó. Em 1973, quando se encontrava no auge o regime militar, o Ministério das Minas e Energia, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) instalou-se na região com os exclusivos propósitos de construí-la, operá-la e mantê-la.

Marcou-se esse período por uma grave crise energética mundial, em consequência da primeira grande instabilidade do petróleo. Isso fez com que se buscassem alternativas para

geração de energia renovável. A partir daí o imperativo da modernização capitalista chegou muito forte no Vale do Rio São Francisco. Inaugurou-se no sertão nordestino o processo de se abordar a água e outros componentes do patrimônio natural como mercadorias.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciava, então, que se estava começando a valorizar a água como negócio para o estado e os grupos mais ricos da sociedade. Afirmavam seus técnicos que esse modelo de desenvolvimento era autoritário. Esclarecia a população de que a classe já opulenta mandava construir grandes obras e se beneficiava com o dinheiro desse negócio. Alertava que o projeto de modernidade neoliberal estava a impor o empobrecimento de amplas massas populares para enriquecimento de específicos setores da burguesia contemporânea. Lembro-me que diziam os profissionais do MAB ser um exemplo claro dessa política a implantação das barragens para o aumento da geração de energia no país. Arrazoavam tratar-se de um negócio que promovia a retirada de milhares de pessoas da sua terra de origem, com o cerceamento conseqüente ao usufruto de seu patrimônio natural e cultural que durante milênios serviam-se para sobreviver. Desde o início da década de 1970, o povo resistia, por isso, a esse modelo econômico. Porém, o dinheiro das classes mais abastadas ditava as regras.

O modelo energético baseado na produção de energia hídrica significa 20% de toda energia produzida no mundo. Esta forma de produção de energia já expulsou de suas terras de 40 a 80 milhões de pessoas no mundo. No Brasil 92% da energia produzida vêm da fonte hídrica, já tendo expulsado mais de um milhão de pessoas de suas terras. (MAB, 2005 *apud* CORRÊA, 2005, p. 39).

Um desses projetos previa grandes barragens e usinas hidrelétricas que se constituiriam na matriz do modelo

energético brasileiro, para atender aos interesses, principalmente das eletro-intensivas¹¹, prioritariamente internacionais e transnacionais. Essas empresas passavam a prescrever novas formas de uso e significação do território nacional e dos recursos naturais. A água passou a ser vista como potencial energético dos rios, a fim de elevar projetos desenvolvimentistas conservadores quando o mundo ainda estava sob os efeitos da guerra fria. Socialistas e capitalistas disputavam terras e fronteiras em busca de poder sobre as nações e de ampliação dos horizontes de seus projetos de sociedade.

Para construção dessas barragens, nesse período, por exemplo, conforme documento da CPI das Barragens, foram inundados milhões e milhões de hectares de terras e florestas, sacrificando e precarizando muitos povos e grupos sociais históricos do campo (Indígenas, afrodescendentes - comunidades remanescentes de quilombos - meeiros, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos, camponeses etc.) que foram remanejados para outras áreas, na realidade, expulsos e expropriados de suas terras, colocando em cheque seus modos de vida, suas atividades próprias e seculares de produzir sua existência individual e coletiva, material e simbólica. (CORRÊA, 2009, p. 39).

Com suportes ideológicos colonialistas, chegou assim a Sobradinho a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela construção da monumental estrutura de barramento das águas do Rio dos Currais. (Fig. 64).

A seus planejadores e dirigentes o sistema neoliberal exigia que, no Vale da Integração Nacional, servissem-se das mesmas cangalhas reguladoras de visão que, espontaneamente utilizavam meus ancestrais, nas pródigas

¹¹ Chamavam-se eletro-intensivas as empresas do setor industrial, que usavam muita energia elétrica.

terras dotais da Princesa Isabel, quando, em 1873 ocuparam o afluente Norte do Rio Tubarão, em Santa Catarina.

Figura 64 – Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco



Fonte: Gunten (1980)

A República Federal Alemã está colaborando com a CHESF no desenvolvimento de seu plano de eletrificação do Nordeste Brasileiro. Assim é que, recentemente, foi realizado um contrato com um consórcio europeu do qual fazem parte três grandes firmas alemãs e suas associadas brasileiras. 85% [dos investimentos] são assegurados por um consórcio de bancos alemães do qual participam o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), (Banco de Desenvolvimento Alemão) e o Deutschebank. As firmas alemãs que participam deste consórcio são a Siemens, através da Siemens alemã e sua igual no Brasil. Participam também a Voith e a Kraufwerks-Union e a sua representante no Brasil que é a Tusa. De modo que essas são as firmas que estão colaborando para o fornecimento de equipamentos para o desenvolvimento do nosso plano energético do Nordeste do Brasil. (QUEIROZ, *apud* GUNTEN, 1980).

Eles, os burocratas do sistema, chegaram com interesses multinacionais postos em alinhamento com os discursos

desenvolvimentistas do Planalto Central, para implantarem o progresso exclusivista nas terras onde, durante milênios, viviam e eram felizes as populações autóctones, remanescentes de etnias tapuias. Quando chegaram, convencidos de que as conveniências da pátria das oligarquias sobrepujam-se às necessidades básicas da população local, em nome de preceitos mais que excludentes, impuseram às famílias ribeirinhas o traumático sacrifício da relocação.

Em referências que se consultaram, teve-se acesso a uma carta que, em 1972, Eunápio Peltier de Queiroz, então Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco encaminhou a Antônio Carlos Magalhães, na ocasião gestor maior da Eletrobrás. Nela expressava sua genuína concepção colonialista a respeito do barranqueiro típico da região.

[Trata-se] de um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, autossuficiente, analfabeto, sem contatos com os meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado culturalmente e economicamente do resto do país. (SIGAUD, 1987, p. 24 *apud* MOURA, 1997, p. 51).

Dos húmicos lameiros, como plantas impeditivas aos projetos governamentais, arrancaram-se os beiradeiros remanescentes das etnias Acoroá, Amoipirá, Guegoá, Caimbé, Tupiná, Crinquirim, Ocrém, Tamoquim e Muribec que, com sobejos haveres patrimoniais e saberes culturais, harmonicamente conviviam com seu natural pé de meia. Eles ali permaneciam graças ao acordo verbal que, no Século XVII, o Guerreiro Francisco Rodelas firmara com o Capitão Francisco Dias d'Ávila. Decidiu-se plantá-los em distante projeto de irrigação e nos estéreis terraços fluviais arcaicos que, já se sabia, em se cultivando nada davam. (Fig. 65 e 66).

Figura 65 – Diretor de obras da Barragem de Sobradinho - BA



Fonte: Gunten (1980)

Figura 66 – Barragem de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (2013)

Entre os acertos feitos para a construção da Barragem, inclusive com a participação do Banco Mundial, um dos mais importantes foi a transferência de cerca de 65 mil pessoas de uma das regiões mais pobres e marginalizadas do país, que habitavam a borda do Rio São Francisco e as áreas que iriam ser inundadas.

A CHESF elaborou, em convênio com outros órgãos governamentais brasileiros, um projeto de agrovilas, situado a cerca de 700 km da área da Barragem, para onde seria possível

a transferência dessa população. Submetida à apreciação do Banco mundial, esse projeto de relocação foi aprovado e executado entre os anos de 1975 e 1977.

Nós esperávamos que cerca de cinco mil famílias se deslocassem para as agrovilas e aproximadamente mil famílias desejassem ficar na borda do Lago. Infelizmente, por atavismo (ligação muito grande que o homem nordestino tem a sua região), o projeto não teve o sucesso desejado.

Nós fizemos um projeto social um pouco demagógico. Dizíamos: Se você tem um pedaço de terra, nós vamos pagar a produção. Esta é uma coisa. Geralmente quando se faz um projeto como este na Alemanha ou Suíça paga-se o preço justo e as pessoas se vão, sem a menor possibilidade de escolherem para onde ir. Aqui, o governo lhes disse: Nós pagamos o seu pedaço de terra e você pode escolher ir [para a agrovila] ou ficar na borda do lago. Pagar a propriedade é uma coisa. Ajudar-lhe a recomeçar a vida é outra coisa.

Eu tenho consciência de que o Projeto Sobradinho representa um excelente investimento que o Brasil fez para o seu desenvolvimento. Nada se faz sem luta, sem inclusive prejudicar ou incomodar algumas pessoas. (...) Sobradinho representa a garantia da energia elétrica para o Nordeste até o ano 2000. Esse balanço resulta num saldo altamente positivo.

Toda esta região era uma região morta. Essa gente não tinha ideia de nada. Era feliz na sua miséria. (AGUIAR *apud* GUNTEN, 1980).

Os menestréis das cortes colonialistas chegaram à região de Sobradinho com critérios eminentemente econômicos, recitando o mesmo verso que, no seio da colônia alemã do Vale do Braço do Norte eu cresci ouvindo bardos ancestrais repetirem à exaustão: **Sie die Brasilianer haben nichts**¹². Em Sobradinho, eles chegaram recitando paráfrases da secular máxima colonizadora da América Latina: **Sie waren Glücklich in ihrem Elend**¹³. (Fig. 67).

¹² Eles, os brasileiros, nada têm.

¹³ Eles eram felizes na sua miséria.

Figura 67 – Diretor de Obras da Barragem de Sobradinho



Fonte: Gunten (1980)

Qualquer pessoa que, ainda hoje, chegue à região, logo se inteira daquele jogo de poder. Ou pelo menos de intenções de poder. Qualquer instituição, especialmente a serviço do capitalismo, no uso da boa estratégia rapidamente se aproximava dos grupos mandantes, seduzindo-os de acordo com a personalidade, pelo argumento ou pelo favor. Ao cidadão médio, restava saber a notícia das decisões e projetos, insignificante que parecia diante dos grandes empreendimentos. É desnecessário argumentar que os planejadores de Sobradinho, à sua época, sabiam disto. (SILVA, 2010, p. 117).

Em alguns momentos, em registros oficiais escapava a real percepção que o forasteiro colonialista ou colonizador tinha do sertanejo. Em relatório técnico realizado pela Hidroservice, com objetivo de caracterizar a área a ser atingida pela Barragem de Sobradinho, expôs-se de forma cristalina a constrangedora visão do estrangeiro sobre o habitante nativo.

Cidadãos Tatauí

A relativa situação de isolamento em que vive a população, as suas precárias condições de vida e de trabalho não lhes permitem aberturas no seu mundo mental, nem tão pouco a aquisição de técnicas sociais, que a equipe convenientemente [sugere] para se adaptar a novos ambientes. Falta-lhes ainda qualquer qualificação profissional que lhes possibilite o engajamento em outras áreas onde prevaleça um sistema de divisão do trabalho mais moderno e complexo. (HIDROSERVICE, *apud* SIQUEIRA, 1992, p. 3).

O Lago de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além de muitas ilhas onde também se praticava a agricultura de vazante ou lameiro. A construção da barragem artificial não foi um projeto isolado. Ela seguiu um planejamento colonialista, com objetivos muito bem definidos. (Fig. 68 a 70).

Figura 68 – Lago de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 69 – Lago de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (2004)

Figura 70 – Lago de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (1984)

A tônica geral, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. Como se tudo começasse – o processo, a vida, a história – com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não

cabendo, portanto, dúvida ou oposição. (GERMANI, 1993, p. 557 *apud* SILVA, 2010, p. 118).

Em quatro décadas de convivência com beiradeiros do sertão Tapuia, eu aprendi a ver que os habitantes do território que abrange os municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova tinham tudo de que precisavam para serem felizes. Eles tinham patrimônios, histórias e memórias. **Die Brasilianer hier hatten alles**¹⁴.

Para a escavação e o assentamento das fundações e as obras de concreto que começaram em 1974 empregaram-se em torno de 20.000 trabalhadores, chefes de famílias oriundos de 21 Estados da Federação. Concluídos os diques, com a média de 41 metros de altura e 13 quilômetros de extensão, represou-se o Velho Chico, em 1977 e 1978, quando se iniciou a geração de 1.050 Megawatts de energia elétrica. A conclusão das obras ocorreu em 1981 quando se implantou o moderno sistema de eclusa que viabilizou a navegação do trecho de 1.500 quilômetros do Rio São Francisco, compreendido entre as cidades de Pirapora - MG e Juazeiro - BA. (Fig. 71 a 74).

Do atual município de Sobradinho relocaram-se os povoados de Juacema, São Gonçalo e Algodões que então se integravam ao território de Juazeiro – BA.

Para abrigar a mão de obra especializada, composta por técnicos, engenheiros, médicos, profissionais de educação e respectivas famílias, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) construiu, com infraestrutura completa, um acampamento que se constituía das vilas Santana e São Francisco. (Fig. 75). Esse aquartelamento era cercado de arame farpado, com guaritas onde seguranças mantinham-se a postos, baixando correntes para os carros e transeuntes

¹⁴ Os brasileiros daqui tinham tudo.

entrarem e saírem da área que se considerava de segurança nacional, mediante séria identificação e checagem de documentos.

Figura 71 – Escavação para fundações da Barragem de Sobradinho



Fonte: Moreira (2017)

Figura 72 – Construção da eclusa e do canal de aproximação



Fonte: Acervo do autor (1979)

Figura 73 – Canal de aproximação da eclusa



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 74 – Eclusa em operação



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 75 – Vista parcial da Vila São Francisco



Fonte: Acervo do autor (1984)

Nas duas vilas de seleta povoação da empresa responsável pela construção da barragem, as casas eram confortáveis e seguras. Dotaram-se as vilas de energia elétrica, rede de esgoto, hotel de trânsito, restaurantes, escolas, igrejas, supermercados, cinemas, praças, pista de pouso e clubes com campos de futebol e quadras poliesportivas. Na Vila Santana, espaço que se dizia dos ricos, morava o *staff* da obra (engenheiros, médicos, técnicos, professores, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais). Na Vila São Francisco, espaço dos que se chamavam cachimbos, residiam mestres de obra, pedreiros, carpinteiros, encanadores e professores. Nela havia um complexo comercial, um clube social com cinema, um pequeno zoológico, uma escola exclusiva para os filhos de funcionários, uma igreja e um grande restaurante (Oresthur), que posteriormente passou a ser a sede da gerência da CHESF.

Na sua construção trabalharam técnicos qualificados e semiquilificados que moravam dentro do acampamento da CHESF. Os técnicos qualificados residiam na Vila Santana e gozavam do conforto de residências bem construídas, com água encanada e luz elétrica gratuita, com clube e piscina, com arborização farta que minimizava o calor dos dias quentes e com ruas bem traçadas e revestidas de asfalto. Para os

técnicos semiquilificados foi construída a Vila São Francisco, com menor conforto que a primeira, mas contando também com água encanada, energia elétrica gratuita e ruas asfaltadas. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 1).

A maioria das pessoas que afluíram a Sobradinho constituía-se, porém, de funcionários de empreiteiras e de subempreiteiras que, por se haverem encantado com as promessas que se lhes faziam, buscavam melhores condições de vida. Nada era, porém, como pensavam que fosse. O seu salário era baixíssimo (aproximadamente 32 centavos de dólar por hora). Os perigos na construção eram constantes e o que ganhavam dava mal para comer. (Fig. 76 e 77).

Figura 76 – Perigos na construção da barragem



Fonte: Gunten (1980)

Figura 77 – Perigos na construção da barragem



Fonte: Gunten (1980)

Com carga de trabalho de mais de 10 horas diárias, muitos se acidentaram e morreram. Diz-se que, vários deles no próprio canteiro de obras foram concretados ou enterrados para que ninguém ficasse sabendo e, assim, não se pagava indenização à família. Era uma verdadeira história de terror a desses infelizes trabalhadores. Não se evadiam porque não tinham condições financeiras para fazê-lo.

A população dos que se dizia nada terem assentou-se no Alto do Zé Pretinho que se havia indenizado a Juca Pombo e, por ser infestada de ectoparasitas conhecia-se também como Alto dos Carrapatos. Formou ali um aglomerado humano abrigado em barracos de papelão, folhas de flandres, lona, esteira de tabua e taipa. No centro dele, onde anos mais tarde se implantou a Praça Sete de Setembro, havia um grande umbuzeiro em cuja sombra sediava-se a antiga feirinha. Próximo a ela, em rústicas estruturas de esteira, tábuas velhas e sacos vazios, concentrava-se o conjunto de serviços essenciais como matadouros, armarinhos, mercearias, bares, cafés, costureiras e açougues. Havia também um cinema de cigano, que se montou em lona. Ali, instalavam-se, periodicamente, também os parques de diversão e os circos. Sobradinho fez-se, assim, o maior e mais desumano povoado do Distrito de Junco, município de Juazeiro. Aos poucos, ordenou-se a caótica ocupação, transformando-se em comunidade. Com o passar do tempo, melhoraram-se as habitações e surgiram as primeiras casas de taipa ou pau a pique, com coberturas de palha. Posteriormente, foram elas substituídas por residências de alvenaria e telhas de cerâmica. Nascia assim a filha abortiva do colonialismo excludente, que a CHESF registrou como Vila São Joaquim. (Fig. 78 a 80).

Fora do acampamento, os trabalhadores da barragem amargavam cruel sentimento de exclusão. A maioria dela, chegada que era de vários estados do Nordeste, mormente

Cidadãos Tatauí

do Vale do Rio São Francisco, exercia atividades ligadas à agricultura de subsistência, à pesca e ao comércio.

Figura 78 – Vista parcial da Vila São Joaquim



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 79 – Vista parcial da Vila São Joaquim



Fonte: Acervo do autor (2005)

Figura 80 – Vista parcial da Vila São Joaquim



Fonte: Acervo do autor (2012)

Os desapropriados da área do reservatório foram seus primeiros habitantes. Muitos forasteiros em busca de trabalho, com suas crenças e traços culturais próprios, somaram-se aos nativos da região. Assim, a vida pacata da Fazenda Tatauí, cedeu lugar à agitação do desorganizado aglomerado humano. Começaram a se registrarem violências, crimes, desavenças, assaltos e prostituição. O Alto do Carrapato fez-se conhecido como Cai Duro. Diz-se que nele os operários dos alojamentos das vilas São Francisco e Santana, frequentavam o baixo meretrício a que chamavam de Chililique, armados de peixeira e revólver. Com isso, Sobradinho ficou conhecido em toda a região por incontáveis casos de violência.

Em 1974, havia já 910 habitações de alvenaria e 570 de taipa. Com vistas a abastecer a população com água tratada implantou-se rústico sistema de aprovisionamento com sete chafarizes tanques, substituídos anos mais tarde por 32

fontes coletivas de alimentação hídrica, distribuídas nas quadras de habitação.

Esse sistema perdurou por mais de dez anos. Não poucas vezes acordei às três horas da madrugada para colocar latas na fila da bica que se instalou na Quadra S 9. Vi quando, em uma dessas embircicas empurrou-se meu velho amigo Antão Dias da Mota, vindo a bater sua cabeça em uma pedra que junto ao chafariz se pusera. Faleceu meu grande amigo, dias depois, em hospital de Juazeiro, vítima de edema pulmonar.

A Vila São Joaquim, junto à Barragem de Sobradinho tem sua história de escravidão como a têm outras vilas espalhadas por este Brasil afora. Além dos 484 anos de cativeiro que todo o brasileiro carrega às costas, a Vila São Joaquim tem a lembrança viva de uma escravidão mais recente, que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) lhe impôs. A CHESF fez argamassa de areia, cimento e sangue humano para construir uma barragem que produz energia elétrica para as capitais, deixando seus escravos na miséria e na fome. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 1).

3.4 Resistência e Luta

Em janeiro de 1981, organizou-se um movimento popular para a retirada da cerca da vergonha que separava a Vila São Joaquim do acampamento da empresa de economia mista, responsável pela construção do barramento que se dizia ter-se projetado para ser a redenção do Nordeste. Começava, então, um novo capítulo da história de Sobradinho. Esse movimento fortaleceu-se com o término das obras de construção dos diques, das usinas e da eclusa, quando o desemprego e a fome grassaram e assolaram o maior povoado do Município de Juazeiro. (Fig. 81). Nenhuma alternativa havia sido planejada para garantir a sobrevivência

dos barrageiros, em maioria absoluta agricultores da região Nordeste do Brasil, quando não mais houvesse necessidade deles como mão de obra exacerbadamente explorada e mal paga.

Figura 81 – Barrageiros desempregados



Fonte: Gunten (1980)

[Para os tecnocratas colonialistas] a Vila São Joaquim deveria desaparecer de Sobradinho. Ela não estava nos planos de quem a gerou. São passados três anos, porém, desde que as obras foram concluídas e a Vila São Joaquim ainda resiste teimosa como todo nordestino quando luta pela vida. Neste período de abandono daquela que sugou de suas veias o sangue vigoroso dos trabalhadores, a Vila São Joaquim buscou e continua buscando alternativas que garantam sua sobrevivência e liberdade. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 2).

Começaram os trabalhadores desempregados a se organizar em associações para construir um novo capítulo de sua história. Reiteradas vezes os ouvi a dizer: ontem a escravidão, hoje o deserto, amanhã a terra prometida. No dia 26 de julho

de 1981, a Vila São Joaquim vociferou seu grito de morte à escravidão que lhe impunham as autoridades do sistema colonizador, quando se redigiu e firmou-se um abaixo-assinado com 3.180 aceites. Nele relatava-se o sofrimento da comunidade pela carestia e fome decorrentes da falta de emprego e condições para trabalhar a terra devoluta, em abundância havida no entorno da barragem que ajudaram a edificar. Exigia-se a construção de um canal próximo ao Riacho Tatauí com distribuição de terra para irrigação; condições econômicas para seu cultivo e eletrificação rural.

Para que o abaixo-assinado não fosse mais um documento engavetado pelas autoridades, sem providências reais aos problemas nele apresentados, a comunidade de São Joaquim organizou-se na Associação Agrícola São Joaquim. Com o auxílio da CPT Diocesana, elaboraram-se os estatutos; fez-se a publicação de seus extratos no Diário Oficial do Estado da Bahia e procedeu-se ao registro da mesma no Cartório. Estava, assim, fundada oficialmente a Associação Agrícola São Joaquim, com sua diretoria, conselho fiscal e em número de 650 sócios fundadores que fazem sua Assembleia Geral no último dia de cada mês. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 2).

Em brava luta contra o sistema cujos interesses fluíam em sentido contrário aos anseios libertários dos trabalhadores desempregados conseguiu-se implantar os Projetos Tatauí 1 (irrigado), 2, 3, 4 e 5 (de sequeiro). Neles assentaram-se chefes de famílias, muitos dos quais ainda hoje cultivam a terra que em brava luta conquistaram.

Nesta luta desigual, os pobres ainda estão apanhando em Sobradinho. Aqui, neste campo de batalha, não corre sangue porque os pobres não mais o tem nas suas veias. No nosso exército, morrem crianças e adultos diariamente. Existem dias em que são enterradas seis crianças que morrem de subnutrição (fome) na Vila São Joaquim. É uma guerra dura! Como Cristo, ao morrer na cruz, apunhalado por um soldado, fez jorrar de seu peito somente umas gotas de água, o povo de

Sobradinho agoniza sem derramar sangue, porque não mais o tem em suas veias.

Mas o povo de Sobradinho acredita na Ressurreição de Cristo. Como Ele venceu a morte, o povo verá sua ressurreição. Deus é maior que a exploração. Cristo está do nosso lado a dizer: “Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome, Eu estarei no meio deles”. (MATEUS, 18: 20). (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 10).

A ação corajosa da Associação Agrícola São Joaquim sensibilizou moradores do povoado de Lagoa Grande, onde vários agricultores haviam ocupado terras aluviais às margens do Riacho Tatauí. Em novembro de 1982, um grupo de 30 famílias iniciou ali a luta para irrigar suas glebas individuais com um projeto comunitário de rega.

O primeiro plano do grupo era de se levar água encanada até o povoado de Lagoa Grande. Depois do levantamento topográfico feito pela CHESF, viu-se que seria mais econômico e mais fácil construir uma barragem na foz do Riacho Tatauí para jogar, a sua montante, com uma estação de bombeamento, as águas do Rio São Francisco. A barragem teria condições de formar um lago dentro da calha do Riacho Tatauí até o povoado de Lagoa Grande. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 8).

O plano da barragem abandonou-se quando, ao inaugurar o Projeto de Irrigação Tatauí 1, José Ribamar Sarney, então presidente da República determinou que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco realizasse levantamento pedológico e, a depender da aptidão dos solos elaborasse e implantasse um projeto de irrigação comunitária. Honrou-se o compromisso que o gerenciador maior das terras brasís assumiu enquanto inaugurava o Sistema de Irrigação Tatauí 1. Fizeram-se os estudos pedológicos, elaborou-se projeto executivo e fez-se análise de sua viabilidade econômica e social. Caracterizou-se o mesmo como Projeto Carranquinha. (Fig. 82). Esse plano abandonou-se quando se

decidiu lutar pela implantação do Canal Serra da Batateira para viabilizar o abastecimento de todos os projetos de irrigação que se implantassem a jusante e adjacências da Barragem de Sobradinho.

Figura 82 – Levantamento topográfico feito pela CODEVASF



Fonte: Acervo do Autor (1984)

No dia 29 de junho de 1983, um grupo de 20 chefes de família reuniu-se pela vez primeira, para discutir o problema do desemprego e da fome em Sobradinho. Sua maior parte constituía-se de sócios que se haviam desligado da Associação Agrícola São Joaquim porque seus projetos caminhavam em compasso muito lento em relação à celeridade que o desespero da fome lhes estava a impor.

A máquina do Estado é fria, morosa e insensível aos problemas do povo faminto. Os técnicos, metidos nessa engrenagem fria, atendem muito mais aos interesses imediatos do Estado do que do povo que paga imposto. A Associação Agrícola São Joaquim caminhava, obedecendo ao compasso do Estado. O grupo dissidente havia-se cansado de esperar e decidiu buscar

outra solução para seu problema. Na reunião do dia 29 de junho de 1983, decidiu ocupar terras situadas ao norte da Vila São Joaquim, que estavam cobertas de mato e inaproveitadas. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 2-3).

A terra que dela se apossaram dizia-se pertencer à CHESF que, por decreto a havia desapropriado a Juca Pombo. Estribados no argumento de que, se ela pertencia à empresa que os havia incentivado a deixarem seus torrões de origem para conseguirem dias melhores a suas famílias, seus gerenciadores não haviam honrado a palavra dada, deixando-os ao léu, à mercê da sorte. O que lhes fora negado, eles tinham que, por sua conta e risco conquistar.

[O grupo] estava com fome e a vida era mais importante para ele. Decidiu ocupar a terra. Abriu variantes. Cavou os buracos para a cerca. Foi ao mato [à caatinga], com machados e foices, para tirar estacas e fazer a cerca. Em dois dias, o grupo tirou 1.500 estacas. Levou rapadura, farinha e feijão e passou dois dias no mato. À noite, o grupo fez uma grande fogueira e dormiu ao redor dela, contando muita anedota e histórias [de lutas que, ao longo dos anos, no Nordeste tem-se que aprender a fazer em defesa da vida e da honra]. Em poucos dias, os vinte homens tinham aproximadamente 100 hectares de terra cercada. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 3).

Começaram a surgir problemas que já se sabia não serem crias de chocadeira e nem de geração espontânea. Começou-se por distribuir a trabalhadores, afilhados econômicos e alinhados ideológicos, declarações com direito à posse da terra que, sem o beneplácito dos bardos da empresa colonialista de economia mista havia-se ocupado. Continuou-se por pressionar as empresas e órgãos governamentais responsáveis pelo fomento ao desenvolvimento de atividades agropecuárias na borda do lago artificial a não apoiarem técnica e economicamente ao grupo insubordinado que, por conta própria, a deriva das bênçãos coronelísticas do sistema escravagista, havia-se apropriado da área. Prosseguiu-se com

ameaças de que se formalizaria denúncia à Polícia Federal, exigindo dela providências repressivas e punitivas ao grupo insubordinado de baderneiros da ordem pública de que carecia a Vila São Joaquim. Que fossem, dizia-se, exemplarmente escarmentados os indisciplinados desordeiros do Alto do Carrapato. Persistiu-se na perseguição com a declaração de engenheiros agrônomos da Prefeitura de Juazeiro a dizer que a terra ocupada era inapta à prática agrícola. Avançou-se com a calúnia de que a área de terra ocupada era da Prefeitura Municipal de Juazeiro e localizava-se dentro do perímetro urbano que, pela violência reinante, então se conhecia como Cai Duro.

A Prefeitura de Juazeiro possuía um documento do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), provando que a CHESF lhe havia doado 449 hectares de terra. Possuía um mapa da área feito pelo INTERBA. O pessoal da CHESF, acostumado a ler plantas, alegava que o grupo havia ocupado essa área e marcou no mapa o lugar ocupado. Era bem no centro da Vila São Joaquim. A Prefeitura de Juazeiro e o INTERBA solicitaram que a SEPLANTEC refizesse o mapa [para definir a área que, por direito pertencia à Prefeitura]. (...). Isso tudo levou tempo. Terminado o levantamento feito pela SEPLANTEC, a Prefeitura de Juazeiro queria que se fizesse outro levantamento. O grupo não aceitou mais essa. Os 20 sócios reuniram-se e pressionaram a Prefeitura a fim de que acabasse com a palhaçada. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 3).

Superados os problemas, desmatadas as glebas que equitativamente se distribuiu e, feita a aração e sistematização do solo, liberou-se a área de que cada sócio pôde fazer no INTERBA o requerimento de 4,75 hectares. Com o artifício de uma greve de fome que se realizou em frente à Prefeitura de Juazeiro conseguiu-se o empréstimo de um conjunto de eletrobomba para irrigar as terras ocupadas. Organizou-se em agremiação que se registrou no Cartório como Associação do Alagadiço. (Fig. 83 a 90).

Figura 83 – Desmatamento da área ocupada



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 84 – Implantação artesanal do canal de irrigação



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 85 – Sistematização do solo



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 86 – Instalação da eletrobomba conquistada com greve



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 87 – Sistema artesanal de distribuição de água



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 88 – Primeiro plantio de cebola



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 89 – Primeiro plantio de cebola



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 90 – Primeiro plantio de abóbora



Fonte: Acervo do autor (1984)

Por admiração à luta da Associação do Alagadiço, um grupo de 18 sócios, mulheres em maioria, concomitantemente cercou uma área de terra de 25 hectares nas proximidades da Vila São Joaquim. Em mutirão, respeitado o perímetro urbano que se havia delimitado pela Prefeitura Municipal de Juazeiro abriram-se variantes, fincaram-se estacas em que se esticou e

fixou-se arame farpado. (Fig. 91). Limpou-se a área onde, com apoio da SEPLANTEC, EMATERBA e Terminal Pesqueiro implantaram-se tanques para a criação de tilápias. O grupo organizou-se em agremiação que se registrou em cartório como Associação da Lagoa Seca.

Figura 91 – Associação da Lagoa Seca



Fonte: Acervo do autor (1984)

Começaram a surgir homéricos problemas como soe acontecer em todo projeto cuja luz dá-se fora de palácios herodianos. Um vereador que, há anos, com restolhos de beberetes colonialistas fazia proselitismo na terra da barragem, convidou o prefeito municipal de Juazeiro e convocou os associados do Conselho de Moradores da Vila São Joaquim para denunciar e reivindicar. Como Herodíade a exigir o decepar da cabeça de João Batista, fez sérias acusações referentes aos agentes da Teologia da Libertação comprometidos com as reivindicações populares e mendigou óbvias providências para reparar a omissão crônica da empresa onde era contratado como agente social.

Pela exposição dos representantes dos moradores da Vila São Joaquim, cinco itens resumem suas principais reivindicações:

- 1 Programa de extensão e normalização da rede de energia. (Incrível: trechos sem rede elétrica na beira da fonte geradora de energia para tantos lugares do Nordeste!).
- 2 Atendimento escolar mais eficiente, pois, pelo menos 275 adolescentes estudam o 2º Grau em Juazeiro.
- 3 Abastecimento de água que ali é muito precário (Outro fato interessante: precariedade no abastecimento de água junto ao “maior lago artificial do mundo”).
- 4 Denúncia contra grilagem séria e sistemática que ali estão sendo feitas em muitas áreas de Sobradinho, inclusive já com boa cerca de arame farpado montada.
- 5 Limpeza pública mais eficiente. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 5).

Não se abateram os agentes pastorais de Dom José Rodrigues de Souza e os trabalhadores desempregados da Vila São Joaquim. No dia 19 de setembro de 1983, mais um grupo de 20 chefes de família reuniu-se para encontrar alternativa de sobrevivência. Observe-se que mais de dois anos se havia passado sem que se resolvesse o problema da fome e do desemprego a campear em Sobradinho. Havia alguns membros do grupo que sabiam de uma chapada nas proximidades da Serra da Batateira onde se poderiam assentar seguramente as 20 famílias.

Decidiram ocupá-la. Quando se havia delimitado com variantes a área que improdutiva se apresentava, veiculou-se a informação de que se tratava de uma gleba de propriedade de renomado funcionário da empresa responsável pela construção da Barragem de Sobradinho. Procurou-se no Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) saber se quem se dizia proprietário tinha documento correspondente. Nessa empresa governamental de economia mista, a um só e mesmo tempo obteve-se a informação de que a gleba era devoluta e a recomendação de que cada membro do grupo requeresse o registro do lote individual que, equitativamente, em reunião se havia definido e distribuído. (Fig. 92 a 94).

Figura 92 – Desmatamento da área ocupada



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 93 – Augustinho Freire Leite na gleba que encoivrou



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 94 – Primeiro plantio de sequeiro que se fez na área



Fonte: Acervo do autor (1984)

Vencida a primeira batalha, o grupo fez a política da boa vizinhança. Fez uma reunião com os proprietários de terras vizinhas às terras ocupadas por eles para que entrassem também na luta para conseguirem um projeto comunitário de irrigação que beneficiasse a todos os proprietários de terra naquele local.

Para que sua luta pudesse ser levada adiante, o grupo achou conveniente organizar-se em associação. Deu a ela o nome de Associação da Chapadinha, pois as terras ocupadas eram de chapada. Fizeram e aprovaram seus estatutos que registraram em cartório. (KESTERING e KESTERING, 1984, p. 7).

Com restos de material que no canteiro de obra da CHESF descartou-se, montou-se uma estrutura para irrigar plantas de ciclo curto com a água da chuva que se havia acumulado junto à Rodovia BA-210. (Fig. 95). Constatado que a terra ocupada produziria bem se nela se implantasse um bom projeto de irrigação, alguns representantes entre os quais Jaime Barbosa de Oliveira e Luiz de Araújo Castro viajaram a Recife - PE para, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) protocolarem reivindicação de um sistema de irrigação coletiva. Sua demanda sensibilizou os dirigentes daquela entidade.

Figura 95 – Antônio Alves da Luz a explicar seu sistema de irrigação



Fonte: Acervo do autor (1984)

Passados poucos dias recebeu-se a informação de que seu pleito fora aprovado. Não muitos meses se passaram para que se implantassem os sistemas de captação, elevação e adução de água para irrigar a área ocupada. Ainda hoje se produz e colhe-se com fartura naquele território em que, efetivamente se comprovou ser eficaz a máxima cristã:

Uma vez mais vos asseguro que, se dois dentre vós concordarem na terra em qualquer assunto sobre o qual pedirem, isso lhes será feito por meu Pai que está nos céus. Porquanto, onde se reunirem dois ou três em meu Nome, ali eu estarei no meio deles. (MATEUS, cap. 18, vers. 19 e 20.)

Com a comprovação de que a vida se faz promissora quando se aproximam indivíduos em torno de utopias que em parte resolve-se em um ciclo de existência humana, outras agremiações de trabalhadores formaram-se em Sobradinho. Citam-se, a título de exemplo: Associação da Serra Verde, do Poço do Juá, das Traíras, do Riacho São Gonçalo, de Campo Alegre, do Canaã, dos Algodões, da Serra Branca, do Sangradouro, da Correnteza, das Lavadeiras, dos Estudantes, dos Moradores da Vila São Francisco, Conselho de Moradores da Vila São Joaquim, Colônia de Pescadores Z-26, Sociedade Amigos de Sobradinho e Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola. Para se fortalecerem no enfrentamento de problemas comuns organizaram-se em uma agremiação a que se registrou como União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA) e filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (FETAG) e à Confederação dos Trabalhadores Rurais do Brasil (CONTAG).

Para sediar todas essas agremiações construiu-se um centro comunitário onde regularmente se reunia cada organização e faziam-se assembleias gerais das quais participavam representantes de todo universo associativo e sindical.

O Centro Comunitário Antônio Conselheiro construiu-se em terreno que, no dia 30 de janeiro de 1974 Dom Tomás Guilherme Murphy, primeiro bispo e Presidente da Sociedade das Obras Sociais e Educativas da Diocese de Juazeiro (SOSE) solicitou aos administradores da CHESF. Nele pretendia o velho uropígio de origem estadunidense desenvolver atividades religiosas, educativas e sociais junto ao povo da Vila São Joaquim.

No dia 30 de julho de 1976 cedeu-se ao Centro Social São Joaquim, integrado à Diocese de Juazeiro, a área dos canteiros de obra dos empreiteiros que construíram o acampamento do Projeto Sobradinho, constituído pelas vilas Santana e São Francisco. Nele havia velhos galpões que se utilizavam como escritório administrativo e almoxarifado.

No dia 10 de abril de 1984, Dom José Rodrigues, Ducilene e eu enviamos à Adveniat (Alemanha) um projeto para construção de um Centro Comunitário no terreno cedido. Nos hangares que nele havia sediavam-se, por longo tempo, a secretaria da paróquia e faziam-se encontros de pastoral e ação social. Aprovou-se o projeto e providenciou-se o envio de recursos para sua construção. Argumentava-se na ocasião que, da mesma forma que os projetos de escravização colonialista tinham apoio de entidades internacionais, necessitava-se que as ações de solidariedade com vistas a fortalecer a resistência dos sentimentos libertários dos trabalhadores oprimidos transpusessem as fronteiras da América Latina. Demoliram-se os velhos barracões e se construiu o que passou a se chamar Centro Comunitário Antônio Conselheiro. (Fig. 96 a 105).

Antes mesmo de estar concluída a construção já a utilizavam os seguintes grupos: Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola, Catequese para a Crisma, Catequese para a Primeira Eucaristia, Associação do Alagadiço, Associação da

Cidadãos Tatauí

Chapadinha, Colônia Z-26, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Saúde, Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Pastoral da Mulher Marginalizada, Secretaria da Paróquia, Comissão Pastoral da Terra, Associação do Carranquina e Conselho Paroquial.

Figura 96 – Velho galpão cedido pela CHESF



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 97 – Velho galpão cedido pela CHESF



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 98 – Demolição dos galpões



Fonte: Acervo do Autor (1984)

Figura 99 – Escavação das fundações do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 100 – Escavação das fundações do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 101 – Elevação das paredes do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 102 – Elevação das paredes do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 103 – Elevação das paredes do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 104 – Paredes levantadas do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 105 – Paredes levantadas do Centro Comunitário



Fonte: Acervo do autor (1984)

No dia 25 de dezembro de 1986, às 19 horas, o bispo diocesano Dom José Rodrigues de Souza inaugurou o centro pastoral que a comunidade batizou com o nome de Centro Comunitário Antônio Conselheiro, pela semelhança que havia entre os seguidores desse personagem histórico e o povo de Sobradinho. (Fig. 106).

Figura 106 – Junto ao monumento de Antônio Conselheiro



Fonte: Acervo do autor (1986)

- Antônio Conselheiro nasceu no Ceará. De lá veio grande parte dos moradores de Sobradinho.
 - Foi Antônio Conselheiro quem preconizou que o sertão viraria mar. Sobradinho foi a concretização da profecia do beato.
 - Vivemos hoje a transição da Ditadura Militar para a Nova República. Fato semelhante se deu na passagem da Monarquia para a Velha República quando viviam Antônio Conselheiro e seu povo de Canudos.
 - A luta de Antônio Conselheiro era fundamentalmente pela Reforma Agrária no Brasil. Aqui em Sobradinho ainda hoje estamos às voltas com essa luta.
 - A oligarquia responsável pela implantação dos latifúndios e pelo assassinato de Antônio Conselheiro ainda continua dificultando o surgimento e o fortalecimento de Comunidades Cristãs em nossa região.
- Temos certeza de que o Centro Comunitário Antônio Conselheiro terá papel importante na construção do Reino de Deus onde haverá paz alicerçada na justiça que o povo oprimido conquistará. (KESTERING, 1986).

Além da Adveniat, solidarizaram-se com os trabalhadores de Sobradinho algumas organizações internacionais e nacionais

quais foram: Institut für Brasilienkunde (Alemanha), Misereor (Alemanha), Instituto Latino Americano (Alemanha), Instituto Mandacaru (Alemanha), Cinov Filmproduktion (Suíça), Cebemo (Holanda), Caritas (Brasil) e Sudene (Brasil).

Importa dizer que havia em Sobradinho vários técnicos de órgãos governamentais que, cientes da morosidade dos trâmites burocráticos dos organismos governamentais em que eram efetivos ou contratados, solidarizaram-se com os trabalhadores na busca célere por dias melhores. Destacavam-se nessa ação solidária de apoio à luta dos trabalhadores, alguns funcionários da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) e da Empresa Baiana de Assistência e Extensão Rural (EMATERBA). Citam-se Luiz Berti Tomás Sanjuan, Maysa Maria Torres Sanjuan, Welton Luiz Costa Rocha, José Fernandes Neto, Zélia Martins, João de Souza Sena, José Luiz Alves, Airton José de Souza e Wilton Teixeira Cunha.

Graças à resistência, teimosia e coragem de seu povo, Sobradinho lutou contra todas as adversidades e conseguiu emancipar-se política e administrativamente, no ano exato em que Mikhail Gorbachev desnudava o bloco socialista para revelar ao mundo o fracasso da ditadura do proletariado. A bipolaridade que, durante décadas, justificara a guerra fria entre capitalistas e socialistas, cedeu lugar à multipolaridade, no exato momento em que em Sobradinho davam-se tréguas às divergências pessoais e ideológicas para, em mutirão, emancipar-se a terra que os barrageiros adotaram como sua.

Em 08 de janeiro de 1989, realizou-se o plebiscito para a aprovação de sua emancipação política. Dos 7.867 eleitores inscritos na localidade, 5.125 compareceram às 27 urnas para depositarem seu voto. 4.885 disseram sim à independência política e administrativa, 81 anularam seus votos, 88 posicionaram-se contrários e 71 votaram em branco.

Desmembrou-se oficialmente do Município de Juazeiro no dia 24 de fevereiro de 1989, por força da Lei Estadual nº 4.843, publicada no Diário Oficial da Bahia, em 25 de fevereiro do mesmo ano. Sua sede integra as vilas Santana, São Francisco e São Joaquim.

Sobradinho, que fora idealizada inicialmente para servir apenas de acampamento aos trabalhadores necessários à construção da barragem, passava à categoria de município porque muitas famílias decidiram adotar o lugar como moradia e nele fixaram residência. Após sua emancipação, passou a receber novos contingentes populacionais, com destaque ao conjunto de índios da Etnia Truká, oriundo da Ilha da Assunção, município de Cabrobó - PE.

Do dia 01 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1992, Sobradinho confiou-me o mandato de vereador do Partido dos Trabalhadores. De tudo que havia feito até então, essa foi a mais espinhosa missão que se pôs sobre meus ombros. Na Terra da Barragem cobrava-se tudo da edilidade, menos o cumprimento de seu papel de legislar, sugerir ações e fiscalizar o executivo municipal. Estribada na informação fantasiosa de que seus representantes recebiam vultosos proventos, a população esperava que fossem eles funcionários do executivo naquilo que se referisse a ações de paternalismo individualista. Na pele eu senti que a mais pernóstica das maldades do Regime Militar foi a decisão de se pagar a edilidade brasileira com dinheiro que se poderia investir na solução de problemas coletivos da população. Golbery do Couto e Silva, teórico de segurança nacional sabia que, por essa medida implantar-se-ia no Brasil o maléfico vício de se votar em quem, pela prática do favor, comprasse a alma dos eleitores. Reiteradas vezes sugeri que abdicassem os camaristas dos proventos até que se equacionassem os problemas básicos da Vila São Joaquim, quais eram: desemprego e falta de saneamento básico. Durante bom

Cidadãos Tatauí

tempo renunciei ao usufruto dos subsídios de vereador. Investi-os em financiar a construção solidária do Partido dos Trabalhadores e apoiar empreendimentos da União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA). (Fig. 107 a 110).

Figura 107 – Na Câmara Municipal de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (1990)

Figura 108 – Doação de 40% dos subsídios de vereador ao partido


R E C I B O

Cr\$ 28.067,20

RECEBEMOS de Celito Kesting, vereador do Partido dos Trabalhadores - PT, a importância de Cr\$ 28.067,20 (Vinte e oito mil sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos) referente à contribuição do mês de outubro ao Partido dos Trabalhadores - PT.

Declaro que recebi a importância supra, correspondente a 40% de Cr\$ 70.168,00 (Setenta mil cento e sessenta e oito cruzeiros) referente aos subsídios do Vereador Celito Kesting na Câmara de Vereadores durante o mês de outubro de 1990.

Por ser verdade o que declaro, assino.
Sobradinho, Bahia, 26 de outubro de 1990.


Luiz de Araujo Castro.
Tesoureiro do Diretório Municipal
do Partido dos Trabalhadores.
Sobradinho - Bahia.

Fonte: Acervo do autor (1990)

Figura 109 – Na Câmara Municipal de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (1990)

Figura 110 – Doação de 60% dos subsídios de vereador à UASA

R E C I B O

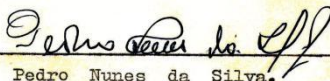
CR\$ 66.624,44

Recebi do Vereador Celito Kesting do Partido dos Trabalhadores a importância de CR\$ 66.624,44 (Sessenta e seis mil seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e quarenta e quatro centavos) como doação para a União das Associações de Sobradinho e Arredores - UASA, proveniente de 60% de seus subsídios na Câmara Municipal referente aos seguintes meses:

Fevereiro	CR\$	10.809,46
Março	CR\$	9.469,60
Maior	CR\$	<u>46.345,38</u>
TOTAL	CR\$	66.624,44

Declaro que recebi a importância supra pela qual dou plena e total quitação.

Sobradinho, Bahia, 28 de maio de 1990.


Pedro Nunes da Silva.
PRESIDENTE DA UASA.

Fonte: Acervo do autor (1990)

Ciente de que a emancipação política de Sobradinho deveu-se grandemente à orientação e apoio do Bispo Dom José Rodrigues de Souza propus aos pares concedermos-lhe o título de cidadania. (Fig. 111). Com o apoio da unanimidade dos vereadores que compunham o parlatório municipal, a solenidade de outorga ocorreu no dia 29 de agosto de 1991. (Fig. 112). Como esquecer o belo discurso que proferiu o profeta a quem minha mãe entregou a responsabilidade de me adotar como filho por muito cedo haver-se exaurido o sopro vital de meu genitor?

Figura 111 – Na Câmara Municipal de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (1990)

Figura 112 – Dom José Rodrigues de Souza, primeiro Cidadão Tatauí



Fonte: Tribuna Popular (1991, p. 3)

A maior riqueza de uma cidade não são as avenidas e praças; não são as igrejas e outros prédios; não são as riquezas naturais: árvores floridas; jardins e praias, como a nossa praia de Juacema. A maior riqueza de uma cidade é a sua população. São as pessoas – homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos – que dão vida às igrejas e prédios, às praças, praias e clubes sociais, à paisagem, valorizando suas riquezas naturais e culturais. Uma cidade, por mais bonita que seja, sem população, não passa de um cemitério. Falamos até que o cemitério é a cidade dos mortos.

Cidade Diferente

Ao completar 70 anos de idade, em 15/12/1977, numa entrevista de imprensa, um jornalista perguntou a Oscar Niemayer: “Que projeto de cidade gostaria de fazer, hoje, no Brasil”? E o famoso arquiteto de Brasília respondeu: “Talvez

uma cidade diferente destas a que nos vamos habituando. Projeteria uma cidade de 100 a 200 mil habitantes, sobre terra livre e desapropriada. Uma cidade sem pobre nem rico, da qual todos pudessem participar, com os carros na periferia, e ela entregue ao pedestre, como as velhas cidades medievais. E as residências, entre jardins, com suas escolas e clubes. E o ensino gratuito, selecionando os melhores. E a medicina socialmente distribuída. E o trabalho exercido com entusiasmo, pois nesta cidade não haveria arbitrariedades, nem ameaças, nem explorações. Estaria fazendo uma cidade para homens e mulheres e não para uma minoria privilegiada, que precisa desaparecer”.

Chama-se Sobradinho

Não estava nos planos da CHESF uma cidade chamada Sobradinho. Ela queria que, terminadas as obras de construção da Hidrelétrica, os peões e barrageiros fossem embora. Mas eles não foram. Fincaram os pés e ficaram. Criaram a Associação Agrícola São Joaquim, sob a liderança de José Balbino de Souza; criaram mais 23 associações, com a orientação de Celito Kesting, então agente de pastoral da Diocese e hoje vereador pelo PT, reunindo-se na União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA); criaram-se a Colônia dos Pescadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e partidos políticos. Na missão de educadores da fé, aqui trabalharam: Pe. Clemente, Pe. Adonias (já falecido), Pe. Ramiro e Pe. Almeida (todos redentoristas), Pe. André, Pe. Chiquinho e Pe. Eduardo, atual vigário, chamado o pai dos pobres. Aqui mourejaram várias religiosas: as irmãs Salvatorianas: Marilda (já falecida), Nilse, Maria do Carmo, Lucila e Teresinha; as irmãs da Fraternidade / Esperança: Elita e Zeli; as Filhas de Jesus: Angélica, Reginalda e Aparecida, as que aqui trabalharam e foram transferidas: Vilma, Marta e Erlinda; gentes pastorais leigos: Nozinha, Vera, Paulo e Macedo; animadores de nossas comunidades. A todas estas pessoas e entidades, ofereço o título que acabo de receber. Foram elas que, num trabalho árduo e articulado, conquistaram a emancipação de Sobradinho pela Lei nº 4.843, de 24/02/1989, com o primeiro prefeito, Geraldo Silva,

falecido prematuramente. A estas pessoas e entidades minhas homenagens nesta noite.

Chamava-se Tatauí

Como Paraíba do Sul – RJ, minha terra, e Juazeiro, da qual sou filho adotivo, Sobradinho nasceu na beira de um rio, Rio São Francisco, de uma aldeia de índios, chamados [Tamoquim, em território que se conhecia como Tatauí], cujo nome perdura no Riacho Tatauí. Ora, na língua Tupi-Guarani, Tatá significa fogo e uí significa flecha; portanto, Tatauí significa Flecha de Fogo. Sinto-me orgulhoso de ser o primeiro a receber o Título de Cidadão Sobradinhense, ou melhor, **CIDADÃO TATAUÍ**. No deserto uma coluna de fogo guiava o povo israelita rumo à Terra Prometida (Ex. 13, 21). Tatauí - flecha de fogo – deve guiar o povo de Sobradinho, na intuição indígena, rumo à cidade diferente, cidade dos nossos sonhos, que juntos queremos construir.

Uma só Família

Ao receber o título de cidadão de Sobradinho ou Tatauí, vem-me à mente as palavras do Apóstolo Paulo na carta aos Efésios 2, 19: “Pela sua morte e ressurreição, Cristo fez de todos os povos um só povo, o novo povo de Deus”. Por isso, continua o Apóstolo: “Já não sois estrangeiros nem hóspedes, mais sois concidadãos dos Santos e membros da Família de Deus”. Mais incisivo diz ele na carta aos Gálatas 3, 27-28: “Todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. Por isso, já não existe judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, mas todos vós sois um só em Cristo”.

Por isso, nesta noite, abraço alegremente todos os habitantes de Sobradinho – da sede e das comunidades do interior – duplamente meus concidadãos (ãs): pela Fé Cristã e pelo Título que a egrégia Câmara de Vereadores acaba de me conferir.

Quatro pedidos

Vou concluir com quatro pedidos ao meu novo prefeito e aos meus novos vereadores:

1. Se é verdade que a maior riqueza de uma cidade e município é a sua população, as atenções do prefeito e

vereadores devem voltar-se para a população. A razão de ser do Governo e da Autoridade é servir ao povo, promovendo o bem comum, como ensina Jesus no Evangelho: “Vocês sabem que os governantes mandam no povo e que seus líderes o dominam. E, ainda, querem passar por benfeitores do povo. Mas entre vocês não será assim. Ao contrário, quem quiser ser o maior, sirva aos outros e quem quiser ser o primeiro, seja o servo de todos, como o Filho do Homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida para a salvação de todos”. (Mt 20, 25-28; Mc 10, 42-45; Lc 22, 24-27). Nós temos, ainda, uma imagem pagã de governo e de autoridades.

2. As atenções do prefeito e vereadores devem voltar-se para a parte pobre de Sobradinho, que é seguramente a Vila São Joaquim e sua periferia, trazendo toda a infraestrutura: água, luz, esgoto, escola, posto de saúde, coleta de lixo, mas principalmente a criação de postos de trabalho.

3. As atenções do prefeito e vereadores devem voltar-se para as comunidades do interior, construindo prédios escolares. (na visita pastoral a Sangradouro e a São Gonçalo Novo, vi os prédios escolares construídos pelo prefeito Ivan e gostei); construir postos de saúde; abrir e conservar estradas; abrir poços e aguadas: “Façam uma cisterna no oitão de sua casa para guardar a água da chuva”, já recomendava Pe. Cícero (Padim Ciço), morto em 1934.

4. Se é verdade que a maior riqueza de uma cidade é sua população, as atenções do prefeito e vereadores devem voltar-se para a educação. As crianças e jovens representam o futuro de qualquer cidade e município. Por isso, o governo municipal precisa:

a) Construir mais escolas municipais: aparelhá-las com quadro negro, carteiras, giz, material escolar, sanitários, etc.

b) Pagar aos professores, ao menos, o salário mínimo para que eles possam aperfeiçoar-se, comprar livros, participar de cursos, etc.

c) Os programas de aula deveriam atender às necessidades dos estudantes e não ser impostas de cima para baixo. Deveriam partir da realidade dos alunos. Deveriam ajudá-los a formarem uma consciência crítica: conhecer e interpretar a

História de seu município. Deve ser uma educação libertadora. É isso que está fazendo a Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) e que, por isso, mereceria ter convênio com a Prefeitura.

Para que tudo isso aconteça, é preciso um Plano Diretor para a cidade e um Planejamento sério para o Município, com prioridades discutidas com o povo e não tiradas das cabeças dos governantes. Daí uma Educação para a Participação.

A Nova Cidade

A nova cidade, com que todos nós sonhamos, já foi profetizada por Isaías, cap. 65, 20-22: “Já não haverá, ali, criancinhas que vivam apenas alguns dias, nem velho que não complete a sua idade; com efeito, o menino morrerá com cem anos”. E acrescenta o Profeta Zacarias 8, 5: “E as praças da cidade se encherão de meninos e meninas, que brincarão em suas praças”. E arremata Isaías: “Os homens construirão casas e nelas habitarão; plantarão vinhas e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar; ninguém plantará para outro comer, porque a vida do meu povo será longa como a das árvores; meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem”.

Senhor Presidente, Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores aqui presentes, já agora meus concidadãos (ãs) queridos (as), eis aí nosso sonho. Mas diz a velha canção: “Quando se sonha sozinho, é apenas um sonho. Quando sonhamos juntos, é o começo da realidade”. Nesta noite, eu os convido: “Vamos sonhar juntos”? (TRIBUNA POPULAR, 1991, p. 3).

A Câmara Municipal de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, terra natal do bispo homenageado pela unanimidade dos vereadores de Sobradinho aprovou e enviou-lhe moção de congratulações.

Esta notícia auspiciosa nos chegou através do Jornal de Juazeiro, datado de 23 de abril de 1991, discorrendo a reportagem os relevantes serviços prestados àquela coletividade, em que o autor ressalta que a “Igreja exerceu um trabalho de base de fundamental importância na

conscientização do ex-barrageiro no processo de emancipação de Sobradinho, na formação de sua juventude e na organização das associações”.

Pela amizade, pelo carinho que devotamos ao amigo conterrâneo D. José Rodrigues, não poderíamos deixar de registrar mais esta homenagem ao grande filho sul paraibano, que em cidade distante, tem dado prova de sua capacidade e do carinho que devota às causas de interesse público, bem ressaltado na reportagem acima citada. (CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL, 1991, p. 1).

Findo o mandato de vereador, com a eleição do Prefeito Hamilton Pereira de Souza Filho que por nós se havia batizado na igreja da Vila São Joaquim, quando Ducilene e eu estávamos na direção da Paróquia São Francisco, solicitou-se que eu fosse o Assessor de Planos e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal. O bispo que nunca traiu os pobres entendeu que eu não poderia furtar-me no dever de contribuir com quem estava a solicitar meus préstimos para planejar o melhor à coletividade, mesmo que, na conjuntura local fosse adversário político e/ou custasse incompreensão de correligionários de partido. Aceitei o desafio que, para levá-lo a efeito demandou o afastamento compulsório da Agremiação dos Trabalhadores cuja organização e fundação amplificara meu desafeto com os menestréis e respectivo séquito capacho do sistema colonialista regional.

3.5 Na Hora Crucial Havia Anjos em Guarda

Em Sobradinho os capachos do sistema colonialista esmeravam-se na arte de promover a morte de quem a ele se opusesse. Utilizava-se como estratégia trucidar primeiro o nome de alguém que se punha à mira porque a eles opusesse-se, para depois, sumariamente efetivar sua

execução. No caso das lutas populares que se travavam forjou-se a fama de grileiros aos dirigentes que faziam frente ao conclave das ações de cunho libertário de Dom José Rodrigues de Souza. Não poucas vezes, Ducilene e eu fomos alvos de críticas e ameaças. Não sei por que cargas d'água havia sempre anjos protetores que, prazenteira, gratuita, estratégica, desavisada ou inocentemente, na hora crucial, punham-se em nossa defesa. A título de exemplo, citam-se: Nivaldo Garimpeiro, Tenente Eduardo, Jaime Barbosa de Oliveira, Vicente Mendes da Silva e Pedro de Oliveira Bila, José França de Souza, o próprio mensageiro da morte, Joselito dos Santos Macedo e Maria Rizonilde Queiroz de Sá, indígenas Tuxá, Expedito Nascimento, Paulo e Elza Freire, Luiz Berti Tomaz e Maysa Maria Torres Sanjuan e, José Weber Freire Macedo.


3.5.1 Nivaldo Garimpeiro

Inicia-se por relatar que, já fazia um bom tempo, de um pequeno espaço da área que se repassou ao Centro Social São Joaquim alguém entendeu apoderar-se para auferir mesquinhos dividendos políticos imediatistas. (Fig. 113). Opusemo-nos Dom José Rodrigues, Ducilene e eu porque se estava a usurpar um bem que por direito não lhe cabia.

Entendeu-se por mal, contratar-se por isso um pistoleiro para dar-me cabo. Nivaldo, um velho garimpeiro amigo, vizinho nosso, da Quadra S 11, em tempo oportuno recomendou que me precavesse porque se havia contratado, para realizar minha sumária execução, um jagunço sobre cujos ombros dizia-se pesarem mais de 50 homicídios. Dias depois, para se queimar o precioso arquivo, a tiros de queima roupa, sumariamente eliminou-se o profissional do garimpo,

mensageiro da boa nova que me salvou a vida. Havia um anjo em guarda e eu não sabia.

Figura 113 – Apoderou-se de espaço à custa de ameaça de morte

- 1 - Cerca de 10 anos atrás entreguei à 1ª equipe do Projeto Igrejas Irmãs de Santa Catarina que se fixou na Vila São Joaquim, instalações que haviam sido utilizadas pelos Empreiteiros de Construção do Acampamento, sendo nelas sediado o Centro Social São Joaquim. Simultaneamente entreguei à Irmã Maria do Carmo correspondência na qual ficava explícito que, por ocasião da futura titulação dos lotes da Vila São Joaquim essas instalações seriam formalmente transferidas para a Diocese de Juazeiro/Centro Social São Joaquim
 - 2 - Numa 2ª etapa a instalação de um Centro Cultural do Mobraal foi feita em prédio construído pela CHESF numa lateral isolada da área onde se encontram as edificações doadas ao Centro Social.
 - 3 - Isto foi feito de comum acordo com os Agentes de Pastoral que não só aprovaram como solicitaram que o Centro Cultural do Mobraal fosse locado junto ao Centro Social, função dos pontos em comum existentes entre o trabalho de Promoção Social que desenvolviam e os objetivos desse Centro Cultural.
- 

Fonte: (1984)

Entendeu-se por mal, contratar-se por isso um pistoleiro para dar-me cabo. Nivaldo, um velho garimpeiro amigo, vizinho nosso, da Quadra S 11, em tempo oportuno recomendou que me precavesse porque se havia contratado, para realizar minha sumária execução, um jagunço sobre cujos ombros dizia-se pesarem mais de 50 homicídios. Dias depois, para se queimar o precioso arquivo, a tiros de queima roupa, sumariamente eliminou-se o profissional do garimpo, mensageiro da boa nova que me salvou a vida. Havia um anjo em guarda e eu não sabia.

3.5.2 Tenente Eduardo

De outra feita, estava eu a trabalhar no Centro Comunitário Antônio Conselheiro quando chegou um mensageiro a portar bilhete do então delegado Tenente Eduardo. Por ele solicitava que me fizesse presente à Delegacia de Polícia de Sobradinho. De pronto atendi ao pedido. Em lá chegado, o delegado apresentou-me um cidadão em cuja consciência dizia-se pesar ter sido mandante de vários crimes. Chamou-me o delegado para que eu soubesse ter sido ele o mentor de morte sumária para a sindicalista Josefa Rita da Silva e minha. Em minha presença fê-lo o tenente saber que não se pusesse a besta porque, se algo nos acontecesse, sabia-se já quem teria sido o mandante e o crime não ficaria impune. Disse que ele, o planejador do homicídio em dose dupla, pagaria muito caro se o mesmo fosse realizado. Havia um anjo em guarda e eu não sabia.

3.5.3 Jaime Barbosa, Vicente Mendes e Pedro Bila

Em outro momento, quando um comerciante de Petrolina decidiu cercar uma área de terra junto ao povoado de Santa Rita, no município de Casa Nova, representantes daquela comunidade foram a Sobradinho pedir apoio das organizações de trabalhadores para sustar a pretensa invasão. Em uma velha camionete, sócios de agremiações das vilas São Joaquim e São Francisco dirigiram-se ao local do conflito para se solidarizar com os agricultores demandantes. Às sete horas da manhã, estava-se a postos, quando irrompeu o negociante invasor, com um séquito de capangas fortemente armados. De imediato disse que faria a cerca, mesmo que custasse derramamento de sangue. Em clara demonstração de que

não os temia, pus-me a arrancar uma estaca que ao chão se havia fixado no dia anterior. De imediato, sacou e apontou-me a arma o invasor. Instintivamente fechei os olhos e preparei-me para morrer. A vida passou-me como um filme de curtíssima metragem. Por não ouvir, porém, o estampido que eu tinha certeza far-se-ia com o disparar do projétil, abri os olhos e vi que Jaime Barbosa de Oliveira, Vicente Mendes da Silva e Pedro de Oliveira Bila, com o intuito de me defender haviam-se posto à frente. Defenderam minha vida e, com os demais companheiros, não deixaram que se construísse a maldita cerca invasora. Havia anjos em guarda e eu não sabia.

3.5.4 José França de Souza

Em outra ocasião, quando um grupo de pessoas se apossou de terras improdutivas da Fazenda Santa Maria, divulgou-se a notícia de que eu o havia incentivado. Poucos dias passaram-se até que um renomado doleiro, com capangas fortemente armados dirigiu-se a Sobradinho para acerto de contas. Ao me encontrarem, começaram de imediato o interrogatório cujo desfecho, pelo proferir das ameaças próprias de pessoas mal-intencionadas, sabia-se por certo. Sem saber do que se tratava o jovem amigo José França de Souza, que há dias me procurava para realizar atividades operacionais na Escola Família Agrícola, aproximou-se e foi de pronto dizendo: Se precisar de mim, para qualquer coisa, meus colegas e eu estamos prontos, disponíveis e dispostos. Qualquer coisa no mundo do trabalho se traduzia como disposição e habilidade ao exercício de atividades diversas. No mundo do crime significava, porém, voluntariar-se à prática de meios violentos, se necessários fossem, à defesa da integridade do amigo. Em síntese, graças à benfazeja presença meramente coincidente

de José França de Souza, vulgo Negro França, o desenlace do episódio foi-me favorável. Havia anjos em guarda e eu não sabia.

3.5.5 O Mensageiro da Morte

Em outro contexto, quando um ex-prefeito renomado da região começou a cercar, indevidamente terras do fundo de pasto do povoado de Poço do Juá, Bartolomeu Ferreira dos Santos denunciou em assembleia geral ordinária que se fez na União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA). Na oportunidade agendou-se um dia para que, em mutirão, representantes de várias associações fossem ao local impedir que se fizesse a referida cerca. Em lá chegando, eis que deparou com a divisória em fase de implantação. Havia-se já esticado seis fios de arame farpado que se fixaram em estacas com equidistância de 10 metros. (Fig. 114 e 115).

Figura 114 – Já se havia fixado seis fios de arame na cerca invasora



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 115 - Já se havia fixado seis fios de arame



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Iniciada a atividade de desmanche da cerca invasora e desobstrução da estreada pública, com remoção da uma porteira que nela se havia posto, abeirou-se o fazendeiro daninho com capangas fortemente armados. (Fig. 116). Ele próprio portava uma espingarda de calibre doze. Travou-se ferrenha discussão, finda a qual chegou-se à conclusão de que melhor seria recuarem-se os dois grupos em litígio, não sem ameaças de ambas as partes para, em tempo oportuno retomarem-se as negociações. (Fig. 117 a 119).

Transcorridos não mais que sete dias, ouviu-se pela Rádio Juazeiro a notícia de que se havia registrado boletim de ocorrência contra os baderneiros de Sobradinho cuja ação impedira notória autoridade de ilibada conduta a implantar uma fazenda em que se geraria o progresso regional. Marcou-se audiência para os representantes do grupo mediante de Sobradinho fazerem-se presentes à Delegacia Regional da Polícia Civil de Juazeiro.

Figura 116 - Remoção de porteira para desobstruir a estrada pública



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 117 – Melhor era recuarem-se os dois grupos em litígio



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 118 - Com os ânimos exaltados, foi melhor recuar



Fonte: Acervo do autor (1984)

Figura 119 – Foi melhor recuarem-se os dois grupos



Fonte: Acervo do autor (1984)

Passados três dias, porém, estava o agrupamento a negociar o frete de um carro para transportar no mínimo dez pessoas à audiência, quando se ouviu o noticioso a informar sobre a morte súbita por enfarte no miocárdio do invasor denunciante. O que a vida não foi capaz de resolver, a morte, com sua gadanha letal afiada solucionou. Estava o anjo da morte em guarda e eu não sabia.

3.5.6 Joselito Macedo e Maria Rizonilde

Em época de campanha política, quando se haviam acirrado os ânimos, declarei em palanque que não apoiaria certo candidato a prefeito. O fiel escudeiro de um dos concorrentes procurou-me na Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Sobradinho onde eu era lotado como Engenheiro Agrônomo. Pensando que na sala eu estava só,

apontou-me uma espingarda de calibre doze. Sem que no primeiro instante os visse, em um espaço da sala estavam Joselito dos Santos Macedo e Rizonilde Queiroz de Sá a conversar. Sem que se houvesse planejado, salvaram minha vida. Havia dois anjos em guarda e eu não sabia.

3.5.7 Índigenas Tuxá

Em outro episódio, Ducilene e eu estávamos em Juazeiro, onde encontramos índios do povo Tuxá que há muito não víamos. Alguns minutos de boa conversa foram suficientes para nos dizerem que tudo em território Dzorobabé estava bem. Findo o papo, convidaram-nos a um café no povoado de Santa Teresinha, margem esquerda do Rio Salitre onde estavam a morar e plantar cebola. Na volta a Sobradinho, para atender ao convite que tão gentilmente nos fizeram os guerreiros remanescentes de Francisco Pereira Rodelas, entramos no povoado em que moravam, para uma visita furtiva. Demoramos mais que o previsto porque a conversa rendeu e o café que nos serviram estava apetitoso. Quando chegamos a Sobradinho, a casa da roça estava cheia de gente a esperar nossos corpos porque se havia divulgado a notícia de que nos haviam assassinado na curva próximo à entrada ao povoado de São Gonçalo. O que se planejou não se fez porque os índios de Rodelas, sem nada saberem, evitaram que acontecesse. Havia anjos em guarda e eu não sabia.

3.5.8 Expedito Nascimento

Em dia comum, estávamos a almoçar quando uma de nossas amigas da Vila São Joaquim trouxe-nos a notícia de que um

jovem de ancestralidade africana, afilhado seu, estava preso em Petrolina. Disse-nos que ele fora a uma fazenda de Juazeiro, buscar um bode retalhado que a proprietária mandara para a festa de casamento de uma sobrinha sua. Ao passar por Juazeiro, membros da polícia deram ordem de prisão porque ele estava transportando clandestinamente um bode retalhado. Por mais que se explicasse, não houve acordo, porque insistiam os policiais a dizer que todas as evidências mostravam que ele o havia roubado. Levaram-no preso à delegacia de Petrolina que na região pejorativamente se conhecia como Palácio das Mangueiras.

Fui com a família de nosso amigo em cujo rosto estampava-se claramente seu crime maior: era pobre e preto. Em reunião com o delegado expus que a prisão havia sido injusta e que ali estava eu com meus companheiros para levá-lo, em liberdade, de volta a Sobradinho. Sabíamos já que naquele regime monocrático vigente o argumento da força sobrepunha-se à força do argumento. Em poucos minutos estava também eu a usufruir o desconforto de uma cela mal cheirosa do Palácio das Mangueiras. Não fosse Expedito Nascimento, advogado da Diocese de Juazeiro, meu amigo e eu, sem dúvida teríamos amargado longos dias de penúria naquele ambiente hostil. Havia um anjo em guarda e eu não sabia.

3.5.9 Paulo e Elza Freire

Em visita regular que faziam à Diocese , para acompanhar e assessorar o trabalho de libertação das profissionais do sexo do baixo meretrício de Juazeiro, Paulo e Elza Freire manifestaram desejo de conhecer Sobradinho e, em especial o trabalho que Ducilene e eu fazíamos junto aos desempregados da Vila São Joaquim. Servimos-lhes um almoço regado a boa conversa sobre a conjuntura política

nacional e, sobretudo local. Expusemos as dificuldades dos excluídos que em Sobradinho agigantavam-se pelo desemprego reinante e a extrema pobreza da população desempregada. Fizemos-lhes ver os dados estatísticos a comprovarem a morte e o sepultamento quase diário de crianças subnutridas dessa vila que se fizera famosa pelo descaso dos governantes e pela violência reinante.

Relatamos que as ameaças de morte rondavam nossa casa e, por vezes também nós provávamos delas. Lamentamos que, apesar de todo sofrimento imposto pelo sistema, entre os pobres havia muitos a defenderem politicamente os poderosos. Pelo desabafo que fizemos, eles perceberam que estávamos no limite de nossas forças. Paulo Freire lembrou-nos, então que, na cabeça dos oprimidos muitas vezes alojam-se as ideias e os ideais dos opressores.

Sugeri então que, por questão de sobrevivência nos engajássemos em um projeto de luta de longo alcance. Propôs que a conscientização da classe trabalhadora demandava tempo e muita paciência. Fez-nos ver que as mudanças sociais que queríamos não se alcançariam em curto prazo. Disse ele: “o que dá sentido ao existir humano é reconhecer-se partícipe de um projeto de libertação exequível em milênios de luta insistentes. Havia um anjo em guarda e eu não sabia.

3.5.10 Dom José Rodrigues de Souza

Quando se estava a iniciar os trabalhos de implantação da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra, um grupo de alemães esteve em Sobradinho. Envenenou-o com fofocas uma comunidade a vender bizarra pecha que os menestréis do sistema colonialista, para difamar-me haviam

criado. De volta ao Velho Mundo, não muito demorou a que me enviasse uma carta acompanhada de abaixo assinado com mais de vinte firmas.

No mês de julho de 1995, fui novamente ao Brasil e me informaram de um acontecimento estranho iniciado por você. Num casamento no Brejo de Fora para o qual eu fui convidado (...). No decorrer de uma conversa, ele me falou de uma descoberta pré-histórica em São Gonçalo da Serra. Isso despertou a minha atenção e então, foi combinado um encontro em São Gonçalo da Serra onde vim saber de um projeto duvidoso dirigido por você, ligado às descobertas pré-históricas.

As informações que me deram, é que está sendo planejado um parque ecológico cuja finalidade e sentido até a data presente não foi esclarecido a nenhuma pessoa em São Gonçalo da Serra. De minha parte, desconfio que os motivos desse projeto é a exploração comercial das descobertas pré-históricas.

O motivo desta conclusão a que eu cheguei nasceu, por você ter comprado as terras das pessoas de São Gonçalo da Serra. Segundo eu vim saber, por um preço explorador. Para esclarecer a situação, eu organizei um encontro com a comunidade de São Gonçalo da Serra, na noite do 15.07.1995. Se reuniu um grupo de 20 pessoas. Todas as pessoas presentes falaram dos acontecimentos e, todos eles estão com um grande medo de perder, novamente as suas terras. Pois até a data presente não houve ainda nenhum esclarecimento sobre a finalidade desse projeto e quem vai ganhar com sua implantação. Com respeito a minha pessoa, está bem certo, que eu não vou aceitar que essas pessoas venham a ser novamente vítimas da cobiça, depois de serem expulsos da margem do Rio São Francisco, perdendo mais uma vez suas terras. Depois de ter falado com as pessoas estou com muitas dúvidas sobre a sua pessoa e a imagem do Celito Kesting que eu pensava conhecer, eu não posso mantê-la mais. (...). (KW, 05/08/1995).

Em resposta apresentou-se farta documentação, a esclarecer que se pretendia implantar um projeto com a participação efetiva da comunidade e em benefício dela. A própria comunidade de São Gonçalo da Serra firmou abaixo assinado com 24 conformes. Apresentaram declarações em defesa do projeto e da honestidade do Assessor de Planos e Desenvolvimento a União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA), o Conselho Municipal do meio Ambiente, a Prefeitura Municipal de Sobradinho, o Grupo Ação e Cidadania, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Verde, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Câmara Municipal e o Partido dos Trabalhadores. Havia anjos em guarda e eu não sabia.

A Câmara Municipal de Sobradinho, informada da Campanha de Difamação orquestrada para macular a reputação do Assessor de Planos e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Sobradinho e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, aprova a seguinte MOÇÃO:

Apoiamos o trabalho do Sr. Celito Kesting e do Conselho Municipal do Meio Ambiente na defesa da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra, parabenizando-os por tudo o que vêm fazendo naquele povoado. (SOBRADINHO – BA, 29/08/1995).

Ao ser informado da campanha que se orquestrava para me difamar, o Bispo Dom José Rodrigues apressou-se em defender-me com o tradicional afeto paternal que a mim e a Ducilene devotava. Havia um anjo em nossa guarda e nós sabíamos.

Posso testemunhar o seguinte:

1 – Celito e a esposa Ducilene foram Agentes Pastorais da Diocese de Juazeiro por vários anos. Quando a Paróquia de Sobradinho, com as três vilas, ficou sem vigário, pedi ao Celito e Ducilene que assumissem a Paróquia, o que fizeram com toda a dedicação. Os dois preparavam os Batizados e os realizavam, preparavam os noivos e presidiam à celebração

dos Matrimônios, promoviam e animavam as Celebrações do Culto Dominical. Penso que a Diocese de Juazeiro foi uma das primeiras no Brasil a promover o protagonismo dos Leigos (as), como a Conferência Episcopal de São Domingos, em 1992, iria propor.

2 – Quando Celito pensou em entrar na Política Partidária, aconselhou-se comigo e eu o incentivei. Foi eleito Vereador pelo PT – Partido dos Trabalhadores. Como é norma da Diocese, deixou oficialmente de ser Agente de Pastoral da Diocese para evitar confusão entre os fiéis a respeito de Igreja e Partido Político. Sei que realizou um bom trabalho como Vereador. Respeitei sempre sua autonomia como político militante.

3 - Em abril de 1993, Celito me falou do Projeto de Fundo de Pasto, que depois se transformaria no Projeto Ecológico-Arqueológico, em parceria com o cineasta Peter Von Gunten, meu velho conhecido, que fizera os dois filmes: Terra Roubada e Terra Prometida, sobre a situação dos lavradores com a construção da Barragem de Sobradinho.

Em fins de abril de 1993, houve no Centro Comunitário Antônio Conselheiro, em Sobradinho, uma reunião na qual o Celito explicou aos lavradores o Projeto Ecológico-Arqueológico. A meu pedido, a Marina da Rocha Braga foi participar, representando a CPT da Diocese.

4 – Em maio de 1994, aconteceu reunião na comunidade de São Gonçalo da Serra, quando mais uma vez o Celito explicou o Projeto Ecológico-Arqueológico. Deu um passo à frente e falou da Fundação Moquim Gato que tem as seguintes finalidades: a) prover de água a comunidade, construindo uma barragem no local; b) garantir as terras para a comunidade, inclusive adquirindo as terras dos lavradores que quisessem vendê-las; c) adquirir as terras que Salomão Félix Martins já tinha comprado para o italiano Jean Pietro; d) criar um Parque Ecológico-Arqueológico. – A meu pedido, participou desta reunião a agente da CPT Diocesana, Maria Salete Pereira.

5 – Se depois dessas reuniões e esclarecimentos, ainda existem pessoas na comunidade de São Gonçalo da Serra que dizem desconhecer o tal Projeto Ecológico-Arqueológico é

porque não participaram dessas reuniões. É que os pobres já foram enganados tantas vezes pelos ricos que, depois, com razão, suspeitam de qualquer novo projeto, que os poderia ajudar. (...). (SOUZA, 05/11/1995).

Quando me fiz mestre em Pré-história, quase ninguém soube sequer que havia esse curso na região Nordeste do Brasil. Dom José Rodrigues de Souza, porém, alegrou-se muito porque sabia que comigo Sobradinho conquistava um espaço na academia. Havia um anjo em minha guarda e eu sabia.

Recebo, finalmente, sua tese **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho**. Trabalho de fôlego. Parabéns! Continue suas pesquisas e você ficará célebre. Vá em frente! Viva o Boqueirão do Riacho São Gonçalo!

Dei uma olhada geral sobre seu trabalho. Fico com sua conclusão, na página 126, de que os grafismos encontrados situam-se entre 9.000 e 6.000 anos BP, quando grupos da Tradição Nordeste dispersaram-se por várias regiões do Nordeste, como Seridó – RN, Xingó – SE e Central – BA. E imaginar que os portugueses chegaram à Bahia só em 1.500 d. C.!

É claro que seu livro vai para a Biblioteca Diocesana, que tem 45 mil volumes, com uma seção especial sobre o São Francisco e Sobradinho. Lá já está seu trabalho anterior, os primeiros passos que deu! (...). (SOUZA, 06/06/2002).

3.5.11 Reitor da UNIVASF

Na conjuntura da perseguição política a quem o sistema tritura primeiro o nome para justificar o assassinato de seu titular, foi hilária a ação de um personagem que, no ápice de sua arrogância dirigiu-se à Universidade Federal do Vale do São Francisco para exigir do reitor minha sumária exoneração do cargo de Professor Efetivo daquela Instituição de Ensino Superior. Apresentou-se o cafajeste delator como sindicalista

da classe trabalhadora e protótipo da militância política esquerdista em Sobradinho. Argumentou que era inaceitável uma instituição de respeito, qual era a Universidade Federal, ter em seu quadro um professor que na região da Barragem sabia-se tratar de um grileiro de terras. Para minha felicidade, o representante maior da instituição de ensino superior do Vale da Integração Nacional conhecia-me como professor, pesquisador, materialista histórico convicto, amigo e membro de uma família que, em companhia dos ancestrais dele atravessaram o Oceano Atlântico para habitarem o Sul do Brasil. Meu superior percebeu logo que o denunciador representava sequer a própria mediocridade. Defendeu-me com a veemência que o caso exigia. Havia na UNIVASF um anjo em minha guarda e eu não sabia.

4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Quando Assessor de Planos e Desenvolvimento, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) promoveu-se minucioso estudo sobre os solos potencialmente agrícolas e irrigáveis do território municipal. (Fig. 120 a 122). Constatou-se serem mínimas as áreas propícias à implantação de projetos de irrigação, economicamente viáveis e ambientalmente saudáveis. Observou-se que no território da Velha Fazenda Tatauí poder-se-ia contribuir com o desenvolvimento autossustentável do Submédio São Francisco caso nele se implantassem projetos de recomposição ambiental, geração de energia elétrica (hídrica, solar e eólica), aquicultura, ovinocultura, caprinocultura e fomentasse-se o turismo. Percebeu-se que a sustentabilidade desses planos dependeria fundamentalmente da ação conjunta com o sistema educacional para se trabalharem questões relacionadas à identidade do município, no contexto da diversidade cultural advinda do fluxo imigratório promovido pela construção da barragem.

Figura 120 – Sondagem para identificação de solos irrigáveis



Fonte: Acervo do autor (1994)

Figura 121 – Busca por solos irrigáveis



Fonte: Acervo do autor (1994)

Figura 122 – Sondagem para identificação de solos irrigáveis



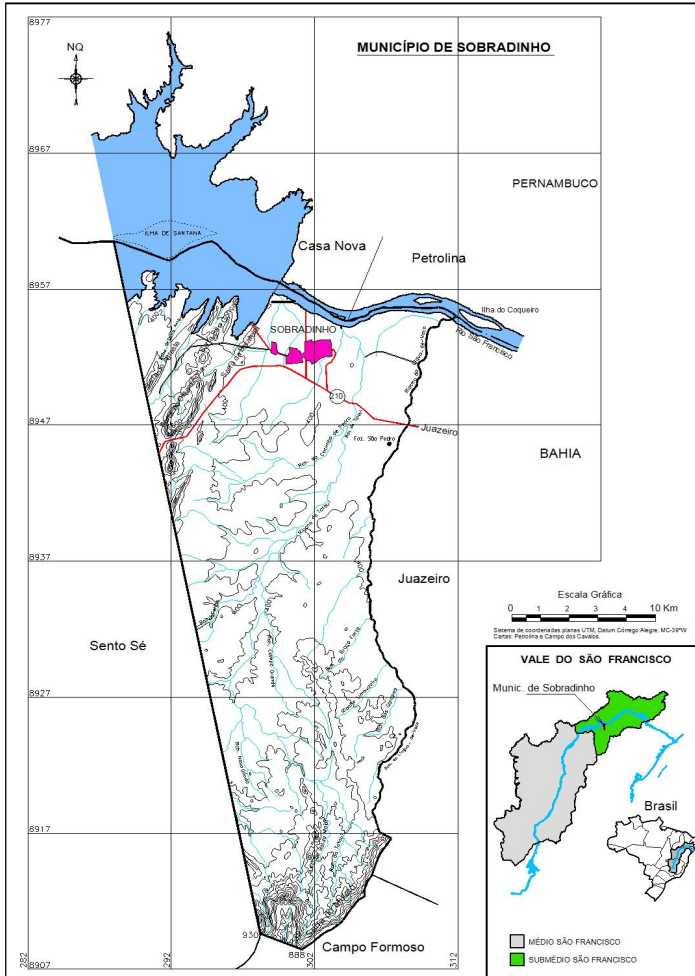
Fonte: Acervo do autor (1994)

O município de Sobradinho localiza-se no extremo norte da Bahia. Sua sede situa-se às coordenadas 24L301496, UTMN 8952274, a 383 metros de altitude. Sua população em 2010 era de 21.988 habitantes, quando ocupava uma área de 590 km². Situa-se a 554 km de Salvador e a 42 km da cidade de Juazeiro – BA.

Conforme a Lei Estadual Nº. 4843, publicada no Diário Oficial da Bahia em 25 de fevereiro de 1989, limitava-se ao norte com Casa Nova e o Estado de Pernambuco; ao sul com Campo Formoso; a leste com Juazeiro e a oeste com Sento Sé. Com Sento Sé, começava no Lago de Sobradinho, no lugar denominado Algodões, daí em linha reta até o ponto mais alto do Morro do Tambor. Com Campo Formoso, começava no ponto mais alto do Morro do Tambor, seguindo em reta na direção ao marco da Passagem do Sargento, à margem do Rio Salitre, até encontrar a Serra do Negro ou do Mulato, no marco fronteiro à nascente do Riacho Brejo do Major. Com Juazeiro, começava na Serra do Negro ou do Mulato, no marco fronteiro à nascente do Riacho Brejo do Major. Seguia pelo divisor de águas daquela serra até a nascente do Riacho Língua de Vaca, pelo qual descia até sua foz no Rio São Francisco, no lugar que defronta a Ilha da Tapera. Com o Estado de Pernambuco, começava na foz do Riacho Língua de Vaca, no Rio São Francisco, no lugar que defronta a Ilha de Tapera, seguindo pelo talvegue do Rio São Francisco até o marco no lugar Pau da História ou da Arara. Com Casa Nova, começava no marco do lugar Pau da História ou da Arara, no Rio São Francisco. Subia, por este e pelo Lago de Sobradinho, até confrontar-se com o lugar denominado Algodões. À deriva da lei em cujo estribo se implantou o município, fez-se um mapa que abrangia povoados onde o grupo hegemônico auferia dividendos eleitoreiros. No dia 29 de abril de 2019, sancionou-se a Lei Estadual nº 14.090 com atualização dos limites do município de Sobradinho. (Fig. 123). Redefiniram-

se suas fronteiras com Casa Nova, Pernambuco, Sento Sé e Campo Formoso. (124)

Figura 123 – Mapa de Sobradinho, conforme a Lei Nº 4843, de 1989



Autoria: Flávio Barros (2013 *apud* Kesting e Kesting, 2014, p. 48)

I - com o município de Casa Nova - começa no ponto fronteiro à foz do riacho Horizonte, no lago do Sobradinho (coordenadas

-09° 23' 52,50"; -40° 57' 13,59"), desce por este até a barragem do Sobradinho (coordenadas -09° 25' 48,53"; -40° 49' 37,68"), desce pelo rio São Francisco até o ponto de (coordenadas -09° 26' 41,36"; -40° 45' 55,37"), logo abaixo da cachoeira do Sobradinho, no marco no lugar Pau da História ou do Arara;

II - **com o Estado de Pernambuco** - começa no rio São Francisco (coordenadas -09° 26' 41,36"; -40° 45' 55,37"), logo abaixo da cachoeira do Sobradinho, no marco no lugar Pau da História ou do Arara, desce por este até o ponto fronteiro à foz do riacho Língua de Vaca no rio São Francisco (coordenadas -09° 26' 41,25"; -40° 42' 50,09");

III - **com o município de Juazeiro** - começa no rio São Francisco (coordenadas -09° 26' 41,25"; -40° 42' 50,09"), fronteiro à foz do riacho Língua de Vaca, daí em reta até a referida foz (coordenadas -09° 27' 05,35"; -40° 42' 53,68"), sobe por este riacho até sua nascente (coordenadas -09° 47' 46,70"; -40° 45' 28,00"), na serra do Negro ou Mulato, segue por este divisor de águas até o encontro com a serra do São Francisco (coordenadas -09° 52' 16,93"; -40° 48' 49,50");

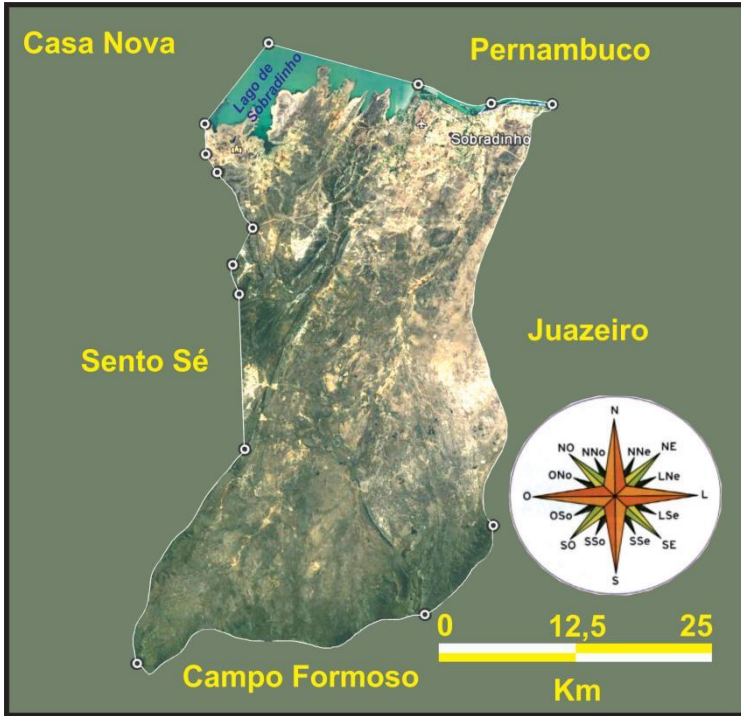
IV - **com o município de Campo Formoso** - começa no encontro das serras do Negro ou Mulato e do São Francisco (coordenadas -09° 52' 16,93"; -40° 48' 49,50"), segue por este divisor de águas até o encontro com a serra do Saco da Onça (coordenadas -09° 54' 57,08"; -41° 03' 15,77");

V - **com o município de Sento Sé** - começa no encontro das serras do São Francisco e do Saco da Onça (coordenadas -09° 54' 57,08"; -41° 03' 15,77"), segue por este divisor de águas até seu extremo norte (coordenadas -09° 44' 13,49"; -40° 58' 03,46"), daí em reta, sentido norte, até a nascente do riacho do Morcego (coordenadas -09° 36' 29,13"; -40° 58' 28,73"), na serra de mesmo nome, segue por este divisor de águas até seu extremo norte (coordenadas -09° 35' 01,34"; -40° 58' 49,38"), daí em reta, sentido nordeste, até o entroncamento na BA-210 para localidade Algodões Novos (coordenadas -09° 33' 09,65"; -40° 57' 52,02"), segue pelo divisor de águas na serra do Inácio até seu extremo noroeste (coordenadas -09° 30' 24,26"; -40° 59' 42,39"), daí em reta, sentido noroeste, até o cruzamento da estrada Brejo de Fora - Novo Horizonte com o riacho

Cidadãos Tatauí

Horizonte (coordenadas $-09^{\circ} 29' 30,23''$; $-41^{\circ} 00' 18,25''$), desce por este até sua foz no lago do Sobradinho (coordenadas $-09^{\circ} 27' 59,09''$; $-41^{\circ} 00' 22,59''$), daí em reta até o lago do Sobradinho (coordenadas $-09^{\circ} 23' 52,50''$; $-40^{\circ} 57' 13,59''$), no ponto fronteiro da referida foz. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2019, p. 7-8).

Figura 124 – Redefinição dos limites do município de Sobradinho

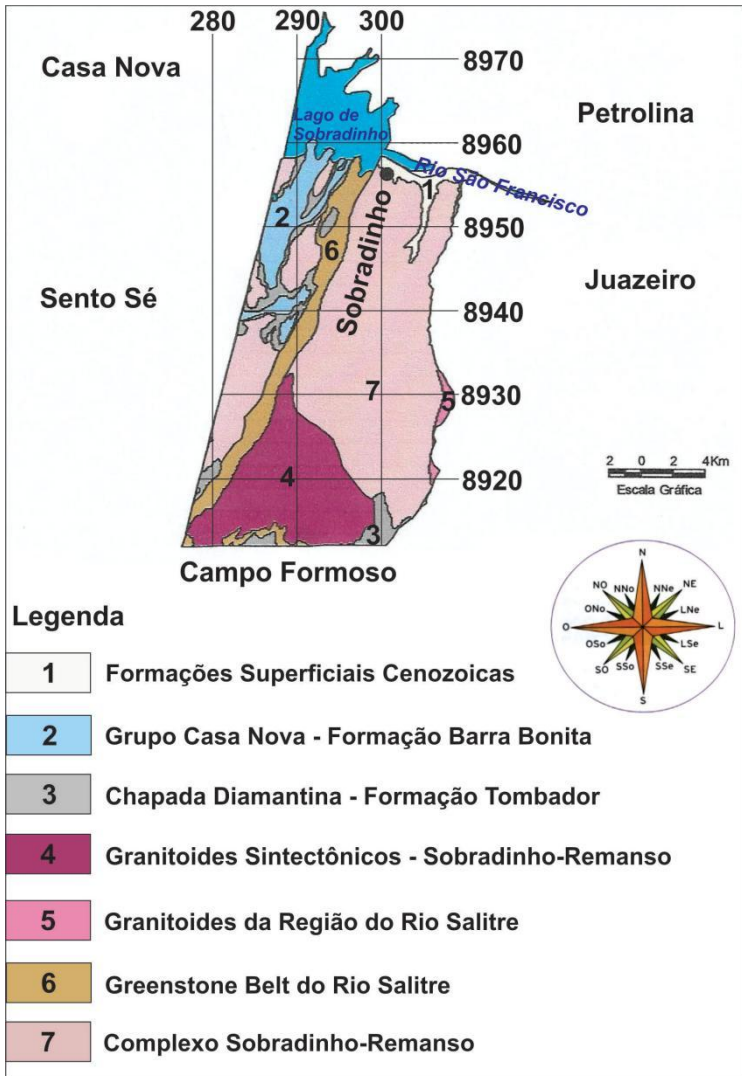


Fonte: Google Earth (2019), adaptado pelo autor

Conforme mapa feito à deriva da lei de criação, sua litoestratigrafia geológica constitui-se de: Formações Superficiais Cenozoicas (1), Grupo Casa Nova – Formação Barra Bonita (2), Chapada Diamantina – Formação Tombador (3), Granitoides Sintectônicos – Sobradinho-Remanso (4),

Granitoides da Região do Rio Salitre (5), *Greenstone Belt* do Rio Salitre (6) e Complexo Sobradinho-Remanso (7). (Fig. 125).

Figura 125 – Esboço Geológico de Sobradinho



Fonte: CPRM (2005, p. 6), adaptado pelo autor

As rochas do Complexo Sobradinho-Remanso (7) formaram-se no Paleoarqueano, entre 3,6 e 3,2 bilhões de anos, quando no planeta Terra havia muitos gases vulcânicos, carbono, hidrogênio e nitrogênio e pouco oxigênio livre. A vida era ainda simples. Havia somente algas e bactérias. As rochas desse complexo constituem-se de ortognaisse migmatítico tonalítico-trondhjemítico-granodiorítico, com enclaves máficos e restos de supracrustais. (CPRM, 2005, p. 6). Nessa era surgiam os primeiros continentes. Dela é a mais antiga evidência de bactérias que se encontraram na Austrália Ocidental.

O complexo Sobradinho-Remanso ocorre na maior parte do município e é caracterizado pela ocorrência de ortognaisse migmatítico tonalítico-trondhjemítico-granodiorítico, com enclaves máficos e restos de rochas supracrustais, cortado por granitóide sintectônico constituído por granito e granodiorito gnaissificados, localmente augengnáissicos, calcialcalinos de alto K, metaluminosos, além de monzogranito e sienogranito, em parte foliados ou gnaissificados, em menor proporção. (CPRM, 2005, p. 5).

O *Greenstone Belt* do Rio Salitre (6) constitui-se de rochas metavulcanossedimentares geradas no Neoarqueano, entre 2,8 e 2,5 bilhões de anos atrás, quando proliferavam e diversificavam-se os estromatólitos cuja fotossíntese fez aumentar consideravelmente o oxigênio. As rochas desse complexo compõem-se de metavulcanito ácido e intermediário, metapelito, metadolomito e metachert. (CPRM, 2005, p. 6).

Os estromatólitos são formações semelhantes a rochas que podem ser encontradas em meios marinhos pouco profundos e de elevada salinidade. Resultam da agregação de sedimentos por microrganismos designados por **cianobactérias**, bactérias fotossintéticas também conhecidas por 'algas azuis'. Algumas destas formações são bastante antigas como os estromatólitos australianos que datam de há cerca de 3500 milhões de anos,

do **Arcaico** (éon compreendido entre cerca de 4000 e 2500 milhões de anos). São considerados fósseis do período dos primeiros organismos que começaram a realizar a fotossíntese, responsáveis pelo aumento da concentração de oxigênio no planeta. Assim, e de acordo com o registro fóssil, os estromatólitos terão sido abundantes por volta de 2500 a 2700 milhões de anos atrás, e a sua atividade terá modificado de forma decisiva a atmosfera da Terra, tendo permitido a evolução das formas de vida aeróbicas. (VILELA, 2018).

Há rochas do *Greenstone Belt* do Rio Salitre nas serras das Traíras, Verde, Baixa, do Hugo e da Batateira. (Fig. 126 a 128). Quando elas se geraram circundavam-nas blocos continentais de granito e gnaiss quartzofeldspático.

Figura 126 – Serra Baixa



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 127 – Pintura da Tradição São Francisco na Serra Baixa



Fonte: Acervo do Autor (2017)

Figura 128 – Serra do Hugo



Fonte: Acervo do autor (2017)

Litologicamente, os continentes do Arqueano eram constituídos de granitos e gnaisses quartzofeldspáticos, rochas pouco densas, que "boiavam" no oceano de magma que estava se resfriando, formando uma fina crosta. Esses blocos continentais eram circundados por "greenstone-belts", cinturões lineares espessos de rochas vulcânicas, com alto teor de ouro e níquel. Também eram comuns os komatiitos, que são rochas vulcânicas muito magnesianas. Também havia a geração de rochas sedimentares, como as grauvacas nas águas profundas e conglomerados nas águas mais rasas. Esses sedimentos são ricos em ouro e uraninita. O ferro oxidado que é tão comum nas rochas sedimentares mais recentes não é significativo nas rochas dessa idade. A presença de uraninita e a ausência de ferro nas rochas arqueanas sugerem uma atmosfera pobre em oxigênio, já que o primeiro só é estável em condições redutoras e o segundo, ao contrário, se dissolve em ambiente redutor. (ARQUEANO, 2017, s. p).

No meio dessas rochas, com orientação nordeste – sudoeste, no Proterozoico Inferior, de 2,5 a 1,6 bilhões de anos, incrustou-se um veio de quartzo de regime distensivo da Tectogênese Transamazônica (Fig. 129). Veios de quartzo são rochas magmáticas que se infiltraram nas fendas de rochas mais antigas.

[Os veios de quartzo] são resultado de um processo geológico que pode levar milhares de anos. Tudo começa quando o

magma das regiões profundas da Terra encontra, através de fendas e fissuras, um caminho para chegar mais perto da superfície. Afastado do calor do centro do planeta, o magma começa a se resfriar, dando origem às rochas. Algumas vezes também são formadas cavidades com a água que penetra no subsolo a partir da superfície – e é nessas cavidades que aparecem os cristais, pois o líquido represado por elas é rico em minerais dissolvidos das rochas. O quartzo é um desses minerais mais comuns. Ele está presente nos três tipos de rocha que existem no planeta, as sedimentares, as ígneas e as metamórficas. (MUNDO ESTRANHO, 2011, s. p.).

Figura 129 – Serra das Traíras com afloramento do veio de quartzo



Fonte: Acervo do autor (2017)

Os Granitoides da Região do Rio Salitre (5) também se formaram no Neoarqueano. São rochas maciças a fraturadas, com bandamento milimétrico a decimétrico, marcadas por óxido anfibólio de ferro e sílica.

A litologia característica [é constituída de] paragnaisses, biotita-clorita xistos, actinolita xistos, grunerita xistos com intercalações de formações ferríferas bandadas e quartzitos, xistos com intercalações de rochas metamáficas-ultramáficas, mármores, quartzitos e formações ferríferas (...). (CARVALHO, 2017, p. 23).

Os Granitoides Sintectônicos Sobradinho-Remanso (4) formaram-se no Paleoproterozoico, entre 2,5 bilhões e 1,6 bilhão de anos atrás, quando surgiam os primeiros eucariontes, com núcleo delimitado por envoltório e com vários tipos de organelas.

Os granitoides presentes nesta suíte são metamonzogranitos a metassienogranitos leucocráticos de coloração cinza esbranquiçado a rosado, granulometria fina a média, textura granoblástica por vezes apresentando variações a condições textoriais porfiroclásticas a porfiroblásticas. Sua composição mineralógica é constituída por plagioclásio (40%), quartzo (25%), K-feldspato (25%) e biotita (7%), e minerais acessórios como muscovita, sericita, epidoto, zircão, opacos e magnetita. (CARVALHO, 2017, p. 25).

As rochas da Chapada Diamantina (Formação Tombador) (3) geraram-se no Mesoproterozoico, de 1,6 a 1,0 bilhão de anos atrás, quando a vida começou a se reproduzir sexualmente. São arenitos e conglomerados relacionados a sistemas fluviais e eólicos. Em Sobradinho as elevações mais representativas dessa formação geológica são as serras do Olho d'Água, Saco da Jurema, Saco do Morcego e Corrente. (Fig. 130).

Figura 130 – Serra do Olho d'Água



Fonte: Acervo do autor (2017)

[Constituem-se de] arenitos parcialmente silicificados, finos a médios, com estratificações cruzadas de grande porte;

arenitos médios a grosseiros e conglomeráticos com estratificações cruzadas tabulares, acanaladas e festonadas; conglomerados desorganizados, eventualmente polimíticos, basais. (CPRM, 1997).

Onde hoje é sertão, outrora o mar reinava soberano. Há mais ou menos um bilhão e meio de anos, o oceano cobria essa área que era um mar raso, onde desaguavam rios torrenciais, vindos de outras grandes montanhas antes que um choque de placas tectônicas criasse as profundas fissuras e depressões encontradas atualmente. Assim iniciou-se a formação da bacia sedimentar do Espinhaço, onde rios e mares desempenharam o papel de agentes modificadores daquela paisagem. As inúmeras camadas de arenitos, conglomerados e calcários, hoje expostos da Chapada Diamantina, representam as atividades destes agentes ao longo do tempo geológico. (SILVA, 2011, s. p.).

As rochas do Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita) (2) geraram-se no Neoproterozoico, entre um bilhão e 541 milhões de anos atrás, quando surgiram as formas de vida complexa. Compõem-se de “micaxistos granadíferos, mármores e quartzitos inferiores”. (CPRM, 1997). (Fig. 131 e 132).

Figura 131 – Matacões do Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita)



Fonte Acervo do autor (2016)

Figura 132 – Rochas do Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita)



Fonte Acervo do autor (2016)

O Neoproterozoico foi um período na história da Terra marcado por mudanças climáticas extremas resultantes das postuladas glaciações globais da Terra “Bola de Neve” (~ 760 - 580 Milhões de anos) e subsequentes condições de efeito-de-estufa, mudanças importantes na geoquímica dos oceanos, a estratificação e oxigenação oceânica, e a evolução sem precedentes do biota marinho.

O final do Neoproterozoico assistiu talvez ao mais dramático dos eventos climáticos globais na história da Terra. Considera-se a hipótese de que ocorreram várias glaciações globais, mesmo ao ponto de formarem glaciares no equador com gelo marinho tropical de 1 km de espessura. Calcula-se que as glaciações teriam durado cerca de 10 milhões anos. (MUSEU VIRTUAL DOS MINI-MUNDOS, 2019).

Margeando o Rio São Francisco, na porção norte do município há Formações Superficiais Cenozoicas **(1)**. São depósitos aluviais recentes de areia com intercalações de argila, cascalho e matéria orgânica.

A maior parte do território de Sobradinho encontra-se na Depressão Sertaneja, levemente inclinada em direção à calha do Rio São Francisco e com interflúvios de pediplanos regulares. Há nela unidades residuais de serras, serrotes e

cristas rochosas. A altitude média do município é de 450 a 500 metros. Seu ponto mais elevado era o topo do Morro do Tambor, com 908 metros de altitude. Hoje, com a redefinição das fronteiras, é a Serra do São Francisco, cujo topo está a 1.100 metros acima do nível do mar.

Destaca-se na paisagem a Serra do Olho d'Água, com 665 metros de altitude. (Fig. 133). São também conhecidas as serras: São Gonçalo, com 479 m; Redonda, com 556 m; do Agreste, com 545 m; Serrinha, com 475 m; Preta, com 527 m; do Emparedado, com 505 m; da Queimada do Alto, com 667 m e da Vaca, com 590 m.

Figura 133 – Serra do Olho d'Água



Fonte: Acervo pessoal do autor (2007)

Sobradinho tem como principais drenagens intermitentes os riachos Tatauí e Língua de Vaca. Eles cortam a área municipal de sul a norte. O Riacho Língua de Vaca corre paralelamente ao riacho Tatauí e faz o limite leste com o município de Juazeiro.

Há, no município, quatro domínios hidrogeológicos: Formações Superficiais Cenozoicas; Grupo Chapada

Diamantina, Estância e Juá; Metassedimentos e Metavulcanitos; Cristalino. Em 76% dos poços a água subterrânea é salgada ou salobra.

As *formações superficiais cenozoicas*, são constituídas por pacotes de rochas sedimentares de naturezas diversas, que recobrem as rochas mais antigas. Em termos hidrogeológicos, elas têm um comportamento de “aquífero granular”, caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d’água. Na área do município, este domínio está representado por depósitos relacionados temporalmente ao Quaternário (depósitos aluvionares recentes). A depender da espessura e da razão areia/argila dessas unidades, podem ser produzidas vazões significativas nos poços tubulares perfurados, sendo, contudo, bastante comum, que os poços localizados neste domínio, captem água dos aquíferos subjacentes.

O domínio hidrogeológico denominado grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá envolve litologias essencialmente arenosas com pelitos e carbonatos subordinados, e que têm como características gerais uma litificação acentuada, forte compactação e intenso fraturamento, que lhe confere além do comportamento de aquífero granular com porosidade primária baixa, um comportamento fissural acentuado (porosidade secundária de fendas e fraturas), motivo pelo qual prefere-se enquadrá-lo com mais propriedade como aquífero do tipo fissural e “misto”, com baixo a médio potencial hidrogeológico. Os metassedimentos, metavulcanitos e cristalino têm comportamento de “aquífero fissural”. Como basicamente não existe uma porosidade primária nestes tipos de rochas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semiárido e do tipo de rocha, é na maior parte das vezes salinizada.

Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa no abastecimento nos casos de pequenas comunidades, ou como reserva estratégica em períodos de prolongadas estiagens. (CPRM, 2005, p. 7).

Há algumas lagoas intermitentes. As mais conhecidas são: do Riachinho, do Carão, do Veludo, do Campo Grande e da Vaca. Nas estiagens sazonais todas elas secam.

A vegetação característica é a típica caatinga dos sertões nordestinos, com formas vegetais xeromórficas e lenhosas, monofoliadas decíduais, que se caracterizam como arbóreas abertas ou densas, sem palmeiras, e arbustivas, densas em alguns espaços e abertas em outros, a depender de fatores topográficos, ecológicos e pedológicos.

Nas áreas aplainadas, a caatinga arbórea aberta ocorre com porte arbustivo também aberto, constatando-se um adensamento deste estrato nas áreas de relevo dissecado em colinas e nas áreas de solos com pavimentos desérticos (solos pedregosos). (SOUZA et al, 1979, p. 40).

Na seca, a vida vegetativa entra em estagnação. O conjunto botânico da região árida foi evoluindo lentamente, adaptando-se a uma nova realidade climática, até alcançar o clímax da organização xerófila estabilizada na caatinga. É uma vegetação de baixo extrato, caules retorcidos e tortuosos, raízes possantes e profundas que absorvem a umidade subalveolar do solo com extraordinário poder de sucção osmótica. O xerofilismo no Nordeste é próprio e peculiar. É o único no mundo inteiro. Estes vegetais possuem reservas alimentícias nas raízes, nutrientes e água para manter e reconstruir o seu corpo vegetativo. (RIBEIRO, 2007, p. 47 *apud* SILVA, 2010, p. 123).

As espécies arbóreas mais comuns são: maniçoba (*Manihot caerulescens*), angico (*Anadenanthera colubrina*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*), umburana de cheiro (*Amburana cearensis*),

Cidadãos Tatauí

umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), baraúna (*Schinopsis brasiliensis*), favela de cachorro (*Cnidocolus quercifolius*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*), jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), jureminha (*Desmanthus virgatus*), jurema vermelha (*Mimosa ophthalmocentra*), camaçari (*Caraipa densifolia*), murici (*Byrsonima cracifolia*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*) e gameleira (*Ficus catappifolia*). (Fig. 134 a 144).

Figura 134 - Maniçoba (*Manihot caerulescens*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 135 – Angico (*Anadenanthera colubrina*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 136 – Umbrana de cambão (*Commiphora leptophloeos*)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 137 – Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 138 – Favela de cachorro (*Cnidoscolus quercifolius*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 139 – Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 140 – Angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 141 - Camaçari (*Caraipa densifolia*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 142 - Murici (*Byrsonima cracifolia*)



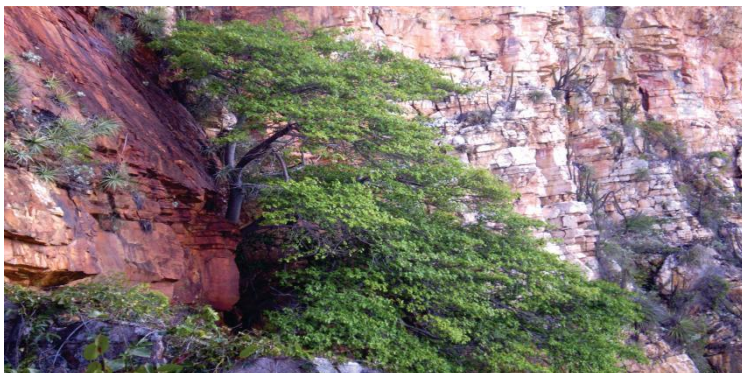
Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 143 – Jatobá (*Hymenaea courbaril*)



Fonte: Acervo do autor (2001)

Figura 144 – Gameleira (*Ficus catappifolia*)



Fonte: Acervo do autor (2001)

Dentre as arbustivas, destacam-se: carqueja (*Baccharis trimera*), cansação (*Cnidosculus pubescens*), pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*), quebra faca (*Croton conduplicatus*), pereiro (*Aspidosperma pyriformium*), velame (*Croton heliotropiifolius*), jতিরানা (*Ipomoea cairica*), sete patacas (*Allamanda cathartica*), jureminha (*Desmanthus virgatus*), jurema vermelha (*Mimosa ophthalmocentra*), melosa (*Ruellia asperula*), marmeleiro (*Croton sonderianus*) e mofumbo (*Combretum leprosum*) (Fig. 145 a 150).

Figura 145 – Pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 146 – Carqueja (*Baccharis trimera*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 147 – Quebra faca (*Croton conduplicatus*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 148 – Velame (*Croton heliotropiifolius*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 149 – Jitirana (*Ipomoea cairica*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 150 – Sete patacas, dedal de princesa ou pente de macaco



Fonte: Kesting (2018, p. 196)

As cactáceas mais representativas são: xiquexique (*Pilosocereus polygonus*), mandacaru facheiro (*Pilosocereus pachycladus*), quipá (*Tacinga inamoena*), coroa de frade (*Melocactus zehntneri*) e mandacaru de boi (*Cereus jamacaru*). Elas ocorrem predominantemente em áreas de solos pedregosos e nas encostas ou cristas das serras. Nesses setores também se notabilizam as bromeliáceas como caroá (*Neoglaziovia variegata*) e macambira de lajedo (*Bromelia laciniosa*). (Fig. 151 a 157).

Figura 151 – Xiquexique (*Pilosocereus polygonus*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 152 – Mandacaru facheiro (*Pilosocereus pachycladus*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 153 – Quipá (*Tacinga inamoena*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 154 – Coroa de frade (*Melocactus zehntneri*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 155 – Mandacaru de boi (*Cereus jamacaru*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 156 – Macambira de lajedo (*Bromelia laciniosa*)



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 157 – Macambira de lajedo (*Bromelia laciniosa*)



Fonte: Acervo do autor (2001)

Ao longo dos cursos de água desenvolve-se a fisionomia típica de parque que outrora também havia na margem do Rio São Francisco. Nela prolifera a carnaubeira (*Copernicia prunifera*). (Fig. 158).

Caracteriza-se [o parque] por extensos campos de gramíneas com elementos de porte arbustivo espaçadamente distribuídos e núcleos isolados de palmeiras, principalmente carnaubeiras, e outras árvores. (SOUZA *et al*, 1979, p. 42).

Figura 158 – Carnaubeira (*Copernicia prunifera*)



Fonte: Acervo do autor (2016)

A quem conheceu as serras do entorno de Sobradinho há quatro décadas, ao visitá-las nos dias atuais, salta-lhe aos olhos a diferença da paisagem. Outrora ela era exuberante. Várias espécies vegetais conservavam-se verdes durante oito

meses do ano (outubro a maio). Hoje, as serras estão desnudas. Nelas se encontram troncos secos e/ou tombados pela inclemência da seca que se prolonga e pela ação desumana de pessoas e empresas que, durante séculos, as depredam. Desnudas as serras, reduz-se a vazão das nascentes e desaparecem as águas correntes que havia no Boqueirão do Riacho São Gonçalo, no Boqueirão do Riacho das Traíras e na Grota do Olho d'Água.

A cultura do extrativismo colonialista que se implantou na região foi responsável pela destruição de toda a vegetação primitiva em ambas as margens do Rio São Francisco. Até as encostas foram desnudadas de vegetação. Delas se extraiu, durante séculos, madeira para construções, para carvoarias e para a prática da agricultura. (...). Sem a proteção natural das raízes das plantas, desmoronaram-se as barrancas marginais, assoreando todo o Rio que se torna, dia a dia, mais largo e mais raso, dificultando a navegação, outrora intensa. Reduzida a vegetação, modifica-se o clima que se torna sempre mais árido, reduzindo as vazões dos riachos tributários e do próprio Rio São Francisco. (KESTERING, 2001, p. 62).

Diz a população local que, em tempos antigos, em mais de 500 metros de extensão, nos solos aluviais do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, plantavam-se mangueiras, goiabeiras, cajueiros, bananeiras, coqueiros, capim elefante, capim mandante, cana de açúcar, batata doce e mandioca. A água foi diminuindo e hoje quase não se planta mais nos lameiros dessa feição de relevo. A vegetação nativa nesse trecho do riacho era exuberante. Nela se encontravam espécies vegetais da mata atlântica.

Chama a atenção nos Boqueirões a enorme quantidade de plantas que nascem nas fendas dos maciços de quartzito. Nessas fendas, suas raízes desenvolvem-se, exercendo altíssimas pressões que afastam grandes blocos e criam gretas onde se abriga boa parte dos animais que compõem a fauna local. O mandacaru facheiro, o mandacaru de boi, o xiquexique

e a gameleira são as mais comuns. Muitas dessas plantas encontram-se fixas nos talhados que lhes servem de suporte. Por serem xerófilas, sobrevivem a expensas da água que armazenam em seus caules durante os meses chuvosos. A gameleira, porém, desenvolve um grande sistema radicular que se infiltra nas fendas das rochas para buscar água em distâncias de até 20 metros. O juazeiro e o angico têm raízes que se infiltram nas fendas das rochas para buscar água em profundidades de até 50 metros. (KESTERING, 2001, p. 65).

Ao longo da história e da pré-história, a fauna aquícola e silvestre sempre foi abundante em Sobradinho. No Rio São Francisco havia muitas espécies de peixe e na caatinga, mamíferos e aves em profusão. Segundo Drumond et. al. (2005 *apud* Ministério do Meio Ambiente, 2011), 208 (duzentas e oito) espécies nativas de peixe dulciaquícola compunham a ictiofauna do Velho Rio dos Currais. As espécies mais abundantes eram: cascudo preto (*Rhinelepis áspera*), curimatã pacu (*Prochilodus argenteus*), curimatã pioa (*Prochilodus costatus*), dourado (*Salminus franciscanus*), mandi (*Pimelodus maculatus*), mandi-açu (*Duopalatinus emarginatus*), matrinxã (*Brycon orthotaenia*), pacamã (*Lophiosilurus alexandri*), pacu (*Myleus micans*), surubim ou pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), pirá-tamanduá (*Conorhynchos conirostris*), piranha (*Pygocentrus piraya*), pirambeba (*Serrasalmus maculatus*), trairão (*Hoplias lacerdae*) e traíra (*Hoplias malabaricus*). (Fig. 159 a 170).

Figura 159 – Cascudo preto (*Rhinelepis áspera*)



Fonte: Santos et al. (2008, p. 1)

Figura 160 – Curimatã pacu (*Prochilodus argenteus*)



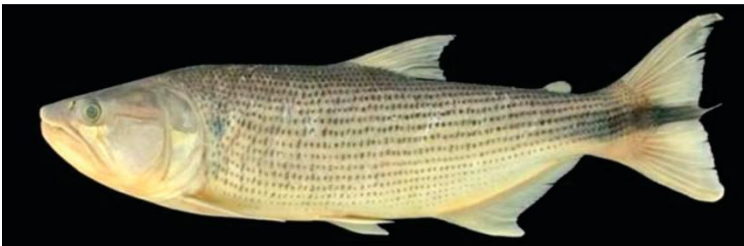
Fonte: Silva (2012)

Figura 161 – Curimatã piao (*Prochilodus costatus*)



Fonte: CODEVASF (2018)

Figura 162 – Dourado (*Salminus Franciscanus*)



Fonte: Lima; Britski (2007)

Figura 163 – Mandi (*Pimelodus maculatus*)



Fonte: Oliveira (2018), adaptado pelo autor

Figura 164 – Mandi-açu (*Duopalatinus emarginatus*)



Fonte: Pruvost (2006)

Figura 165 – Matrinxã (*Brycon orthotaenia*)



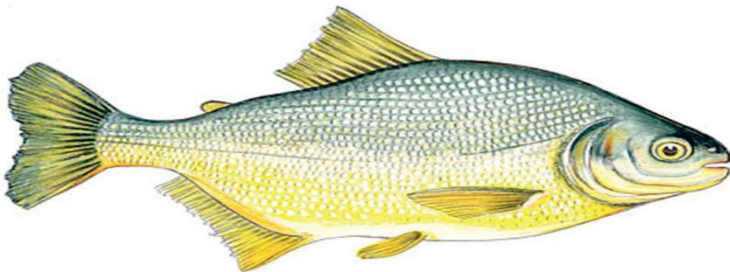
Fonte: Arquivo TG (2015) adaptado pelo autor

Figura 166 – Pacamã (*Lophiosilurus alexandri*)



Fonte: Campeche (2019)

Figura 167 – Pacu (*Piaractus mesopotamicus*)



Fonte: PNDPA (2019)

Figura 168 – Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*)



Foto: Revista Pesca e Companhia (2019)

Figura 169 – Pirá-tamandúá (*Conorhynchos conirostris*)



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2019)

Figura 170 – Piranha (*Pygocentrus piraya*)



Fonte: Chaves (2009)

Por não se ter construído canal de piracema, a Barragem de Sobradinho promoveu drástica redução de várias espécies nobres da ictiofauna do Rio São Francisco.

Na caatinga de Sobradinho, os mamíferos mais comuns eram: caititu (*Tayassu tajacu*), veado (*Mazama gouazoubira*), tatu

Cidadãos Tatauí

verdadeiro (*Dasyus novemcinctus*), tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*), tatu china (*Dasyus septemcinctus*), tamanduá mirim (*Tamandua tetradactyla*), mocó (*Kerodon rupestris*), preá (*Cavia aperea*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), cutia (*Dasyprocta Aguti*), macaco prego (*Sapajus libidinosus*), saguí (*Callithrix jaccus*), gato macambira (*Leopardus tigrinus*), lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e raposa (*Dusicion thous*). (Fig. 171 a 186).

Figura 171 – Caititu (*Tayassu tajacu*)



Fonte: Britannica Escola (2018)

Figura 172 – Veado (*Mazama gouazoubira*)



Fonte: Pereira (2019), adaptado pelo autor

Figura 173 – Tatu verdadeiro ou tatu galinha



Fonte: Araguaia (2018)

Figura 174 – Tatu peba (*Euphractus sexcinctus*)



Fonte: Ferreira (2013)

Figura 175 – Tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*)



Fonte: Girardi (2014)

Figura 176 – Tatu china (*Dasypus septemcinctus*)



Fonte: Cavalcanti (2009)

Figura 177 – Tamanduá mirim (*Tamandua tetradactyla*)



Fonte: Cunha (2017)

Figura 178 – Mocó (*Kerodon rupestris*)



Fonte: Marinho (2014)

Figura 179 – Preá da caatinga (*Cavia aperea*)



Fonte: Fauna da Caatinga (2017)

Figura 180 – Capivara (*Hydrochaeril hydrochaeris*)



Fonte: MyImages *apud* Vieira (2009)

Figura 181 – Cutia (*Dasyprocta Aguti*)



Fonte: YouTube (2019)

Figura 182 – Macaco prego da caatinga (*Sapajus libidinosus*)



Fonte: Santos (2012)

Figura 183 – Saguí (*Callithrix jacchus*)



Fonte: Person (2016)

Figura 184 – Gato macambira (*Leopardus tigrinus*)



Fonte: Youtube (2017)

Figura 185 – Lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*)



Fonte: Santos (2019)

Figura 186 – Raposa (*Dusicion thous*)



Fonte: Cavalcanti (2013)

As aves mais comuns eram: ema (*Rhea americana*), jacucaca (*Penelope jacucaca*), seriema (*Çariama cristata*), arribação (*Zenaida auriculata*), asa branca (*Patagioenas picazuro*), juriti (*Leptotila vereauxi*), codorna (*Nothura boraquira*), perdiz (*Rhinchotus rufescens*), zabelê (*Crypturellus noctivagus*)

zabele), nambu (*Crypturellus parvirostris*), pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*) e paturi (*Amazonetta brasiliensis*). (Fig. 187 a 198).

Figura 187 – Ema (*Rhea americana*)



Foto: Steve Meese *apud* Vieira (2009)

Figura 188 – Jacucaca (*Penelope jacucaca*)



Fonte: Grosset (2019)

Figura 189- Seriema (*Cariama cristata*)



Fonte: Lourenço (2016)

Figura 190 – Arribação (*Zenaida auriculata*)



Foto: Souza (2014)

Figura 191 – Asa Branca (*Patagioenas picazuro*)



Foto: Cipriani (2015)

Figura 192 - Juriti (*Leptotila vereauxi*)



Fonte: Mello (2012)

Figura 193 – Codorna (*Nothura boraquira*)



Foto: Leal (2012), adaptada pelo autor

Figura 194 – Perdiz (*Rhinchotus rufescens*)

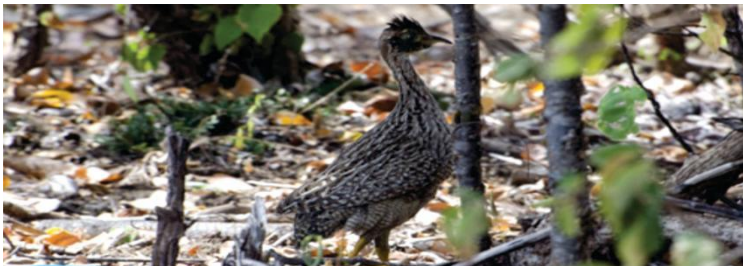


Foto: Bill (2013), adaptada pelo autor

Figura 195- Zabelê (*Crypturellus noctivagus zabele*)



Fonte: Marcos *apud* Rodrigues (2009)

Figura 196 – Nambu da caatinga (*Crypturellus parvirostris*)



Fonte: Caatinga Mata Branca (2014 *apud* Rocha, 2014)

Figura 197 – Pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*)



Fonte: ICMBIO (2019)

Figura 198 – Paturi (*Dendrocygna viduata*)



Fonte: Portal do São Francisco (2019)

Os répteis mais comuns são: lagartixa de lajedo (*Tapinurus helenae*), teiú (*Tupinambis teguixim*) e camaleão (*Iguana iguana*). (Fig. 199 e 200).

Figura 199 – Lagartixa de lajedo



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013)

Figura 200 – Camaleão (*Iguana iguana*)



Fonte: Kesting (2001, p. 67)

Cidadãos Tatauí

Há abelhas nativas como mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), cupira preta (*Partamona cupira*), abelha moça branca (*Frieseomelitta doederleini*) e manduri (*Melipona marginata*). (Fig. 201 a 203).

Figura 201 – Mandaçaia (*Melipoina quadrifasciata*)



Fonte: Oliveira (2011)

Figura 202 – Cupira preta (*Partamona cupira*)



Fonte: Oliveira (2011)

Figura 203 – Abelha moça branca (*Frieseomelitta doederleini*)



Fonte: YouTube (2017)

Nas encostas das serras, principalmente nos boqueirões e grotas encontram-se aracnídeos típicos do semiárido como as caranguejeiras (*Lasiodora sp.*) e da floresta amazônica como é o caso de um aracnídeo primitivo da espécie *Heterophrynus longicornis* que se encontrou no Sítio Arqueológico São Gonçalo 21 ou Furna do Caçador. (Fig. 204 e 205).

Figura 204 – Caranguejeira (*Lasiodora parahybana*)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 205 - Caranguejeira (*Lasiodora sp*)



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 22)

Os animais selvagens sempre foram e ainda continuam sendo a maior fonte de proteína utilizada na alimentação daquela gente. A caça indiscriminada e predatória tem contribuído para a extinção completa de alguns animais na região. Outros se encontram em séria ameaça de extermínio. O desmatamento indiscriminado para a venda de estacas tem contribuído para a desertificação da região. Peter Von Gunten e eu entendemos que um trabalho sério no sentido de restabelecer o equilíbrio ecológico poderá ser, muito em breve, um dos maiores incentivadores a que a comunidade de São Gonçalo permaneça na sua terra. (KESTERING, 1995, p. 23-24). A caça predatória está pondo em risco o equilíbrio do sistema ambiental (...). Durante nosso trabalho de pesquisa, fomos testemunha de matança de cobra cascavel em acasalamento. Havia delas com aproximadamente 1,5 m. Em várias gretas, encontramos fezes antigas de tamanduá. Não encontramos fezes recentes, o que nos leva a crer que sua população também está sendo dizimada. Em um passado, relativamente recente, habitavam também no Boqueirão do Riacho São Gonçalo, o caititu queixada, o tamanduá bandeira, a onça pintada, a onça do lombo preto, o lobo guará e a suçuarana. A ema, antes muito abundante, não mais existe nas imediações do Boqueirão. (KESTERING, 2001, p. 68).

4.1 Recomposição Ambiental e Patrimonial

Como era de se esperar, a construção de uma obra monumental qual foi a da Barragem de Sobradinho produziu grandes perturbações patrimoniais, ambientais e sociais. É bem verdade que se fizeram estudos de impacto. É notório, porém, que elas se efetivaram apenas para cumprimento de formalidades legais. Entendeu-se, por isso necessária a criação e composição de um Conselho Municipal do Meio Ambiente, o que se levou a efeito com uma lei, aprovada pelos vereadores e sancionada pelo Prefeito Hamilton Pereira de Souza Filho no dia 08 de agosto de 1994.

Compete ao Conselho Municipal do Meio ambiente: (...) XVI - defender e preservar o meio ambiente equilibrado para o bom usufruto das gerações presentes e futuras;

XVII - Promover a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais e o manejo ecológico de espécies e sistemas;

XVIII - definir espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos através de leis municipais;

XIX - promover a educação ambiental na rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente (...). (SOBRADINHO – BA, 08/08/1994).

Na primeira reunião do Conselho, com a presença de representantes de nove entidades entre as quais a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mostrou-se o papel de Sobradinho no contexto do desenvolvimento do Vale do São Francisco.

[Celito Kesting] dissertou sobre as cinco vocações naturais de Sobradinho que são: geração de energia, produção de alimentos, fomento ao turismo, preservação do meio ambiente e zelo pela cultura. (SOBRADINHO - BA, 23/09/1994).

Por recomendação unânime dos conselheiros, a Câmara aprovou também por unanimidade e o prefeito sancionou duas leis de capital importância para Sobradinho e o Vale do Rio São Francisco quais foram: a Criação do Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco e da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra. Observe-se que elas se fundamentavam no que estabelecem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 225. Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (...).

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos (...) (BRASIL, 1989, p. 100).

Art. 123 – (...) II – definir, em Lei Complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, a forma da permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (...).

V – promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente; (...) (SOBRADINHO – BA, 1990, p. 50).

4.1.1 Parque de Preservação Permanente

Com o primeiro ato normativo pretendia-se construir uma sequência de diques com os quais se formaria uma escada

artificial de nove reservatórios sucessivos entre a foz do Riacho Tatauí e a Serra da Batateira. Nos diques que se implantassem manter-se-iam pequenos fluxos de água para se restabelecer o processo da piracema no Rio São Francisco, drasticamente interrompido pela construção da Barragem de Sobradinho. Propunha-se restaurar também a lagoa marginal do Alagadiço com a participação efetiva dos agricultores no processo, em um projeto integrado de rizipiscicultura, recuperação da mata ciliar e definição de áreas de lazer para fomento ao turismo. Elaborou-se um anteprojeto de engenharia e propôs-se estudo do solo à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) para atestar viabilidade técnica (aptidão) e econômica (relação custo / benefício) à prática do cultivo de arroz em consórcio com a aquicultura. Representantes do Centro de Pesquisas do Trópico Semiárido (CPATSA) comprometeram-se em prestar acessória e acompanhar de perto a recomposição da mata ciliar à jusante da Barragem de Sobradinho, no trecho correspondente ao Parque de Preservação que se propunha implantar.

Art. 1º - Fica criado, na margem direita do Rio São Francisco, à jusante da Barragem de Sobradinho, o Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco.

Art. 2º - A Área do Parque será fixada através de Lei Municipal depois de levantamento topográfico, reconhecimento e minucioso estudo.

Art. 3º - As terras, a flora e a fauna na área a ser demarcada, ficam sujeitas ao regime estabelecido pelo Código Florestal aprovado pela Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 e pela proteção à fauna aprovada pela Lei Federal Nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967.

Art. 4º. - A Administração do Parque Municipal de Preservação à Fauna Ictiológica do Rio São Francisco será feita pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Sobradinho.

Art. 5º - O Prefeito Municipal fica autorizado a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica do Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco. (...). (SOBRADINHO – BA, 30/01/1995).

Para operacionalizar o fluxo de água, necessário ao resgate da piracema e do berçário natural dos alevinos no Alagadiço, cogitou-se a implantação de um canal junto à Serra da Batateira. Com esse canal, alimentar-se-iam os nove reservatórios por onde migrariam os peixes de piracema e abastecer-se-iam os tanques do projeto integrado de rizipiscicultura.

Apresentado ao Ministério do Meio Ambiente, o plano de recomposição ambiental despertou particular interesse em seu quadro técnico. Sugeriu-se na oportunidade ampliá-lo para que se implantassem, em grande parte do território de Sobradinho unidades de aquicultura, agricultura irrigada e criação de pequenos animais domésticos como cabras e ovelhas onde se haviam assentado agricultores de várias associações a exemplo da Chapadinha, Agrícola São Joaquim e Carranquinha. Pensou-se repetir em Sobradinho o desenvolvimento que o consórcio dessas atividades havia promovido no município de Toledo – PR. Trouxe-se para mostrar sua viabilidade técnica e econômica o piscicultor Décio Berto que conhecia de perto a experiência dos agricultores do sul do Brasil.

De posse da palavra, o Coordenador Nacional de Implantação de Unidades Agroindustriais de Exploração do Pescado argumentou a viabilidade econômica do projeto, demonstrando que, do pescado pode-se explorar economicamente o couro, o filé, a escama e o óleo. Todos os conselheiros aprovaram sua implantação. (SOBRADINHO – BA, 21/03/1995).

Para gerenciar o canal de forma tal que se cumprisse o fim a que se o destinava, planejou-se implantar a Empresa de

Serviço de Abastecimento de Água para a Agricultura (ENSAGRI). A essa organização de economia mista atribuir-se-ia a responsabilidade pela desapropriação da faixa de terra por onde passasse o aqueduto, o fornecimento de água aos agricultores e a cobrança das tarifas com a devida discriminação e repasse de todos os custos operacionais, administrativos e de manutenção do sistema.

Iniciou-se a concretização do plano de recomposição ambiental com a implantação do Projeto do Canal Serra da Batateira que prosseguiu até o ano de 1999. Infelizmente, por um problema crônico de descontinuidade administrativa no Município, não se efetivaram as medidas que viabilizariam sua conclusão e operação. Com a morte prematura do Prefeito Hamilton, não se aplicou devidamente uma parcela dos recursos que à obra se destinavam, desativou-se o Conselho Municipal do Meio ambiente e não se implantou a ENSAGRI. Os problemas perduram e Sobradinho arrasta-se com as agruras do desemprego e da falta de opções de trabalho para grande parte da população.

O estudo da dinâmica regional do Vale do Rio São Francisco e das potencialidades do Município de Sobradinho levou-nos a concluir que nosso plano de desenvolvimento deve estar embasado na agricultura e no turismo. Essa percepção é mérito de toda a sociedade sobradinhense que, há anos, desde que terminaram as obras de construção da Barragem, desesperadamente tenta encontrar alternativas de sobrevivência. Nossa administração tem se dedicado a continuar e aprimorar os trabalhos iniciados em gestões anteriores para que deles se beneficie a coletividade sobradinhense.

Dois projetos merecem de nossa parte atenção especial. São eles: a construção do Canal Serra da Batateira para viabilizar o desenvolvimento da Agricultura e a implantação da Área de Preservação Ambiental para, em conjunto com o esporte e o lazer náuticos, possibilitar o desenvolvimento do turismo. (...) (SOBRADINHO – BA, 16/04/1999).

4.1.2 Reserva Ecológica e Arqueológica

Com a outra prescrição normativa propunha-se implantar uma reserva para proteção do patrimônio ambiental e arqueológico (histórico e pré-histórico), com atividades agrícolas e pecuárias que nela continuariam a realizar as famílias de remanescentes indígenas da Etnia Tamoquim. Dispusera-se já o executivo municipal a promover a realização de atividades de pesquisa acadêmica, em convênio com a Fundação Museu do Homem Americano e a Universidade Federal de Pernambuco. Esse pacto oficial tinha o objetivo de promover a realização de ações destinadas a incentivar o eco desenvolvimento das populações circunvizinhas às áreas de Preservação Ecológica e Arqueológica. A conveniente executora assumia os seguintes compromissos:

- a) Coordenar e desenvolver as pesquisas arqueológicas e interdisciplinares (...) no município de Sobradinho.
- b) Fornecer regularmente relatórios sobre os avanços das pesquisas em curso.
- c) Utilizar, na medida do possível, a mão de obra local.
- d) Programar e captar verbas de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em nome do município de Sobradinho, para aplicar na pesquisa científica e no desenvolvimento da comunidade das áreas de preservação ecológica e arqueológica, visando melhorar as condições de infraestrutura, educação e saúde.
- e) Implementar todos os projetos para os quais tenha obtido o financiamento necessário. (...).

A conveniente, através do Conselho Municipal do Meio Ambiente, fiscalizará a Fundação Museu do Homem Americano na administração das verbas. (SOBRADINHO - BA, 24/11/1994, p. 1, 2 e 3).

Naquela área sabia-se haver uma feição de relevo dissecada por milenar ação erosiva de um intermitente afluente do Rio São Francisco, em quartzíticas rochas metassedimentares da

Chapada Diamantina (Formação Tombador). Em seus alcantis, belos e profusos painéis de registros rupestres resistiam à ação deletéria de naturais e antrópicos agentes de intemperismo. Por isso criou-se a reserva.

(...) Art. 1º - Fica criada a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra.

Art. 2º - A área da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra será fixada, através de lei municipal, depois de levantamento topográfico.

Art. 3º - A Administração da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra será feita pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra. (SOBRADINHO – BA, 30/01/1995).

Um arquiteto fluminense que se especializava *stricto sensu* na área de Pré-história havia já iniciado as atividades relativas ao levantar, cadastrar e ordenar o universo artefactual arqueológico do Submédio São Francisco, quando se acometeu de incurável e fatal enfermidade. Sem o imprescindível sopro vital que, pelos alvéolos pulmonares oxigenaria o cérebro do gabaritado arquiteto pré-historiador, sustou-se a pesquisa até que se encontrasse alguém com qualificação acadêmica símil.

Não muito demorou a que a Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e a Diretora Presidente da Fundação Museu do Homem Americano descobrissem que eu havia estudado no Seminário Nossa Senhora de Fátima e na Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina. Farejaram as profissionais da ciência que, no ateneu religioso secular de Tubarão, ensinava-se e aprendia-se Francês, Inglês, Latim e Grego, requisitos imprescindíveis à compreensão de textos e artefatos relativos ao que fosse *arkaios*. Deparam-se

também com informes de que, no espaço universitário que era referência cultural no Sul do Brasil, estudava-se Filosofia Pura, basilar para o reconhecimento de cristalinos atributos (fenomenologia) ligados à castiça *arké* (ontologia) de grupos culturais históricos e pré-históricos.

Pouco tempo passou-se a que concluíssem sugerir-me desligamento das lides político-partidárias, técnico-administrativas e didático-pedagógicas da Prefeitura Municipal de Sobradinho e da Secretaria Estadual de Educação da Bahia para me dedicar à pesquisa arqueológica, histórica e pré-histórica, com o fito de preencher a lacuna que restara da morte prematura do pesquisador fluminense. Propuseram-me as divas dos estudos relativos ao patrimônio cultural pré-histórico da região Nordeste do Brasil que lhes entregasse, em diminuto tempo hábil, uma carta de apresentação do professor de quem eu reconhecesse ter recebido o melhor de minha formação, que fosse a excelência das referências que me creditassem ao ingresso no seletivo meio científico. Sequer um minuto titubeei, pestanejei ou tartamudeei. Apresentei-lhes um belo documento em cuja base fixava-se a chave que, de graça me fora concedida para chegar ao décimo andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco onde se me abriram amplas portas de acesso ao mestrado em História e doutorado em Arqueologia. A bendita taramela acadêmica materializava-se em uma assinatura que, gratuita e prazenteiramente concedera-me um velho sacerdote que, na minha juventude, fora professor de Música, Grego e Francês. Seu entendimento sobre a vida e tudo que com ela se relacionava, como gambiarras a resolverem provisoriamente reveses mecânicos de carros com avaria crônica, havia-me ajudado a superar parcialmente problemas duradouros que na bagagem emocional eu portava quando ingressei no seminário menor de Tubarão.

Com o homérico sacrifício de ausentar-me do convívio familiar, para me capacitar na Universidade Federal de Pernambuco e no Parque Nacional Serra da Capivara pus-me a realizar o que se entendia ser o melhor para Sobradinho. Etribado em convênio que se celebrou e renovou-se entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Museu no Homem Americano, durante longos anos, exaustiva e prazenteiramente realizei atividades de laboratório, prospecções e escavações arqueológicas na região Sudeste do Piauí. Participei da exumação de urnas funerárias e das escavações da Aldeia da Baixa do Carvoeiro, bem como das tocas da Cerca do Elias, da Pedra Solta da Serra Branca, do Barrigudo, do Morcego, do Tenente Luiz, do Pau d’Óia e do Vento. (Fig. 208). Fiz-me mestre em Pré-História e doutor em Arqueologia.

Figura 208 – Exumação de urna funerária na cidade de São Braz



Fonte: Acervo do autor (2002)

O presente convênio tem como objetivo a colaboração mútua entre a PMS e a FUMDHAM, visando a realização de pesquisas arqueológicas e atividades sociais, ambientais e econômicas, no Parque Nacional Serra da Capivara e na Área Arqueológica de Sobradinho. (...) A FUMDHAM responsabiliza-se pela capacitação técnica e científica do servidor disponibilizado. (...). (SOBRADINHO – BA, 15/02/2022 e 15/02/2004).

Somados os conhecimentos teóricos e metodológicos obtidos nos programas de Pós-Graduação em História e Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco com as experiências técnicas exercitadas à exaustão nas muitas atividades de prospecção, escavação e laboratório na região Sudeste do Piauí, sentia-me suficientemente apto a prosseguir as pesquisas em Sobradinho. Foi quando, em 2004, iniciava-se a implantação efetiva da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com vários cursos de graduação entre os quais o de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial que se sediaria no Campus Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato. Por se entender que a Instituição de Ensino Superior seria a estrutura perfeita para o prosseguimento das pesquisas necessárias à implantação da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra, decidiu-se, em equipe, prestar concurso para o exercício efetivo de ensino, pesquisa e extensão. (Fig. 204). Viu-se nessa estrutura institucional governamental a possibilidade real de se concretizar, finalmente, o velho sonho que os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, os vereadores e o Prefeito Municipal de Sobradinho conjuntamente acalentavam em meados da década de 1990.

Com a participação efetiva dos profissionais da Educação da rede municipal e estadual de educação, realizaram-se quatro seminários de Arqueologia em Sobradinho. Neles se apresentavam os resultados das pesquisas e resgates patrimoniais que se realizavam no Submédio São Francisco. (Fig. 209 a 211). Para dar suporte às investigações e responsabilizar-se pela custódia dos bens patrimoniais resgatou-se a Fundação SOS São Francisco que em 2001 se havia criado e encontrava-se desativada.

Com respaldo institucional da UNIVASF e do CNPq, concluiu-se a tese de doutorado sobre a Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA e fez-se a caracterização e

diagnóstico do Patrimônio Arqueológico de Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro, Umburanas, Mirangaba, Itaguaçu da Bahia, Jaguarari e Campo Formoso. Realizaram-se também escavações no Boqueirão do Riacho São Gonçalo e, com apoio da Prefeitura Municipal implantou-se um laboratório de Arqueologia na Terra da Barragem. Também com o respectivo endosso institucional da Instituição de Ensino Superior em que me fiz professor efetivo coordenaram-se atividades de diagnóstico, prospecção e salvamento patrimonial para empresas com projetos a se implantarem em Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro, Jaguarari, Morro do Chapéu, Ourolândia e Casa Nova.

Em 15 feições de relevo de Sobradinho identificaram-se registros rupestres (pinturas e gravuras), artefatos da indústria lítica, fragmentos de cerâmica e louça, e almofarizes (em rocha e matacão). (Tab. 1; Fig. 212 a 252).

Figura 209 – Ritual de posse do cargo de professor efetivo



Fonte: Acervo do autor (2004)

Figura 210 – IV Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 211 – IV Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA



Fonte: Acervo do autor (2018)

Tabela 1 – Feições de relevo com artefatos arqueológicos

Nº	Feição de Relevo	Artefatos
01	Boqueirão da Serra da Caixa	Pinturas e gravuras rupestres, almofarizes em rocha e fragmentos de cerâmica
02	Terraço de São João	Fragmentos de cerâmica e louça
03	Serrote de São João	Pinturas rupestres e almofarizes em rocha
04	Boqueirão do Riacho do Bonsucesso	Pinturas rupestres e almofarizes em rocha
05	Boqueirão do Riacho	Pinturas rupestres e almofarizes

Cidadãos Tatauí

	das Traíras	(em rocha e matacão)
06	Boqueirão da Pedra Branca	Pinturas rupestres
07	Boqueirão da Lajinha	Pinturas rupestres
08	Boqueirão da Serra do Saco do Morcego	Pinturas rupestres
09	Boqueirão do Riacho São Gonçalo	Pinturas rupestres, artefatos líticos, fragmentos cerâmicos e almofarizes em matacão
10	Terraço do Riacho das Porteiras	Artefatos líticos
11	Grota da Serra Baixa	Pinturas e gravuras rupestres e almofarizes em matacão
12	Grota do Olho d'Água	Pinturas rupestres e almofarizes em matacão
13	Grota do Tatauí	Pinturas rupestres
14	Aluvião da Lagoa Grande	Artefatos líticos e fragmentos de cerâmica e louça
15	Aluvião da Juacema	Fragmentos cerâmicos

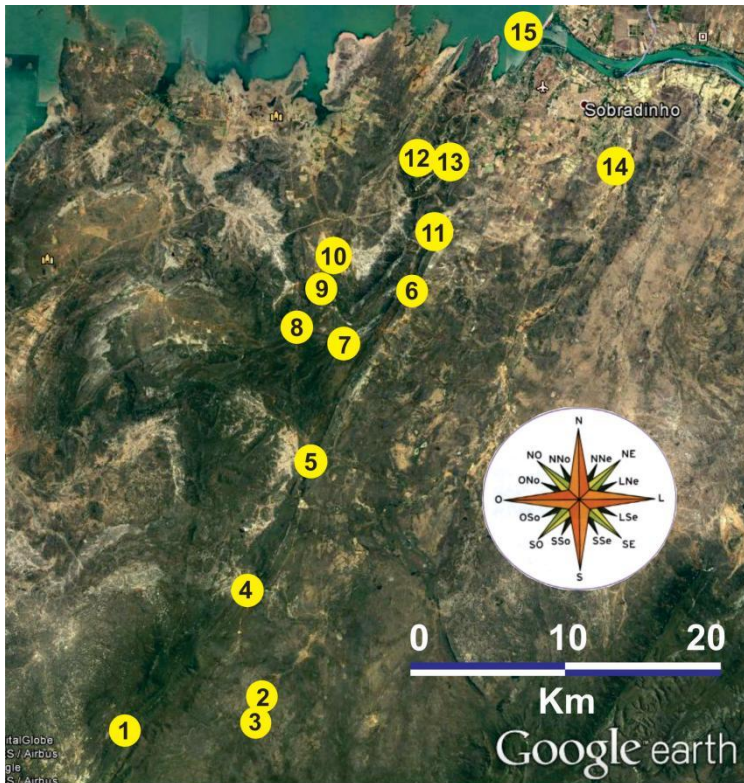
Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 212 – Boqueirão da Serra da Caixa



Fonte: Kesting (2014, p. 51)

Figura 213 – Distribuição espacial das feições de relevo



- | | |
|---|------------------------------------|
| 1 Boqueirão da Serra da Caixa | 9 Boqueirão do Riacho São Gonçalo |
| 2 Terraço de São João | 10 Terraço do Riacho das Porteiras |
| 3 Serrote de São João | 11 Grota da Serra Baixa |
| 4 Boqueirão do Riacho do Bonsucesso | 12 Grota da Serra do Olho d'Água |
| 5 Boqueirão do Riacho das Traíras | 13 Grota do Tatauí |
| 6 Boqueirão da Pedra Branca | 14 Aluvião da Lagoa Grande |
| 7 Boqueirão da Lajinha | 15 Aluvião da Juacema |
| 8 Boqueirão da Serra do Saco do Morcego | |

Fonte: Google Earth (2019), adaptado pelo autor

Figura 214 – Painel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 54)

Figura 215 – Painel de gravura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 54)

Figura 216 – Fragmentos de cerâmica



Fonte: Kesting (2014, p. 53)

Figura 217 – Terraço de São João



Fonte: Kesting (2014, p. 44)

Figura 218 – Fragmento de cerâmica



Fonte: Kesting (2014, p. 45)

Figura 219 – Fragmentos de louça



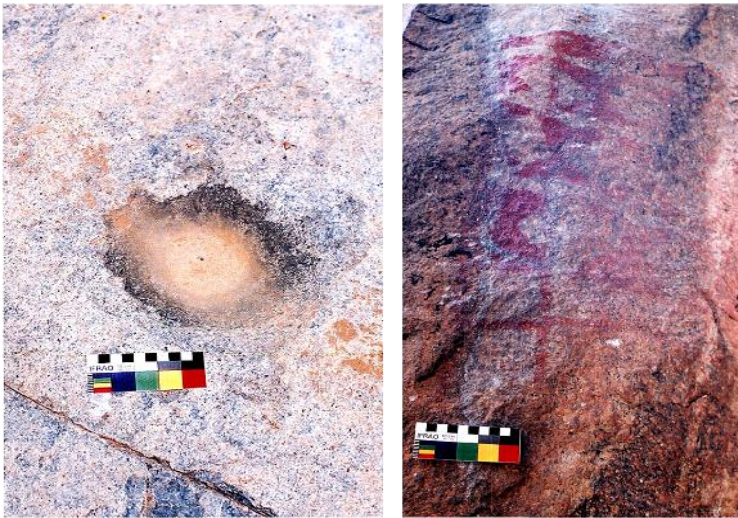
Fonte: Kesting (2014, p. 45)

Figura 220 – Serrote de São João



Fonte: Kesting (2014, p. 47)

Figura 221 – Almojariz em rocha e painel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 48)

Figura 222 – Boqueirão do Riacho do Bonsucesso



Fonte: Kesting (2014, p. 39)

Figura 223 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 40)

Figura 224 – Unidade de pintura rupestre (zoomorfo)



Fonte: Acervo do autor (2011)

Figura 225 – Almofarizes em rocha



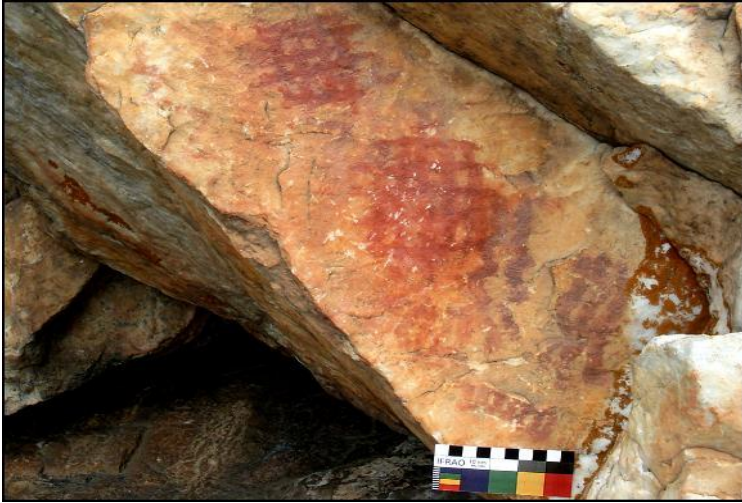
Fonte: Acervo do autor (2011)

Figura 226 – Boqueirão do Riacho das traíras



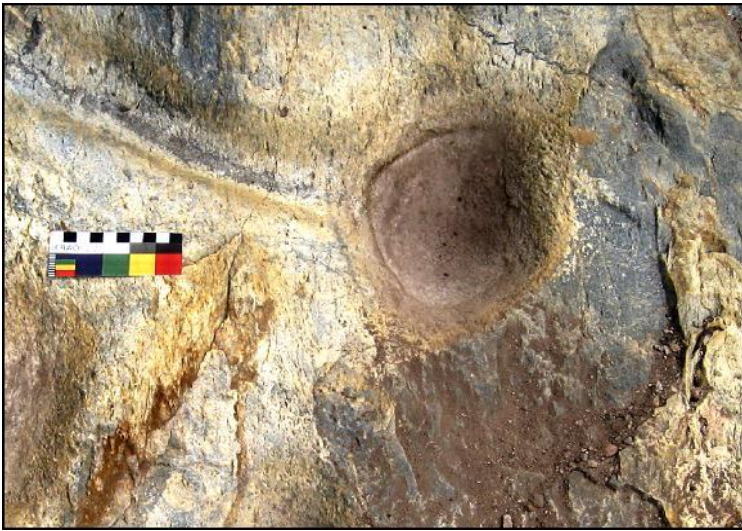
Fonte: Kesting (2014, p. 31)

Figura 227 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 34)

Figura 228 – Almofariz em rocha



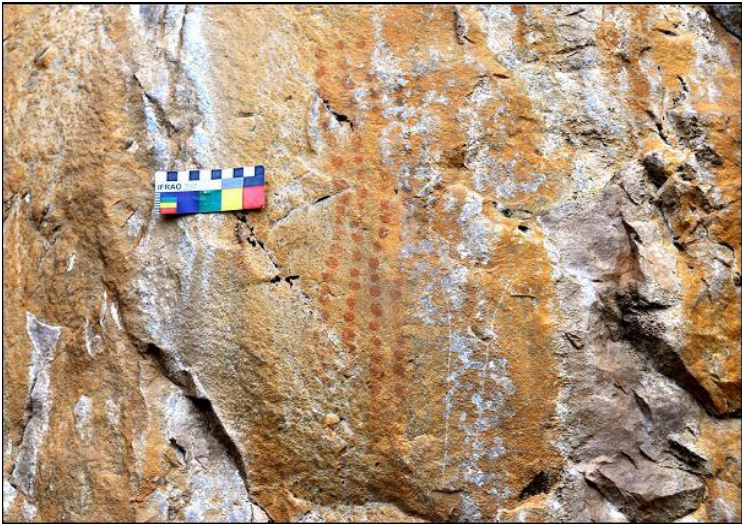
Fonte: Kesting (2014, p. 33)

Figura 229 – Boqueirão da Pedra Branca



Fonte: Acervo do autor (2012)

Figura 230 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Acervo do autor (2012)

Figura 231 – Boqueirão da Lajinha



Fonte: Kesting (2014, p. 92)

Figura 232 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 93)

Figura 233 – Boqueirão da Serra do Saco do Morcego



Fonte: Kesting (2014, p. 89)

Figura 234 – Pannel de pintura rupestre



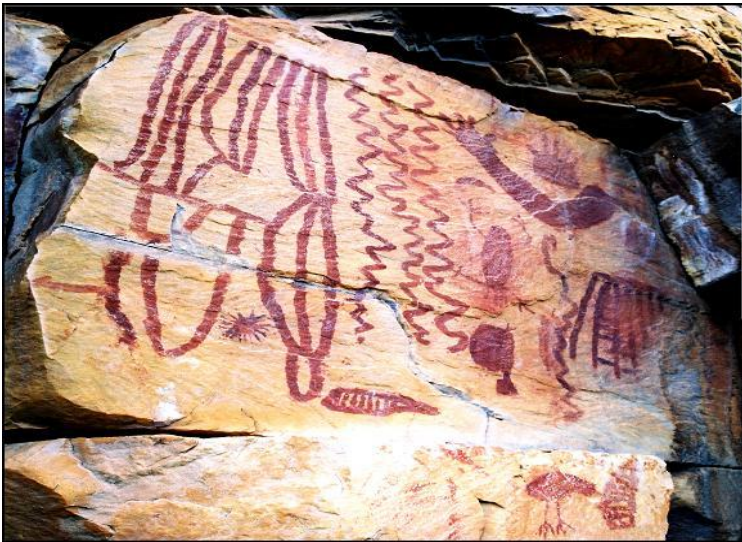
Fonte: Kesting (2014, p. 89)

Figura 235 – Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Kesting (2014, p. 59)

Figura 236 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 84)

Figura 237 – Artefatos líticos



Fonte: Kesting (2014, p. 81)

Figura 238 – Almojariz em matacão



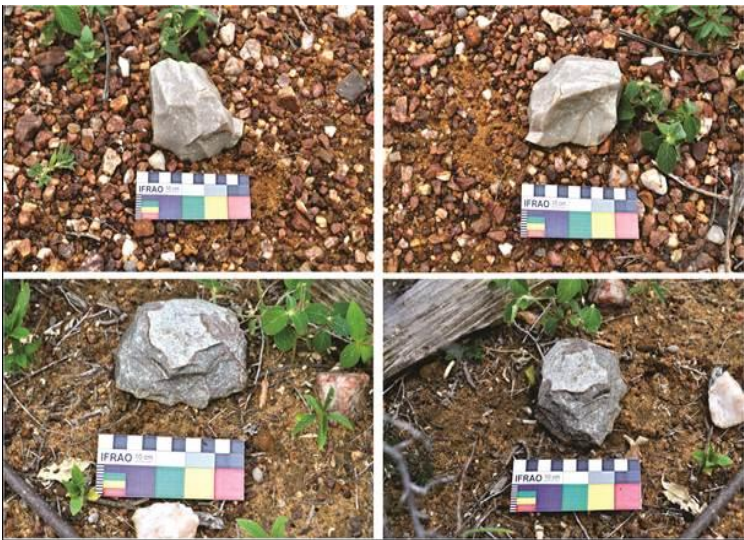
Fonte: Kesting (2014, p. 81)

Figura 239 – Terraço do Riacho das Porteiras



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 240 – Artefatos líticos *in situ*, na superfície do terreno



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 241 – artefatos líticos in situ, na superfície do terreno



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 242 – Grota da Serra Baixa



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 243 – Painel de pintura rupestre



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 244 – Painel de gravura rupestre



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 245 – Almofarizes em matacão



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 246 – Grota do Olho d'Água



Fonte: Acervo do autor (2006)

Cidadãos Tatauí

Figura 247 – Painel de pintura rupestre



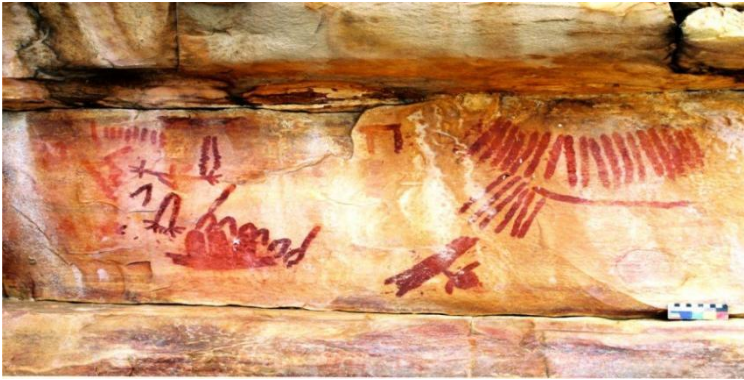
Fonte: Acervo do autor (2006)

Figura 248 – Grota do Tatauí



Fonte: Acervo do autor (2006)

Figura 249 – Painel de pintura rupestre



Fonte: Acervo do autor (2006)

Figura 250 – Aluvião da Lagoa Grande



Fonte: Santana *et al.* (2011, p. 43)

Figura 251 – Artefatos da indústria lítica



Fonte: Santana *et al.* (2011, p. 43)

Figura 252 – Fragmentos de cerâmica



Fonte: Santana *et al.* (2011, p. 43)

Os primeiros trabalhos de pesquisa arqueológica de que se têm notícia no município de Sobradinho realizaram-se durante a construção da Barragem, quando se identificou e registrou-se o Sítio de Juacema (BA-SF-100). (Tab. 2; Fig. 253). Relatou-se, então que ele se localizava a um quilômetro do povoado homônimo, na Fazenda Tatauí que então pertencia ao município de Juazeiro. Nele se encontrou e coletaram-se 67 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno¹⁵.

Devido a prospecções no terreno, a 5 (cinco) m do rio, foram localizados cacos superficiais de cerâmica numa área de 8 x 5 m. Recolhido o material de superfície foram feitos 2 (dois) cortes que resultaram estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 20).

Tabela 2 – Coordenadas dos vértices do Aluvião da Juacema

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude	Local
01	295000	8958000	384 m	Esquerda da B. de Santo Antônio
02	295500	8959100	384 m	Foz da Baixa de Santo Antônio
03	296000	8958800	384 m	Margem do Rio São Francisco
04	297000	8958000	384 m	Leito do Riacho do Poço

Fonte: Acervo do autor (2011)

¹⁵ Esses fragmentos estão no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

Figura 253 – Aluvião da Juacema inundado pelo Lago de Sobradinho



Fonte: Google Earth (2011), adaptado pelo autor

Realizaram-se sondagens e escavações no Boqueirão do Riacho São Gonçalo, especificamente nos sítios: São Gonçalo 11 (014.11), São Gonçalo 14 (014.14), São Gonçalo 21 (014.21), São Gonçalo 22 (014.22) e São Gonçalo 33 (014.33).

O Sítio São Gonçalo 11, conhecido também como Pedra Gêmea é uma escarpa metassedimentar alcantilada de arenito silicificado da Chapada Diamantina, Formação Tombador. Situa-se na média vertente da Serra do Corrente, margem direita do Riacho São Gonçalo. (Fig. 254).

Figura 254 – Sítio Arqueológico São Gonçalo 11



Fonte: Kesting (2007, p. 193), adaptada pelo autor

Iniciou-se a escavação com a retirada da vegetação arbustiva e a poda de galhos secos de plantas arbóreas que havia no sítio e entorno. Feita a limpeza, procedeu-se ao levantamento topográfico da superfície do terreno. Em seguida abriu-se uma sondagem com 2,5 m de comprimento e 1,5 m de largura, junto à base da escarpa onde há um conjunto de pinturas rupestres. (Fig. 255).

Havia sinais de uma escavação anterior no local. Nos sedimentos encontraram-se lentes dispersas de carvão, latinhas de flandres, borracha, caixas de fósforo, ossos de cachorro e gado *vacum*. Plotou-se e coletaram-se artefatos líticos, fragmentos de louça e cerâmica, ossos e caracóis. Não se encaminharam amostras de sedimento e de carvão da sondagem para datação porque todo o sedimento que se escavou havia sido turbado pela escavação anterior. (Fig. 256).

Figura 255 – Delimitação da sondagem junto às pinturas rupestres



Fonte: Kesting, Sousa, Vieira Junior e Paes (2012, p. 9)

Figura 256 – Encerramento da sondagem a 1 m de profundidade



Fonte: Kesting, Sousa, Vieira Junior e Paes (2012, p. 11)

O Sítio São Gonçalo 14, conhecido também como Toca do Sobrado é um abrigo em maciço metassedimentar de arenito silicificado da Chapada Diamantina, Formação Tombador. Situa-se na média vertente da Serra do Saco do Morcego, margem esquerda do Riacho São Gonçalo. (Fig. 257). Nele há sete painéis de pinturas rupestres da Tradição São Francisco, algumas das quais pertencem à Subtradição Sobradinho, Estilo São Gonçalo. (Fig. 258).

Figura 257 – Sítio Arqueológico São Gonçalo 14



Fonte: Kesting (2007, p. 196)

Figura 258 - Pinturas rupestres do Estilo São Gonçalo



Fonte: Kesting, Sales, Negreiros e Macêdo (2013, p. 5)

No transcurso da escavação que nele se realizou, plotou-se e coletaram-se artefatos líticos, fragmentos de cerâmica, ossos, caracóis, sedimentos e lentes de carvão. Sedimentos coletados a 15 cm de profundidade, analisados por Luminescência Oticamente Estimulada apresentaram idade de 6 240 +/- 625 anos AP. Os que se coletaram a 30 cm de profundidade, analisados também por Luminescência Oticamente Estimulada apresentaram idade de 12 080 +/- 910 anos AP. (Fig. 259).

Figura 259 – Escavação a 30 cm de profundidade



Fonte: Kesting, Sales, Negreiros e Macêdo (2013, p. 10)

Não se pode propor, ainda, em caráter conclusivo, que haja relação das datações obtidas com os painéis das pinturas rupestres. Elas sugerem, porém, ter relativa consistência a hipótese de que as do Estilo São Gonçalo foram realizadas no período de 9.000 a 6.790 anos AP. (KESTERING, 2007, p. 173). Os sedimentos datados correspondiam ao topo de matacões que provavelmente serviram de base em que se postaram os agentes pré-históricos para realizar os painéis.

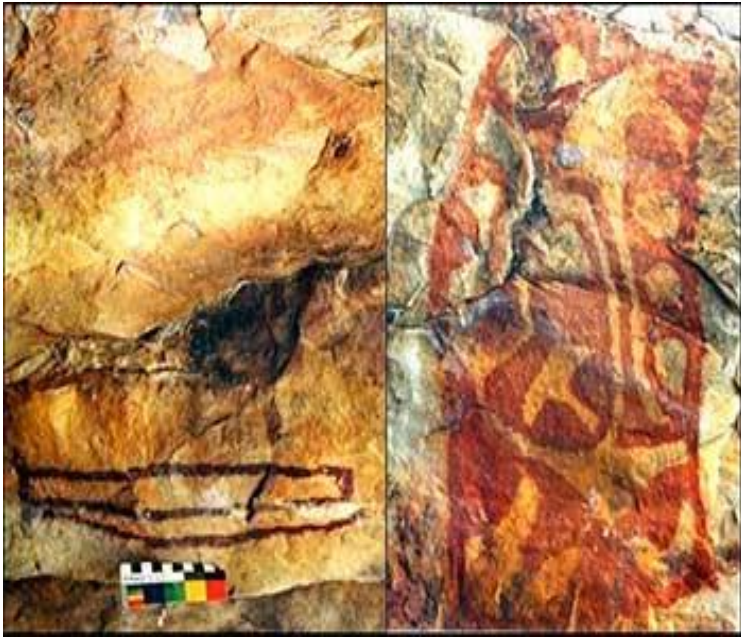
O Sítio São Gonçalo 21, conhecido também como Furna do Caçador é um abrigo se que formou por um matacão metassedimentar de arenito silicificado da Chapada Diamantina, Formação Tombador ter-se alojado sobre um maciço na média vertente da Serra do Corrente, margem direita do Riacho São Gonçalo. (Fig. 260). Nele há três painéis de pinturas rupestres da Tradição São Francisco. (Fig. 261).

Figura 260 – Sítio Arqueológico São Gonçalo 21



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 8)

Figura 261 – Painéis de pintura rupestre



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 8)

No transcurso da escavação que nele se realizou, plotou-se e coletaram-se artefatos líticos, ossos, caracóis, sedimentos e lentes de carvão. Enviaram-se amostras de sedimentos para análise em laboratório onde, por Luminescência Oticamente Estimulada obtiveram-se datações. (Tab. 3).

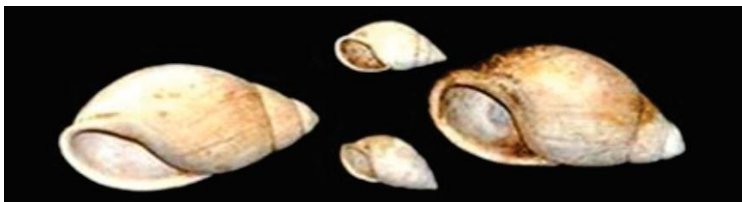
Tabela 3 – Datações de sedimentos do Sítio São Gonçalo 21

Nº	Etiqueta	Datação	Distância da Furna
01	418	5.630 +/- 800	Menos de 2 m
02	419	14.370 +/- 1.560	Mais de 5 m
03	420	8.785 +/- 2.070	Mais de 5 m
04	421	5.400 +/- 580	Mais de 5 m
05	422	3.090 +/- 330	Mais de 5 m
06	423	3.715 +/- 310	Mais de 5 m

Fonte: Acervo do autor (2013)

As atividades realizadas permitiram a obtenção de resultados com os quais se propõe, em nível hipotético que: a grande quantidade de caracóis (*Megalobulimus sp*) encontrados é um indicativo de que o clima pretérito era mais úmido que o atual; (Fig. 262); a ocorrência de aracnídeos primitivos da espécie *Heterophrynus longicornis*, cujo hábitat preferido é a Floresta Amazônica, sugere que a vegetação antiga era mais exuberante que a atual; (Fig. 263); a média das datações dos sedimentos (6.830 anos AP) insinua que o matacão que forma o teto da Furna havia já se desprendido do suporte original quando se estabeleceram as condições climáticas atuais, há 6.790 anos AP; o padrão de cognoscibilidade e as temáticas das pinturas sugerem que elas têm mais de 6.830 anos, quando, na região de Sobradinho, predominava o estilo São Gonçalo cuja datação varia de 9.000 a 6.790 anos AP (KESTERING, 2007, p. 173).

Figura 262 – Caracóis (*Megalobulimus sp*)



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 12)

Figura 263 – *Heterophrynus longicornis*



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 23)

O Sítio São Gonçalo 22, conhecido também como Pedra do Cavalo é um matacão metassedimentar de arenito silicificado da Chapada Diamantina, Formação Tombador. Situa-se na base da encosta da Serra do Corrente, margem direita do Riacho São Gonçalo. (Fig. 264). Nele há um painel de pinturas rupestres da Tradição São Francisco. (Fig. 265).

Figura 264 – Sítio Arqueológico São Gonçalo 22



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 3)

Figura 265 – Painel de pintura rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 3)

No transcurso da escavação que nele se realizou, plotou-se e coletaram-se artefatos líticos, ossos, dentes e caracóis. Não se recolheu, ainda, sedimentos e lentes de carvão para datação dos artefatos e restos arqueológicos. Por razões políticas e administrativas alheias aos interesses de professores e estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, não se concluiu a escavação.

Enquanto se realizavam as escavações e se construía um muro de arrimo para evitar que os sedimentos exumados assoreassem o Riacho São Gonçalo, observou-se que os sítios São Gonçalo 11, 21 e 22 apresentavam atributos comuns adquiridos em contexto ambiental e cronológico.

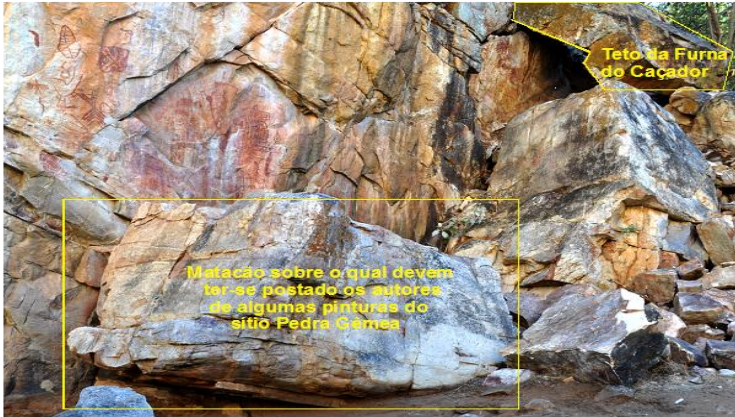
Atentou-se que um grande matacão do sítio São Gonçalo 11 havia-se desprendido da rocha matriz, deixando nela sua face negativa. (Fig. 266). É provável que esse matacão tenha servido de base sobre a qual se postaram os autores de muitas das pinturas realizadas na escarpa da rocha de arenito silicificado desse sitio arqueológico. (Fig. 267). Para responder à indagação sobre o momento do desprendimento do matacão, tem-se que coletar amostras do sedimento sobre o qual ele jaz.

Figura 266 – Matacão desprendido, com face negativa no suporte



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 7)

Figura 267 – Matacão sobre o qual se postaram autores de pinturas



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 8)

Para muitas pinturas do sítio São Gonçalo 11 e do Boqueirão do Riacho São Gonçalo ter-se-á, assim, uma data pós que elas foram realizadas. Verificou-se, também que, no suporte do sítio em questão, existem pinturas realizadas antes da queda do matacão. O ínfimo espaço entre o matacão e o suporte não permitiria a realização das pinturas após a sua queda. (Fig. 268). Por isso, amostras do sedimento sobre o qual ele jaz fornecerão a data ante que elas foram realizadas.

Figura 268 – Ínfimo espaço entre o matacão e o suporte



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 8)

À jusante do Sítio São Gonçalo 21 ou Furna do Caçador, identificou-se um matacão com um conjunto de pinturas rupestres bastante desgastadas. (Fig. 269 e 270). É provável que ele se tenha desprendido do suporte na mesma data em que se soltaram o matacão do Sítio São Gonçalo 11 e o teto da Furna do Caçador. Para contrastar esta proposição tem-se que coletar amostra do sedimento a ele sotoposto. Ter-se-á, assim, uma datação ante que foram realizadas as pinturas rupestres.

Figura 269 – Matacão com pinturas rupestres desgastadas



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 9)

Figura 270 – Matacão com pinturas rupestres desgastadas



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 10)

Com a constatação da ocorrência de concentração de carvão em duas camadas consecutivas do sítio São Gonçalo 21, propôs-se que, no interior do abrigo, fogueiras teriam sido acesas, reiteradas vezes, durante um período relativamente longo da pré-história. No teto do abrigo não havia, porém, vestígios de fuligem que corroborassem a hipotética proposição. Decidiu-se, então, observar o entorno para encontrar evidências que elucidassem o problema. Viu-se em uma escarpa, à montante dele, da mesma forma que o negativo do matacão desprendido do suporte do Sítio São Gonçalo 11, a face negativa da superfície do matacão que constitui o teto da furna. (Fig. 271). Observou-se também que, na parte superior do abrigo havia uma fenda por onde poderiam ter-se precipitado as lentes de carvão encontradas. Elas poderiam ser resultantes de queimadas relativamente recentes nas adjacências do abrigo.

Figura 271 – Negativo do matacão que se desprendeu do suporte



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 13)

Para compreender o que ocorreu, decidiu-se ver, com cuidado, o teto do abrigo. Observou-se nele uma camada de

salitre cuja orientação mostrava a direção do escoamento de água na superfície, quando ainda não se desprendera da escarpa. Não havia mais dúvida. As pinturas rupestres do teto do abrigo foram realizadas em período anterior ao desprendimento e à acomodação do matacão no talude. Decidiu-se, então, observar melhor o abrigadouro para ver se havia cicatrizes do seu deslizamento, quando se despreendeu da escarpa para acomodar-se no depósito de Tálus. Constatou-se que havia, de fato, danificação em algumas pinturas rupestres, comprovando que o deslizamento do matacão fora posterior à realização delas. (Fig. 272).

Figura 272 – Cicatrizes decorrentes do deslizamento no talude



Fonte: Kesting, Cavalcante e Almeida Neta (2013, p. 14)

Na escavação dos sedimentos para edificação das fundações dos muros de arrimo, fez-se observação acurada para ver se havia neles artefatos ou vestígios arqueológicos. Encontrou-se um núcleo de quartzo descontextualizado, a um metro de profundidade, em meio a sedimentos de granulometria variada, no leito atual do riacho. (Fig. 273).

Figura 273 – Núcleo de quartzo descontextualizado



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 12)

Na área da encosta, destinada ao depósito dos sedimentos provenientes da escavação dos sítios, fez-se uma sondagem. Nela não se encontrou artefato arqueológico até a profundidade de 1,8 m. Encontraram-se e retiraram-se apenas matacões e blocos angulosos, areia, silte e argila e raízes. A 1,8 m de profundidade, encontraram-se matacões e blocos arredondados, além de areia grossa do leito antigo do riacho (Fig. 274).

Figura 274 – Matacões e blocos no leito antigo do riacho



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 13)

Nesse sedimento havia um artefato descontextualizado da indústria lítica, provavelmente carregado pelas águas do riacho, quando o clima era tropical úmido. (Fig. 275). Coletaram-se sedimentos que se mandaram a laboratório para datação por Luminescência Oticamente Estimulada. Com eles data-se também o momento em que um grande matacão que jaz sobre ele deslocou-se de uma das encostas para se postar onde está.

Figura 275 – Artefato lítico com mais de 16 mil anos



Fonte: Kesting, Silva e Chagas Junior (2013, p. 13)

Em laboratório, comprovou-se que os sedimentos da amostra coletada no leito antigo do riacho, onde se encontrou um artefato da indústria lítica, a 1,8m de profundidade em relação à superfície atual do talude têm idade média de 16.000 +/- 2.000 anos.

Para buscar referências arqueológicas de subsuperfície, que dessem consistência à hipótese da existência de uma aldeia

de ocupação holocênica fizeram-se sondagens à jusante do Boqueirão do Riacho São Gonçalo. Naquele lugar, a abertura de uma cisterna em 2006 havia evidenciado uma camada de sedimentos com vestígios de ocupação humana.

Sugere-se a realização de uma escavação no Sítio Aldeia do Buia – BRSG-33, à jusante do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, onde a abertura de uma cisterna evidenciou uma camada de sedimentos com vestígios de ocupação humana contínua, desde a rocha matriz até a superfície atual do terreno. (KESTERING, 2007, p. 175).

Para as sondagens, selecionou-se uma sequência de cinco unidades, com alinhamento Norte – Sul. (Fig. 276). Como se esperava, em nove decapagens encontraram-se artefatos de ocupação histórica e pré-histórica. Plotou-se e coletaram-se fragmentos de louça, artefatos líticos e fragmentos de cerâmica. (Fig. 277).

Figura 276 – Aspecto geral das unidades escavadas



Fonte: Kesting (2014, p. 784)

Figura - 277 – Fragmento de cerâmica pré-colonial



Fonte: Kesting (2014, p. 785)

Os vestígios arqueológicos evidenciados com a sondagem reforçam a hipótese de que grupos pré-históricos (durante todo o período do Holoceno até a chegada dos colonizadores portugueses na região) e históricos (quilombolas e caboclos) ocuparam os solos aluviais à jusante das feições de relevo com painéis de pintura rupestre. (KESTERING, 2014, p. 790).

No Terraço do Riacho das Porteiras havia três sítios arqueológicos de artefatos líticos. Em função da iminente implantação do Parque Eólico Sobradinho, promoveu-se o resgate de 1.038 peças que havia na superfície do terreno, assim distribuídas: Porteira 1, 47 peças; Porteira 2, 557 peças e Porteira 3, 434 peças. Classificou-se preliminarmente esse universo patrimonial que se acondicionou no laboratório de Sobradinho onde está custodiado pela Secretaria Municipal de Educação que promove regulares visitas dos estudantes para despertar e/ou fortalecer neles o vínculo de pertença. Havia lascas que preservavam córtex e outras que eram

destituídos desse atributo. Havia também núcleos, instrumentos e fragmentos naturais. Escavaram-se sondagens para se certificar se havia artefatos na subsuperfície. Não se encontrou nelas artefato lítico algum. (Fig. 278 a 280).

Figura 278 – Resgate arqueológico no Terraço



Fonte: Kesting e Bezerra (2014, p. 14)

Figura 279 – Limpeza e numeração dos artefatos no laboratório



Fonte: Kesting e Bezerra (2014, p. 32)

Figura 280 – Acondicionamento dos artefatos no laboratório



Fonte: Kesting e Bezerra (2014, p. 40)

Harmonizado com a caatinga, as cíclicas cheias e anuais vazantes do Opara, nas milenares atividades de coleta, caça, pesca e agricultura de lameiro, o cidadão Tatauí sente-se ludibriado pela Casa da Torre nas lides pecuaristas. Ressente ter sido arrancado do berço justafluvial húmico do São Francisco onde se implantaram o lago, a barragem e as usinas que dão vida às eletro-intensivas. Pressente que destarte lhe tomarão o vento e o sol. Sabe que para o antropofágico sistema neoliberal ele será sempre a erva daninha a ocupar o espaço onde se educou ao usufruto do patrimônio que herdou dos ancestrais adoradores de Éolo, o deus dos ventos e Guaraci, o filho de Tupã. Abortado pelo sistema colonizador, revelou sua milenar resistência tapuia quando impôs a independência política à cidade que se havia planejado destruir. Jurupari socorreu-o e protegê-lo-á, por certo, trucidando o sonho dos escravagistas, na defesa do território em que sua mãe Juacema nasceu, cresceu, foi feliz e encantou-se na memória dos seus. (Fig. 281 a 284).

Figura 281 – Representação de Éolo, divindade do vento



Fonte: Álvaro (2018)

Figura 282 – Representação de Guaraci, filho de Tupã



Fonte: Curto e Curioso (2018), adaptada pelo autor

Figura 283 – Representação de Jurupari, divindade da resistência



Fonte: Bezerra (2017)

Figura 284 – Representação de Juacema



Fonte: Moraes (2016)

4.2 Geração de Energia Elétrica

Os 34,1 bilhões de metros cúbicos de água doce, armazenados pela Barragem de Sobradinho, para regularizar a vazão do Rio São Francisco, possibilitam a geração de 1.050 Megawatts por hora de energia elétrica. (Fig. 285). Além da água que o sistema colonizador utiliza como matéria prima para abastecimento das eletro-intensivas, as empresas do ramo dispõem também de vento que nesse trecho do sertão tapuia tem velocidade média de 0,7 a 9,1 km por hora. (Fig. 286). Dispõem ainda de sol que no paraíso de Guaraci irradia-se com prodigalidade. (Fig. 287).

Figura 285 - Usina Hidrelétrica de Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (2014)

O período mais radiante do ano dura 5,8 meses, de 19 de setembro a 13 de março, com média diária de energia de ondas curtas incidente por metro quadrado acima de 6,7 kWh. O dia mais radiante do ano é 22 de outubro, com média de 7,1 kWh.

O período mais escuro do ano dura 2,5 meses, de 16 de maio a 1 de agosto, com média diária de energia de ondas

curtas incidente por metro quadrado abaixo de 5,3 kWh. O dia mais escuro do ano é 22 de junho, com média de 4,9 kWh. (SOBRADINHO – BA, 2019).

Figura 286 – Geração de energia Eólica na Serra do Olho d’Água



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 287 – Energia fotovoltaica gerada no Lago de Sobradinho

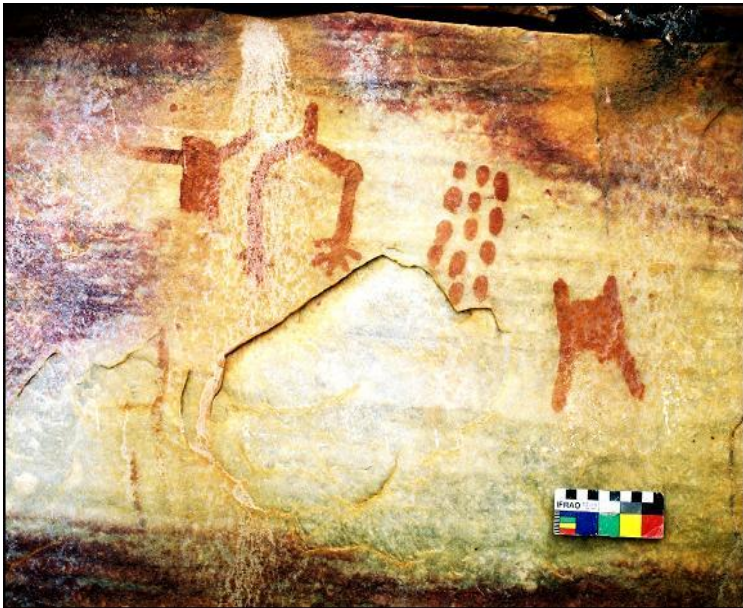


Fonte: Cruz (2018 *apud* Escudeiro, 2018)

4.3 Pelo Turismo

Como recursos para exploração turística, Sobradinho dispõe de sítios arqueológicos pré-coloniais, o Balneário Chico Periquito, o Balneário do Curupira, o Balneário da Juacema, a Barragem, o lago, a Eclusa, o Rio São Francisco, as serras e a Ilha da Fantasia. Tivessem sido levados a efeito os planos que na década de 1990 aprovou-se e sancionou-se, teria também o Parque Municipal de Proteção Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco, a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra e uma velha eclusa, edificada no início do Século XX para atender reivindicação que, desde o final do Século XIX faziam os barqueiros e comissários dos vapores. (Fig. 288).

Figura 288 – Painel de pintura rupestre pré-colonial



Fonte: Acervo do autor (2003)

Situado à jusante próxima da Barragem de Sobradinho, o Balneário do Chico Periquito é um excelente local para o lazer familiar. Lá se tem visão panorâmica da barragem, da Serra do Sobradinho, de ilhas do Velho Chico e da embocadura do canal de navegação por onde entram e saem embarcações que passam pela eclusa. À sombra de frondosas árvores, saboreiam-se pratos típicos da região, enquanto as crianças divertem-se nas águas cristalinas do rio ou praticam esporte na areia fina da sua margem. Uma estrutura de cais, com passarela para pedestres, orla parte do balneário. Vários quiosques atendem às necessidades alimentares dos turistas. Neles se vende água de coco, refrigerante e tira-gosto de peixes nobres do Rio São Francisco. Há barcos sempre disponíveis para se atravessar o rio ou participar de eclusagens na Barragem de Sobradinho. (Fig. 289).

Figura 289 – Há barcos sempre disponíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Á montante próxima da Barragem de Sobradinho, o Balneário do Curupira é convidativo. Além de ser propício ao banho, tem espaço para a prática de esportes náuticos. A parede da Barragem e a Serra da Batateira protegem-no dos ventos alísios. Ali as águas do Lago são calmas, cristalinas e pouco profundas. (Fig. 290).

Figura 290 – Balneário do Curupira



Fonte: Acervo do autor (2013)

Revoltado com a construção da Barragem, Jurupari provoca ondas gigantes no Lago de Sobradinho para naufragar as embarcações. Velejadores de todo o Brasil desafiavam-no, na Copa Sobradinho de Vela. Da Serra da Juacema os espectadores assistem a espetáculos de beleza e emoção. Não raras vezes, vence o filho legendário de Juacema. Diz-se que ele açoita as ondas com vento forte, vira os barcos e deixa em apuros os velejadores.

Orgulho da engenharia brasileira, a barragem é um verdadeiro laboratório para aulas práticas de Engenharia Hidráulica, Mecânica e Elétrica. Quando abertas as comportas para evasão das águas excedentes, no período das cheias do Rio São Francisco, produz-se um espetáculo de beleza ímpar. A fúria das águas que se entrechocam com as rochas forma nuvens esbranquiçadas com bordadas com as cores do arco-íris.

A Barragem de Sobradinho forma um desnível de 30 metros. Um moderno processo de eclusagem permite que as embarcações transponham esse desnível. É um espetáculo de beleza indescritível que Sobradinho oferece a quem a visita.

Para os amantes de emoções fortes, existe a opção de participar efetivamente da eclusagem, a bordo de embarcações que navegam nesse trecho do Rio São Francisco.

4.3.1 O que se fez e o que ficou para se fazer

Para fomentar o turismo, conforme sonho do Conselho Municipal do Meio ambiente, da Câmara de Vereadores e do Poder Executivo fez-se pesquisa, com dissertação de Mestrado, tese de Doutorado, artigos científicos e apresentações dos resultados referentes à área destinada à Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra. Para operacionalizá-lo, com a devida aplicação dos conhecimentos que se produziram em décadas de busca, ter-se-ia que realizar levantamento topográfico minucioso, com a participação da comunidade local no processo, para fixar em lei sua área. Presumia-se, em 30 de janeiro de 1995, que o Conselho Municipal do Meio Ambiente acompanhasse de perto sua implantação e seu gerenciamento, com base em regulamento que o executivo municipal baixaria para disciplinar sua exploração econômica.

Viu-se passarem duas dúzias de inverno na esteira do tempo, sem que uma única ação proposta pelo Conselho do Meio Ambiente de então fosse efetivamente realizada, com a continuidade e celeridade que o processo demandava. Manifestou-se, pelo contrário, desfazer-se o conselho e não se dar a atenção que sua utopia merecia porque era oportuno solidarizar-se com a sistemática grilagem de terra que se fez no abrir caminhos à implantação de usinas eólicas. Locupletaram-se alguns espertos com o engavetamento da sonhada reserva.

Reativou-se a Fundação SOS São Francisco (SOSSF) e refizeram-se os estatutos para que por ela contornasse-se o problema da descontinuidade administrativa que, ao longo dos anos, em Sobradinho inviabiliza a sustentabilidade dos planos e projetos de desenvolvimento. Com essa instituição não governamental tinha-se a intenção prioritária de implantar o Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do São Francisco e a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra, bem como manter o fornecimento de suporte aos projetos de exploração do potencial turístico.

Art. 2º A SOSSF tem o objetivo de promover o desenvolvimento social, cultural e ambiental na região do Médio e Submédio São Francisco.

Art. 3º Com vistas a cumprir seus objetivos a SOSSF realiza atividades relativas a:

I contribuir no processo de preservação e/ou revitalização do Rio São Francisco;

II fomentar ações e programas de convivência com as condições ambientais do Semiárido;

III fornecer apoio técnico a instituições envolvidas com a preservação e conservação do rio São Francisco;

IV implantar museus, centros culturais, ambientais, de memória e patrimônio, com laboratórios e estruturas para alojamento de pesquisadores, visitantes e turistas;

V implantar fundos de pasto destinados à criação de animais domésticos, preservação de animais silvestres, conservação e recomposição da vegetação nativa;

VI incentivar a implantação de áreas destinadas à prática da agricultura familiar;

VII manter atualizado um banco de dados sobre histórias, memórias e patrimônios sociais, culturais e naturais do vale do rio São Francisco;

VIII pesquisar, diagnosticar, salvar, monitorar, limpar, analisar, acondicionar, guardar e expor artefatos, documentos e estruturas arqueológicas;

IX prestar serviços de assistência social às populações ribeirinhas;

- X promover a geração de conhecimentos sobre o vale do rio São Francisco;
- XI promover estudos e pesquisas para o fortalecimento agropecuário, pesqueiro, agrícola e turístico;
- XII promover eventos socioculturais para manter vivas as tradições e
- XIII resgatar e conservar memórias, histórias e outros patrimônios naturais e culturais dos grupos que compõem o quadro social da região (...). (FUNDAÇÃO SOS SÃO FRANCISCO, 2014, p. 1).

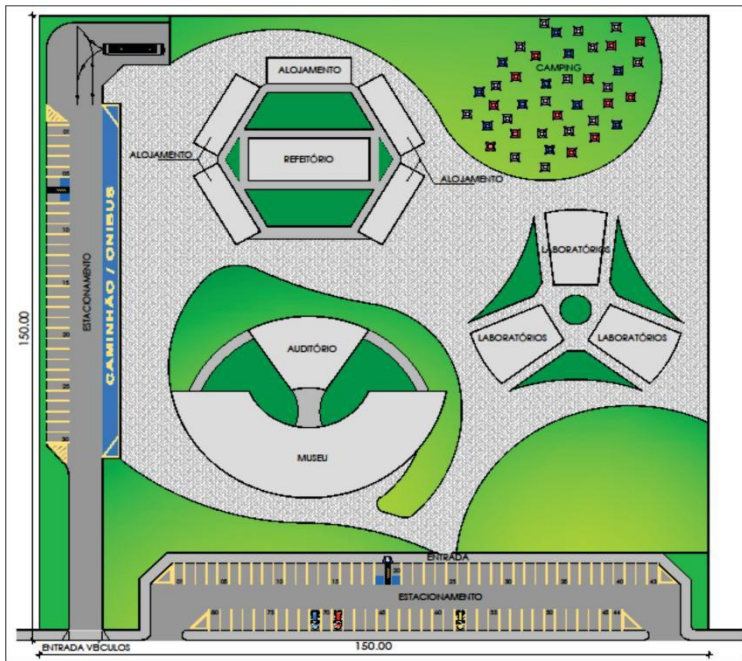
Em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco, a Prefeitura Municipal de Sobradinho, especificamente com a Secretaria Municipal de Educação, a Fundação promoveu a realização de vários seminários de Arqueologia. Neles se apresentavam os resultados da pesquisa sobre o patrimônio material e imaterial do Submédio São Francisco, os planos e os projetos que se elaboraram para fomento ao turismo autossustentável. (Fig. 291 a 295). Não se conseguiram implantá-los porque, para usufruto de dividendos eleitoreiros, ao longo dos anos promoveu-se sistemática grilagem na área do patrimônio municipal e até em vias públicas das vilas São Francisco e São Joaquim. Com essa ação de cunho eminentemente mesquinho engessou-se o próprio poder executivo que hoje não dispõe mais de áreas para implantação de estruturas coletivas de impacto visual aos cidadãos barrageiros e turistas.

Figura 291 – II Seminário de Arqueologia de Sobradinho



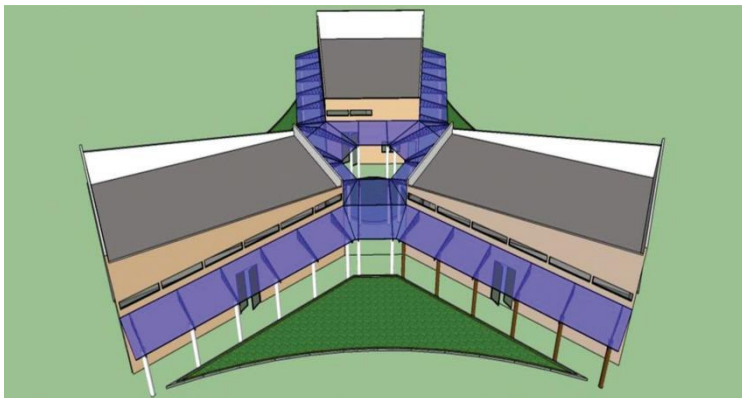
Fonte: Kesting, Kesting e Bezerra (2015, p. 279)

Figura 292 – Planta de situação do museu e dos laboratórios



Fonte: Acervo do autor (2015)

Figura 293 – Projeto arquitetônico do Laboratório de Arqueologia



Fonte: Kesting, Kesting e Bezerra (2015, p. 248)

Figura 294 – Projeto arquitetônico do laboratório de Arqueologia



Fonte: Kesting, Kesting e Bezerra (2015, p. 247)

Figura 295 – Projeto arquitetônico do laboratório de Arqueologia



Fonte: Kesting, Kesting e Bezerra (2015, p. 248)

Cidadãos Tatauí

É assim e por isso que se implantou um moderno sistema de iluminação na Avenida Alvorada, estreito como a mente dos sobradinhenses invasores do bem público cujo visual incentiva os turistas a não visitarem a cidade da Flecha de Fogo. (Fig. 296 e 297).

Figura 296 – Avenida estreita como a mente dos invasores



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 297 – Avenida estreita como a mente dos invasores



Fonte: Acervo do autor (2019)

No ausentar-me para a realização da pesquisa que daria sustentação aos projetos de turismo houve até quem se apropriasse de bens públicos para se locupletar, sem se importar que com sua mesquinha ação individualista estava a fechar as portas para o futuro da coletividade Tatauí. Foi assim que se vendeu como ferro velho a antiga eclusa que, por se haver reivindicado no século XIX, no início do Século XX edificara-se para viabilizar a navegação na Cachoeira do Sobradinho e no Submédio São Francisco. (Fig. 298).

Figura 298 – Antiga eclusa da Cachoeira do Sobradinho



Fonte: Acervo do autor (2019)

Tire-se o chapéu às comunidades indígenas Truká e Aticum que, movidas pelo sentimento altruísta, peculiar do nativo Tapuia, dispuseram-se a se solidarizar efetivamente com a luta Tamoquim por dias melhores no Submédio São Francisco. Não titubearam em estender as mãos companheiras a seus irmãos autóctones, traiçoeiramente ameaçados de expurgo no torrão que sempre lhes pertenceu. Membros dessas etnias foram ao Campo do Toré celebrar seu ritual guerreiro no seio do boqueirão onde se identificaram painéis de pintura

rupestre realizados por seus ancestrais. (Fig. 299). Com esse nobre gesto, incentivaram seus irmãos Tamoquim à resistência contra o sentimento colonialista que, desde o século XVII os ameaça na terra em que atavicamente se amarram porque nela residem seus ancestrais encantados e preservam-se artefatos arqueológicos. (Fig. 300).

Figura 299 – Tribo Truká no ritual do Toré em território Tamoquim



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 300 - Artefato lítico pré-colonial



Fonte: Acervo do autor (2018)

Cidadãos Tatauí

Ao meio dia, com o sol a pino, à sombra de uma secular umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*), no cume da Serra do Fogo, próximo aos povoados de Bonsucesso e São Pedro, a 882 metros de altitude, postou-se a equipe de Arqueologia para um furtivo e merecido descanso. De lá se avistava, na Depressão Sertaneja, a Petrolina de Dom Malan, a Juazeiro de Dom Rodrigues e a Sobradinho da Energia enquanto, de mão em mão, transitava um belo artefato lítico multifuncional que se encontrou, jazendo em pacote sedimentar de areia e silte, no original território Tamoquim, a um metro de profundidade. Nele se preservam os gestos do artesão pré-histórico em cujas conexões neurais encontrava guarida o precioso objeto, antes mesmo de se deixar manufaturar, até o merecido repouso, na estorricada cobertura superficial Cenozoica do sertão semiárido.

Grande Tupã das etnias autóctones, não deixe que sucumbam os artesãos da Etnia Tamoquim nas garras dos apocalípticos monstros pés de barro do progresso colonialista etnicida. (KESTERING, 2018, p. 205-206).

5 IDENTIDADE NA DIVERSIDADE

Decepcionados com o relativo insucesso dos projetos comunitários e/ou coletivos para Sobradinho, Ducilene concluiu comigo que as mudanças sociais e os planos de auto sustentação que Dom José Rodrigues de Souza ensinou-nos a sonhar, não terão em curto prazo o sucesso desejado. Começamos a crer (querer) que a mudança da realidade social da América Latina, do Brasil e, sobretudo da região semiárida, edificar-se-á, em médio ou longo prazo, pelos caminhos da educação. Minha Doce Lua, graduada em Letras e especialista em Psicopedagogia, busca agora, enquanto Secretária da Educação contribuir com o resgate da dignidade e da autoestima dos estudantes, profissionais da sapiência e respectivas famílias. Ela acredita poder engajá-los no processo de desenvolvimento da região para participarem na concretização do sonho de uma sociedade igualitária, humana e feliz, pela percepção e fortalecimento dos atributos de sua identidade.

Com os parceiros da Secretaria de Educação do Município ela acredita no potencial de Sobradinho. Sabe que seu aproveitamento pode gerar qualidade de vida a toda população. Para que isso aconteça, ela diz ser necessário fomentar o sentimento da autoestima coletiva. Acrescenta que a geração desse sentimento é possível quando se edifica a identidade alicerçada no respeito à pluralidade das expressões culturais que existem no município.

É oportuno lembrar que Euclides da Cunha tinha razão quando dizia ser o sertanejo, antes de tudo um forte. É bom agregar, porém, que sem o sentimento da autoestima, embasada na solidez de uma identidade coletiva, a força do sertanejo continuará a beneficiar interesses externos que

dela se servem para se locupletar econômica, social e politicamente.

Identidade é a base sobre a qual se edifica a ideia de quem se é. Com ela se define o padrão de relacionamento com a família, o grupo, a sociedade e o ambiente. Dela depende o sucesso ou fracasso reprodutivo e profissional das pessoas e/ou grupos. Pode-se reconhecê-la pelos atributos físicos, ambientais e culturais. Nos atributos físicos os humanos têm desvantagens em relação a outras espécies. Compensam-nas, por isso, com o aprimoramento de técnicas, rituais e padrões de comportamento. É assim que os grupos se diversificam em suas relações com diferentes ambientes.

Sobradinho nasceu de uma aldeia Tamoquim, cresceu e prosperou na diversidade dos imigrantes. Foi o ponto de convergência de famílias trabalhadoras do Nordeste, do Brasil e do mundo que inicialmente chegaram para criar o gado dos fazendeiros e depois, construir a Barragem regularizadora da vazão do Rio São Francisco e geradora de energia às eletro-intensivas. Para se aprimorarem os atributos da identidade da Terra da Energia, faz-se mister incorporar a pluralidade das expressões culturais que a ela se integram.

É nesse contexto que a educação se insere, provocando e convocando gestores, docentes e outros profissionais da área, discentes e suas famílias para se integrarem no processo de edificação da identidade coletiva da Terra que com afeto nos abrigou. Sabe-se que os sentimentos de pertença, de união e de autoestima coletiva conduzirão à conquista de um município próspero e autossustentável para brilhar no céu do território Tatauí como uma flecha de fogo do Vale do São Francisco.

Decidi estudar a pré-história nordestina. Feliz foi minha decisão de adentrar no mundo da ciência arqueológica para compreender melhor a vida. Nas escavações e pesquisas de

que participo eu encontro vestígios de grupos humanos pré-coloniais que, por opção, não construíam templos e nem palácios. Viviam soltos pelos campos silvestres sem cerca do Nordeste do Brasil. Sepultavam seus mortos em urnas de cerâmica ou em fossas sepulcrais. Não tinham túmulos suntuosos e nem medo do fogo eterno que na infância atormentava minha vida. Eram livres da filosofia ocidental e da religião judaica que promovem doenças nos humanos para os anestesiar depois, com divinais lenitivos traficados com o beneplácito do imperialismo colonialista.

No território Tatauí conservam-se memórias de mitos de origem indígena e/ou cabocla que se traduzem em lendas repassadas em prosa e verso. Às vezes, no legendário popular, mescla-se a mitologia pré-colonial com a história colonial e pós-colonial.

O principal mito da tradição Tamoquim era Juacema, sem dúvida. Diz-se que ela nasceu próximo ao Serrote da Aldeia, onde se edificou a Vila São Francisco. Contam os velhos ter ela desabrochado para a vida no início da primavera, quando os juazeiros floridos prenunciavam as benfazejas chuvas de setembro, imprescindíveis para não se caducar a promissora safra anual dos umbuzeiros. Recebeu, por isso, o nome de Flor de Juá que, na linguagem nativa local, se dizia Juacema. A natureza privilegiou-a com rara beleza. Quando menina moça era cobiçada pelos curumins da tribo. Banhava-se, solitária, na cachoeira que ali havia, em um pequeno caldeirão esculpido pelas águas cristalinas do Rio São Francisco em maciça rocha que unia a Serra do Sobradinho ao Serrotinho e à Serra da Batateira.

O sol via-lhe todos os dias, na intimidade de sua completa nudez, laureada pelo arco-íris desenhado em tênue véu que o vento tecia com ínfimas gotas de água suspensas ao ar. Apaixonou-se por ela. Desse amor nasceu Jurupari, curumim

travesso que cresceu, banhando-se com sua mãe nas águas do Rio. Juacema viu chegar o colonizador português. Casou-se com um deles e gerou filhos que viveram felizes, na margem do Rio que ela conhecia como Opará, junto à ilha de Santana do Sobrado. No ano de 1977, as águas do Lago de Sobradinho cobriram o povoado de Juacema onde se diz ter vivido e foi sepultada a mãe de Jurupari.

À cultura original dos remanescentes da Etnia Tamoquim, somaram-se rituais da cultura portuguesa e das regiões de origem dos construtores da Barragem de Sobradinho. Assim, preservam-se as danças: de Abóbora faz Melão, Ciranda, Saga de Vaqueiro, Roda de São Gonçalo, Xaxado, Reisado, Quadrilha de São João e Roda de Capoeira.

5.1 De Abóbora faz Melão

A dança de Abóbora faz Melão compõe o acervo folclórico brasileiro. Em terra Tatauí ensina-se a dança-la para desenvolver habilidades artísticas nas crianças. (Fig. 301 e 302). Canta-se:

De abóbora faz melão, de melão faz melancia (bis)
Faz doce, Sinhá, faz doce, Sinhá, Faz doce, Sinhá Maria (bis).
Quem quiser aprender a dançar, Vai à casa do Juquinha (bis).
Ele pula, ele roda, ele faz requebradinha (bis). (BEDRAN, 2016).

Figura 301 – Dança de Abóbora faz Melão



Fonte: Kesting e Belarmino (2016, p. 110)

Figura 302 – Dança de Abóbora faz Melão



Foto: Kesting e Belarmino (2016, p. 110)

5.2 Ciranda

A dança da Ciranda é originária da Ilha de Itamaracá – PE onde as mulheres dos pescadores cantavam-na e dançavam-na, esperando-os chegarem do mar. Caracteriza-se pela formação de uma grande roda, geralmente nas praias ou praças, onde os integrantes dançam em ritmo lento e repetido.

O ritmo quaternário simples, lento e bem compassado por toques graves de zabumba ou bombo, seguidos por batidas abafadas de tarol, ganzá e maracá define sua coreografia. Na marcação da zabumba ou do bombo, os cirandeiros pisam forte, com o pé esquerdo à frente. Com movimento para a direita, no sentido anti-horário, os dançarinos dão dois passos para trás e dois passos para frente, sempre marcando o compasso com o pé esquerdo. Os passos podem ser simples ou coreografados. As coreografias, quando há, são individuais. O dançarino pode aumentar o número de passos e fazer coreografias com as mãos e o corpo, sempre mantendo a marcação com o pé esquerdo à frente.

A letra da ciranda pode ser improvisada ou já conhecida. De melodia simples e normalmente com estribilho, para facilitar o acompanhamento, ela é entoada pelo mestre cirandeiro, acompanhada pelos tocadores e pelos dançarinos. Os participantes são denominados de cirandeiros e cirandeiras. Há, também, o contramestre e os músicos, que ficam no centro da roda. Voltados para o centro da roda, os dançadores dão-se as mãos e balançam o corpo à medida que fazem o movimento de translação em sentido anti-horário. (Fig. 303 e 304).

Figura 303 – Dança da Ciranda



Fonte: Kesting e Belarmino (2016, p. 116)

Figura 304 – Dança da Ciranda



Fonte: Kesting e Belarmino (2016, p. 116)

5.3 Saga do Vaqueiro

Professores e estudantes do território Tatauí realizam, com frequência a Dança da Saga do Vaqueiro. (Fig. 305 e 306).

Figura 305 – Dança da Saga do Vaqueiro



Fonte: Kesting (2016, p. 122)

Figura 306 – Dança da Saga do Vaqueiro



Foto: Celito Kesting (2016, p. 119).

5.4 Roda de São Gonçalo

Na Região do Submédio São Francisco, deve-se a origem da prática da dança da Roda de São Gonçalo a Frei Henrique Cavalcante que, no século XVIII, “aí pregou a palavra de Deus e deixou, como marcos de sua passagem, algumas igrejas construídas, cruzeiros e três imagens – centros de cultos que, à época da observação, se mantinham vivos, o de São Gonçalo entre eles”. (ATTA, 1983, p. 80). Nos municípios ribeirinhos do São Francisco, as Rodas de São Gonçalo são alegres. Os populares que a praticam argumentam que o santo dançarino era alegre e brincalhão até quando descia do céu para castigar quem não obedecia os mandamentos de Deus.

Contam os mais velhos que São Gonçalo recebeu do Senhor a ordem de arrebanhar de volta as pessoas que se afastaram pelo pecado e eram “presa do cão”. Isso deveria ser feito com o auxílio de sua viola e tocando melhor e mais animadamente que os tocadores das festas de Satanás. Dizem que isso foi tão bem feito que “o pessoal ficou do lado do Santo”. Outros apresentam a visão terrena; um padre disposto a atender aos fiéis que “gostam de danças, de brincadeiras”; é um padre músico, tocador de viola. E narram o fato de as pessoas passarem vários dias dançando ao som da viola, até interpretarem o cansaço como castigo, refletirem e abandonarem a vida de pecado, para acompanhar aquele bom padre que os deixava dançar. São essas as versões da região. Em Queiroz (1956), há uma relação entre a dança de São Gonçalo e a salvação das mulheres perdidas: dançando todo o dia, cansavam-se e, assim, não podiam, à noite, exercer o seu pecaminoso mister. (ATTA, 1983, p. 88).

Não se costumam realizar rodas de São Gonçalo dentro das igrejas porque os padres modernizadores da Igreja Católica não apoiavam essa manifestação religiosa.

O catolicismo no Brasil nasceu e desenvolveu-se sob a proteção e dependência do padroado português. Este aspecto histórico, que permaneceu inalterado durante os três séculos do período colonial, deu ao catolicismo brasileiro uma conotação particular: ele manteve-se predominantemente leigo, o que permitiu uma participação do povo bastante acentuada na vida da religião. Por outro lado, com o advento da República e a conseqüente separação Igreja X Estado, a hierarquia eclesiástica assumiu a condução do processo religioso e deslocou-o da área devocional para a sacramental, tomando os sacerdotes uma atitude de desaprovação frente às devoções populares. Assim, [a Roda de São Gonçalo] não era estimulada pela Igreja. Não era o padre o intermediário entre o humano e o divino. Era o próprio povo como dançante (e qualquer um pode dançar), como tocador, como assistente. Desse povo o santo parecia muito próximo, pelas atitudes que lhe eram atribuídas e que tinham características muito humanas. (AZZI, 1977 *apud* ATTA, 1983, p. 81).

Desde que foi introduzida na região do Submédio São Francisco, a Roda de São Gonçalo tem caráter eminentemente rural. No meio urbano, ela acontece nas casas dos proprietários ou dos trabalhadores rurais mais pobres, nas pontas de rua.

[Trata-se] de uma manifestação lúdico-religiosa de caráter popular, realizada, sobretudo na roça e promovida por pequenos proprietários e trabalhadores rurais e, excepcionalmente, por assalariados urbanos, jamais por “pessoas de posses” que não acham de bom tom patrocinar este culto que expressa uma resposta / agradecimento face a uma graça alcançada. É que a Roda é prometida ao santo em troca do atendimento de um pedido. Relaciona-se, pois com “pagar promessa – uma das obrigações fundamentais do catolicismo popular. Os favores então solicitados referem-se a doenças, seca, muita chuva, desaparecimento de animal ou de objeto, “sorte ruim”, roça (“para nascer bem tudo e ser boa a colheita”). O promitente oferece as condições (local, alimentação, presença da imagem do santo, músico,

dançantes, etc.) para a realização do evento. E pode ocorrer que outros aproveitem a ocasião para pagar promessas menores, tais como, dançar de pés descalços, ajudar o promitente com algum dinheiro ou “criação” (porco, carneiro, cabra, peru, galinha que se constituem na alimentação básica do evento), permanecer com a imagem sobre a cabeça todo o tempo de uma roda, colocar fitas coloridas na imagem de São Gonçalo, e assim por diante. (AZZI, 1977 *apud* ATTA, 1983, p. 81-82).

No Território Tatauí a tradição da Dança da Roda de São Gonçalo preservou-se desde os tempos imemoriais que antecederam a construção da Barragem. (Fig. 307 a 310).

Figura 307 – Imagem de São Gonçalo de Amarante



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 133).

Figura 308 – Imagem de São Gonçalo de Amarante



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 134)

Figura 309 – Roda de São Gonçalo estudantil



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 136)

Figura 310 – Dança da Roda de São Gonçalo



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 143)

5.5 Xaxado

A palavra xaxado é uma onomatopeia do barulho xa-xa-xa, que os dançarinos fazem ao arrastar as alpercatas ou as sandálias no chão durante a dança. Há controvérsias, sobre a origem do xaxado. Alguns pesquisadores, como Benjamin e Luís da Câmara Cascudo, afirmam que é uma dança originária das regiões do Pajeú e do Moxotó, no alto Sertão de Pernambuco. Outros dizem que ela tem sua origem em Portugal e alguns outros ainda dizem que sua origem é indígena. Nas regiões do Pajeú e Moxotó, conserva-se a tradição oral de que o xaxado teve origem nas lides agrícolas relacionadas com o cultivo e a debulha do feijão.

Xaxar é uma corruptela de sachar. Só se xaxa ou (sacha) feijão de arranca.

Os agricultores xaxam o feijão juntando a terra com uma enxada pequena no pé do caule do broto com poucos dias de nascido. Verificando os movimentos dos pés de quem está manuseando uma enxada - limpando mato na roça ou xaxando - é semelhante aos de quem está dançando o xaxado básico. Outro momento de muita alegria na vida dos roceiros é quando colhem o feijão e espalham a vagem (ou bajem) num lastro ou numa lona, exposto ao sol, para secar. Quando seco, começa a fase de debulhação, ou melhor, tirar os grãos da pelica. Esse trabalho era feito em grupo, num círculo ao redor d'um monte de bajem, batendo com um pau e ao mesmo tempo chutando-as para virá-las. Outras pessoas, no mesmo ritmo de alegria, com palmas e movimentos de pés, sincronizadas com as pancadas, cantavam loas e modinhas ao redor dos batedores.

Depois vinha o peneirado na peneira ou arupemba, sacudindo os grãos pro ar e aparando com muita habilidade o produto e deixando o vento levar as palhinhas. Aí também tem um quê de alegria no gingado e movimento de quem pratica. Enfim, esses trabalhos na agricultura foram base de inspiração para o

surgimento dessa dança guerreira. (FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE SERRA TALHADA, 2016).

O xaxado foi difundido como uma dança de guerra e entretenimento pelos cangaceiros, notoriamente do bando de Lampião, no início dos anos 1920, em Vila Bela, atual cidade de Serra Talhada - PE. Na época, tornou-se popular em todos os bandos de cangaceiros dos sertões nordestinos. Era uma dança exclusivamente masculina, por isso nunca foi considerada de salão, mesmo porque naquela época ainda não havia mulheres no cangaço. Os cangaceiros faziam da arma a dama. Eles dançavam em fila indiana. O da frente, sempre o chefe do grupo, puxava os versos cantados e o restante do bando respondia em coro, com letras de insulto aos inimigos, lamentando mortes de companheiros ou enaltecendo suas aventuras e façanhas.

Na estrutura coreográfica básica do xaxado avança-se o pé direito em três e quatro movimentos laterais e puxa-se o pé esquerdo, num rápido e deslizado sapateado. Os passos relacionam-se com gestos de guerra. São graciosos, porém firmes. A participação feminina começou com a inclusão de Maria Bonita e outras mulheres ao bando de Lampião a partir de 1930. No entanto, apesar de algumas se destacarem, as mulheres eram minoria no cangaço. Elas possuíam um papel inferior ao dos homens. (Fig. 311).

Figura 311 – Lampião e seu bando, com Maria Bonita



Fonte: Diniz (2016 *apud* Sousa *et al.*, 2016, p. 149)

Hoje em dia o xaxado é executado aos pares, e os grupos dançam geralmente acompanhados por conjuntos de pífano, zabumba, triângulo e sanfona, apesar de originalmente o xaxado não possuir qualquer acompanhamento, sendo uma forma predominantemente vocal, com o som das alpercatas arrastadas no chão fazendo às vezes de instrumento de percussão, ditando o ritmo da dança. Os movimentos do xaxado são apresentados em fila, claro sinal de influência indígena, sem volteio, avançando o pé direito em três e quatro movimentos para os lados e puxando o esquerdo, num rápido e arrastado sapateado. (SANTIAGO, 2016).

A dança do xaxado é rica em cultura e extremamente folclórica porque tem seu estilo natural estável. Sua música, executada com pífano, zabumba, triângulo e sanfona, é agressiva e satírica. Câmara Cascudo considerava o xaxado como uma variante do parraxaxá, um canto de insulto dos cangaceiros, entoado nos intervalos das descargas de seus fuzis contra a polícia. O rifle na época substituía a mulher, como dizia o cantor e compositor Luiz Gonzaga, um dos grandes divulgadores do xaxado. O rifle é a dama. As roupas eram sempre em tons marrons e cáqui, de couro para que se protegessem dos espinhos da caatinga do sertão e sempre acompanhadas do rifle e da alpercata do mesmo material. (DINIZ, 2016).

Atualmente o xaxado é visto em coreografias estilizadas de grupos artísticos que costumam se apresentar em festas juninas. Os dançarinos fazem evoluções, dançam juntos, separados, mas sempre mantendo a característica de arrastar as alpercatas no chão. Além disso, os grupos costumam também se apresentar em festivais específicos que acontecem principalmente na região Nordeste. (GASPAR, 2012 *apud* DINIZ, 2016).

Em Sobradinho conserva-se a dança do xaxado, principalmente nas famílias dos pernambucanos que, na década de 1970, ajudaram a construir a barragem e, em 1989

participaram do movimento político de emancipação da terra que os abrigou. (Fig. 312 e 313).

Figura 312 – Dança do Xaxado



Fonte: Sousa *et al.* (2016, p. 154)

Figura 313 – Dança do xaxado



Fonte: Sousa *et al.* (2016, p. 155)

5.6 Reizado

Em Sobradinho a tradição do Reizado se preserva na memória e ação de moradores da Vila São Joaquim e dos povoados de Correnteza e Sangradouro. Os instrumentos que acompanham os grupos de reizado são: violão, sanfona, ganzá, zabumba, triângulo e pandeiro. Há cidades nordestinas onde se acompanham os reisados com viola, maracá e/ou rabeca. Há, também, lugares onde se inserem nos reisados os entremeios. (Fig. 314 a 316)

Figura 314 – Reizado



Fonte: Florio *et al.* (2016, p. 163)

Figura 315 – Cantadores do reizado



Fonte: Florio *et al.* (2016, p. 163)

Figura 316 – Cantador do Reisado



Fonte: Florio *et al.* (2016, p. 164)

São os entremeios que dão maior brilho a esta dança dramática e são tão apreciados que alguns são apresentados mesmo fora de sua época como, por exemplo, (o famoso bumba-meu-boi, o boi simboliza o do presépio) que, inicialmente, era o principal entremeio do reisado e é levado agora também nas Festas Juninas.

Muitos destes entremeios, deliciosos quadros independentes, revelam um espírito chistoso, outros se inspiram em motivos míticos ou totêmicos, como o [Folharal], Zabelê, [Curiabá], Sapo Cururu, Alma, Diabo e Miguel].

Folharal: Nesta dança, o personagem oculta a cabeça sob uma cabaça donde pendem longas folhas de samambaia, traja um camisolão coberto de folhas e capim. Aumenta seu fantástico aspecto quando os longos cabelos de samambaia esvoaçam nos contínuos rodopios dados pelo bailarino.

Zabelê: O dançarino, disfarçado num saco pintado, usando máscara com bico, dança e assobia, imitando o pássaro jacu.

Curiabá: O dançarino imita o macaco, se coça dançando e faz mil trejeitos engraçados.

Sapo Cururu: Agachado no chão, o dançarino coaxa e dá estranhos pulos.

Alma, Diabo e Miguel: É um entremeio que deixa a assistência suspensa e trêmula de medo. A alma, envolta em lençol

branco, desfiando um rosário, gemendo, aparece. Foge do Diabo que, todo vestido de vermelho com rabo e garras afiadas, a persegue. Agarra-a, mas quando já a arrasta para o inferno, interpõe-se no seu caminho o anjo São Miguel, geralmente representado por uma moça, de asas brancas e espada em riste. Trava-se uma luta entre ele e o Diabo que é vencido. Há um forte estouro de pólvora na sala e o Diabo aproveita a oportunidade para desaparecer da cena. Suspiros de alívio na assistência.

Entre inúmeros outros, podem-se ainda citar o Lobisomem, o Matuto e o Fantasma, o Capitão de Campo, o Pescador e a Sereia.

E assim, os artistas que representam os entremeios aproveitam cada embaixada para correrem aos baús por eles trazidos no cortejo, de onde tiram febrilmente suas fantasias inesgotáveis. (CORRÊA, 1950).

5.7 Quadrilha

A quadrilha inseriu-se na cultura brasileira pelos portugueses, a partir da vinda da Família Real, em 1808. Atribui-se a origem da associação da quadrilha de São João com a tradição de acender a fogueira e dançar em volta dela, no dia 23 de junho, com o costume europeu de celebrar o solstício de verão. Nesta celebração europeia acendiam-se fogueiras e dançavam-se quadrilhas no dia mais longo do ano, 23 de junho. No hemisfério sul, no mesmo dia, acontece o solstício de inverno (noite mais longa do ano) quando no Nordeste brasileiro acontece a colheita do milho, produto típico das festas juninas.

As quadrilhas juninas popularizaram-se no Brasil a partir da República, quando se despertou o sentimento de rejeição da elite brasileira às antigas tradições portuguesas e se buscaram padrões culturais afinados com o modelo de vida

republicana. Assim a quadrilha disseminou-se entre a população mais simples e rural, perdendo o seu caráter de nobreza.

No processo de regionalização as quadrilhas foram sofrendo adaptações com a adoção de nomes, cenografias, temáticas e coreografias. Assim, no interior de São Paulo, elas ficaram conhecidas como “quadrilha caipira”; na Bahia, elas eram chamadas de “baile sifilito”, no Brasil central e no sul elas tinham o denominação de “soirée”. Os participantes obedeciam às marcas ditadas por um organizador de dança acompanhada por uma sanfona, chamado de “animador”.

Na passagem da classe alta, da nobreza para o povo, a quadrilha sofreu um processo de proletarização. No começo do século era encontrada nos bailes de roça, nos quais a marcação conservava algo da terminologia francesa com os vocabulários originais. Mas a quadrilha foi se adaptando aos costumes brasileiros, este fato é constatado em alguns termos, que foram adquirindo característica portuguesa ou surgindo novas criações, por exemplo: “damas ao centro”, “é mentira”, “olha o túnel”, “olha a chuva”, “passeio”. (ARAÚJO, 2007, p. 77 *apud* ALBUQUERQUE 2013, p. 45).

A apresentação da quadrilha é caracterizada como um dança em grupo, de casais, associando passos ao som do tradicional forró, com a mistura de sanfona, zabumba, triângulo, baião e xaxado. Usando trajes característicos, os integrantes da quadrilha ao som do marcador, apresentam aos membros da festa, coreografias e cenografias associadas, geralmente a representação do casamento na roça.

As quadrilhas podem ser precedidas por um casamento matuto no qual se encena um casamento forçado de um matuto que teria engravidado uma matuta. O casamento ocorre com a presença de um policial (ou xerife) e do pai da matuta, além do padre e das famílias dos noivos e demais convidados. Enquanto encenam a celebração do casamento, através de um texto malicioso que leva a plateia às

gargalhadas, o noivo é convencido das vantagens e aceita o matrimônio (sob a mira do revólver do policial), mas sendo recapturado diversas vezes em tentativas desesperadas de fuga durante o casório. A quadrilha é precisamente a dança dos noivos com o conjunto dos convidados após a cerimônia religiosa do casamento (CHIANCA, 1999, p. 52).

As quadrilhas normalmente se realizam em escolas, nos bairros, nas comemorações religiosas e outros espaços da cidade. Nos últimos anos, suas apresentações passam por intenso processo de modificações. Estão mais profissionais (menos amadoras) e modernas. Hoje, elas não são somente uma dança. Elas se tornaram um espetáculo. (Fig. 317 e 318).

Figura 317– Quadrilha de São João



Fonte: Coelho *et al.* (2016, p. 169)

Figura 318 – Quadrilha de São João



Fonte: Coelho *et al.* (2016, p. 172)

5.8 Roda de Capoeira

A capoeira é uma expressão cultural que mistura arte marcial, esporte, cultura popular e música. Desenvolvida no Brasil principalmente por pessoas de ancestralidade africana, caracteriza-se por chutes, rasteiras, cabeçadas, joelhadas, cotoveladas e acrobacias. Uma característica que a distingue da maioria das outras artes marciais é sua musicalidade. Seus praticantes aprendem a lutar, tocar os instrumentos típicos e cantar. Um capoeirista que ignora a musicalidade é considerado incompleto. Outras expressões culturais, como macule lê e samba de roda, associam-se à capoeira, embora tenham origem e significados diferentes.

Devido a sua origem e história, existiu sempre a necessidade de se esconder ou disfarçar o aprendizado e a prática da capoeira. Na época da escravidão, era um risco enorme aos senhores de engenho possuírem escravos hábeis em arte marcial. Para evitar represálias por parte de seus senhores, os escravos praticavam-na enquanto seus companheiros cantavam e batiam palmas. Os golpes e esquivas eram praticados durante uma falsa dança que seria o embrião da atual ginga.

A capoeira nunca teve unidade ou consenso. O sistema de graduação segue o mesmo caminho, mas nunca houve um sistema padrão aceito pela maioria dos grandes *mestres*. Dessa forma, ele varia muito de grupo para grupo. A própria origem do sistema é recente, tendo partido com a Luta Regional Baiana de Mestre Bimba, na década de 1930. Bimba utilizava lenços de seda para diferenciar seus alunos entre calouro, formado e especializado.

Atualmente, o sistema de graduação mais comum é o de cordas (também chamadas cordéis ou cordões) de diferentes colorações amarrados na cintura do jogador. Alguns grupos

usam diferentes sistemas, ou até mesmo nenhum sistema. Existem várias entidades (Ligas, Federações e Confederações) que tentam organizar e unificar a graduação na capoeira. O sistema mais comum é o da Confederação Brasileira de Capoeira, que adota o sistema de graduação feito por cordas seguindo as cores da bandeira brasileira, de fora para dentro (iniciado na época em que a capoeira oficialmente era considerada parte da Federação Brasileira de Pugilismo). (CAPOEIRA, 2016).

No território Tatauí há um grupo de Capoeira que participa assiduamente dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação. (Fig. 319 e 320).

Figura 319 – Roda de capoeira no território Tatauí



Fonte: Kesting *et al.* (2016, p. 212)

Figura 320 – Roda de Capoeira



Fonte: Kesting *et al.* (2016, p. 213)

6 CIDADANIA TATAUÍ

Para nos integrarmos ao processo de edificação da identidade coletiva da Etnia Tamoquim que, com afeto nos abrigou importa buscar nossas origens com vistas ao entendimento da razão última da afinidade emocional com as lutas libertárias que em território Tatauí se travam desde o início da colonização europeia até os dias atuais. Interessa compreender o mergulhar de duas histórias pessoais no rio das batalhas em que Dom José Rodrigues de Souza, o bispo dos excluídos bravamente pugnava em defesa dos marginalizados pelo escravagista sistema colonialista neoliberal. (Fig. 321).

Figura 321 – Dom José Rodrigues de Souza



Fonte: Acervo do autor (1990)

Pelos laços sagrados do matrimônio que haviam celebrado as famílias Kesting, Böger, Massacará e Soares na Igreja São João Batista, construída pelo povo Tuxá de Francisco Rodelas, a Doce Lua Sertaneja e eu embarcamos na utopia da Teologia da Libertação que passou a dar sustentação religiosa, filosófica e sociológica a nosso existir. Faz-se esse regresso ao passado porque se entende que se forjam as identidades na

miscigenação dos atributos herdados genética e culturalmente com os caracteres adquiridos na relação que se estabelece com o meio ambiental e social.

6.1 A Flecha Kaster - Böger

Na Prússia medieval era comum registrarem-se as famílias com base na profissão de destaque de seus membros. Assim, o integrante da família que se aperfeiçoava na arte de pescar, registrava-se como Fischer (pescador). Quem fosse participante da família que se esmerava na arte de confeccionar pães assentava-se como Becker (padeiro). Segundo informações de amigos que residem na cidade alemã de Metingen, o nome da família Kesting originou-se, assim da arte de edificar castelos (Kastel), estruturas fortificadas, construídas normalmente para membros da nobreza. (Fig. 322). Do esmero em construí-los originou-se a fama dos casteleiros (Käster, Kaester, Kaster ou Kester). Dos casteleiros originais (Kaster) derivaram-se as famílias Kestermann (homem casteleiro), Kesterson (filho do casteleiro) e Kesting (aliança dos casteleiros). (Fig. 323).

Figura 322 – Castelo medieval



Fonte: Wallpapers de Castelos (2018)

Figura 323 – Brasão da família Kaster



Fonte: House of Names (2018), adaptado pelo autor

O sobrenome Kaster foi encontrado pela primeira vez na Prússia e na Dinamarca. Ele surgiu na época medieval como uma das famílias notáveis da região. A partir do século XIII, o sobrenome foi identificado com a grande evolução social e econômica que fez desse território um marco contribuinte para o desenvolvimento da nação [alemã]. (HOUSE OF NAMES, 2018).

O ancestral Kestering (Kesterinck) mais antigo de quem se tem registro genealógico chamava-se **Bernhard**. Ele nasceu em *Metelen*, no ano de 1622, quando na Europa ocorriam sangrentas batalhas entre católicos e protestantes, na famigerada Guerra dos Trinta Anos. No dia 29 de agosto do ano em que Bernhard nasceu, ocorreu a histórica Batalha de *Fleurus*. (Fig. 324).

Em 29 de agosto de 1622 os terços espanhóis impuseram-se na Batalha de *Fleurus* contra os protestantes do Sacro Império. A batalha ocorreu no âmbito da Guerra dos Trinta Anos, uma luta que acabou levando toda Europa às armas. Nela se disputavam duas formas de entender o mundo, ou seja, duas

Cidadãos Tatauí

civilizações opostas, a sociedade burguesa, capitalista e protestante, contra a sociedade tradicionalista e católica. (LUACES, 2011).

Figura 324 – Batalha de *Fleurus*, 1622



Fonte: Ciruelos (2018)

Em 1862, quando D. Pedro II completava 21 anos de imperador chegou ao Brasil **Bernhard Heinrich Anton Kesterinck** onde se registrou como **Henrique Antônio Kestring**.

Cresci ouvindo José Kesting (tio Zeca) dizer que **Bernhard Heinrich Anton Kesterinck** migrou para o Brasil porque a terra que recebera como herança não era suficiente para extrair dela o sustento de sua família. Essa era a razão maior da migração de muitos alemães desde antes mesmo da independência e se manteve relativamente constante até a década de 1960. O entendimento dessa migração encontra-se, de um lado, nas transformações sócio-político-econômicas por que passava a Alemanha e, do outro, nas excepcionais condições que favoreciam a migração de europeus para o

Brasil. Assim, entre 1824 e 1972, cerca de 260.000 alemães entraram no Brasil. (Fig. 325).

Figura 325 – Migração alemã para o Brasil



Fonte: Petrin (2017)

Desde os tempos de Carlos Magno, o termo “alemão”, que originalmente só se aplicava ao idioma, já não é mais um termo com referência e conotação político-administrativa. Em tal sentido, consideram-se alemães os imigrantes que falavam a língua alemã, através dos conceitos decorrentes do *jus sanguinis*: direito pelo sangue, direito pela herança. Por este conceito classifica-se como “alemão” todo aquele que faz uso das especificidades decorrentes do *jus sanguinis*, independente do País/Estado onde tenha nascido. Provinham dos Estados do Reich, incluindo a Alsácia-Lorena, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Hungria, Romênia, Polônia, Rússia e suas Províncias Bálticas e das regiões que passaram a integrar o Império Austro-Húngaro e imediações. Dessa forma “a nacionalidade configura uma condição humana desvinculada da condição de cidadania”. Se a nacionalidade – que pode ser denominada de *Volkstum* ou etnicidade – é um atributo cultural decorrente do povo, a cidadania decorre das prerrogativas do Estado enquanto unidade político-administrativa autônoma e soberana.

A maioria dos imigrantes de língua alemã instalados no Brasil era originária da Confederação dos Estados Alemães, cuja instituição política tinha atribuições muito limitadas; dispunha-se apenas a decidir sobre os problemas comuns aos Estados que o compunham cabendo a eles a execução das resoluções tomadas pelo poder central, denominado *Bundestag*. Diante

deste complexo mosaico político-administrativo-cultural, os imigrantes originários dos Estados Alemães até 1870, e depois do Reich e do Império Austro-Húngaro eram denominados, no Brasil, “alemães”. As autoridades constituídas usualmente classificavam os imigrantes de acordo com sua procedência, de conformidade com o Estado que lhe fornecia o passaporte ou, ainda, de acordo com o Estado ao qual pertencia o indivíduo ao nascer. (...)

Nas listas elaboradas pelas autoridades brasileiras, os imigrantes eram classificados pelo respectivo “lugar de nascimento” ou pela “naturalidade”. No primeiro item consta a aldeia/cidade de nascimento como, por exemplo, Assbeck, Maukhausen, Höhscheid, Solingen, Südlahn, Mühlheim etc.; no segundo item consta o estado/reino/ducado/país ou similar onde o imigrante nasceu: Prússia, Holanda, Luxemburgo, Baden, Oldemburgo, Bélgica, Baviera, Suíça, Vestfália, Saxônia etc.. (GERTZ, 1994; RAMBO, 1994; WEIMER, 1983; DIÉGUES JÚNIOR, 1980 *apud* JOCHEM, 2002, p. 18-19).

O sobrenome Böger de minha mãe, em respeito à tradição germânica não consta no registro de meu nome. Ele deriva do ofício de pessoas que, na Idade Média confeccionavam, vendiam ou utilizavam arcos com maestria, expertise, destreza ou profissionalismo. (Fig. 326).

Figura 326 – Brasão da família Böger na Alemanha e USA



Fonte: Böger (2013, p. 10)

Há diversos registros históricos desse sobrenome ou de suas variantes. Em 1237, Otto Bogener foi registrado como residente em Augsburg. Em 1287 Marquard Gen. Böger estava vivendo em Schwend perto de Laupsheim e um Böger era fazendeiro em Echterbingen, perto de Stuttgart. (BÖGER, 2013, p. 11).

Em 1237, a cidade de Augsburg, no sul do estado alemão da Baviera, onde vivia Otto Bogener, pertencia ao Sacro Império Romano – Germânico. Ela é a segunda cidade mais antiga da Alemanha. Surgiu de um acampamento militar, implantado no ano 15 antes de Cristo pelo Imperador Romano Augusto. Fazia parte do império estabelecido por Carlos Magno, no ano 800 depois de Cristo e perdurou por toda a Idade Média.

Em 1287, a cidade de Schwend, onde vivia Marquard Gen. Böger, era um aglomerado humano do distrito de Biberach, na região administrativa de Tubinga, estado de Baden-Württemberg. Essa cidade localiza-se 20 quilômetros ao sul de Ulm. Quando Marquard Gen. Böger morava lá, ela ainda pertencia ao Sacro Império Romano – Germânico, sob a dinastia dos von Habsburg. (AUGUSTO, 2017).

Em 1287, a cidade de Echterbingen onde morava um fazendeiro da família Böger, de nome ainda ignoto, pertencia ao distrito de Esslingen, região administrativa de Stuttgart, estado de Baden-Württemberg.

A família Böger que migrou para o Brasil era originária de Hunsrück, região montanhosa do estado da Renânia - Palatinado, a oeste do Rio Reno, no Sudoeste da Alemanha. Em 1870, havia membros dessa família na região de Münster, próximo à fronteira com a Holanda. Ali morava o casal Yohann Wilhelm Böger e Anna Maria Sibbing. Um de seus filhos, Heinrich Böger, nascido no dia 12 de outubro de 1833, tinha 36 anos de idade quando, ainda solteiro decidiu migrar para o Brasil, na companhia de seus futuros sogros Wilhelm Wernke e Catharina Böing.

O motivo principal dessa escolha era, sem dúvida, o convite do Imperador D. Pedro II, que era simpatizante e conhecia bem o povo alemão. De mais a mais, D. Pedro II era casado com Tereza Cristina, imperatriz de origem alemã e que teria destinado terras a preços especiais para colonos alemães na região Sul do Brasil. (BÖGER, 2007, p. 12).

O governo germânico incentivava os alemães a se estabelecerem em outras terras. Em algumas situações, ele chegava a contratar administradores e profissionais liberais para formar colônias no Novo Mundo. Com o surgimento da máquina a vapor e a evolução dos meios de transportes marítimos, houve também uma maior procura pela migração, pois a travessia do Oceano Atlântico estava com suas dificuldades parcialmente resolvidas. Assim, os Kesting e os Böger chegaram ao Brasil com nada além de sua tradição cultural e disposição ao trabalho. Chegavam ao porto do Rio de Janeiro e de lá prosseguiram viagem até o porto da Ilha de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Ali desembarcavam e encaminhavam-se para o núcleo de colonização alemã de Teresópolis, próximo ao atual município de São Bonifácio. (Fig. 327). Como os outros colonos alemães, com incentivo do governo, eles conquistaram pequenas propriedades e algumas cabeças de gado onde e com que se mantinham por conta própria.

A Colônia de Teresópolis havia sido fundada pelo Governo Imperial no dia 3 de julho de 1860, para assentar imigrantes provenientes da Renânia e Westphalia, transportados pela companhia Steinmann. (JOCHM, 2002).

Ainda debilitados da grande travessia marítima e da maratona por picadas na mata virgem, os imigrantes westfalianos, que mais tarde colonizariam o Vale do Braço do Norte, foram instalados na linha colonial Rio Salto, na ex-colônia de Teresópolis, e que hoje é uma comunidade pertencente ao município de Águas Mornas, próximo ao município de Santo Amaro, onde as terras eram totalmente montanhosas, uma

verdadeira serra, pode-se dizer não apropriadas para agricultura e ainda, totalmente, cobertas por florestas. (BUSS, 2007, p. 17).

Figura 327 – Colônia alemã de Teresópolis



Fonte: Mattos (1917 apud Jochem, 2002, p. 44)

Em junho de 1873, homens e moços, todos de origem alemã, pegaram suas ferramentas (machados, foices, picaretas, facões, serrotes e serras) e partiram para o Vale do Braço do Norte. Eles desceram pelo Rio Cubatão, passando por lugares que hoje são cidades. Transpuseram São Bonifácio, São Martinho e Gravatal, para chegarem à atual cidade de Tubarão. De lá subiram o rio até a Barra do Braço do Norte. (BÖGER, 2007, p. 16).

Em São Ludgero, um dos primeiros atos sociais dos colonos westfalianos que migraram de Teresópolis foi a celebração de uma missa. Como não havia, ainda, qualquer estrutura religiosa que fosse, como igreja, capela, casa ou galpão, padre Wilhelm Rohrer celebrou-a à sombra de uma grande figueira. (Fig. 328).

Nessa celebração litúrgica, o missionário alemão utilizou o tempo da homilia para dizer que acreditava no futuro próspero da colônia porque, finalmente, havia-se encontrado

terra boa. Lembrou aos imigrantes que estava solidário na construção da nova vida, mas que, pela imensidão do campo de trabalho, não os acompanharia de perto em sua direção e estruturação. Recomendou que se mantivessem fiéis à língua, à religião e aos costumes que haviam trazido da Alemanha. (Fig. 329 a 331).

Figura 328 - Padre Roher (1873)



Fonte: Buss (2007, p. 21)

Figura 329 – Casa edificada em estilo alemão por meu avô paterno



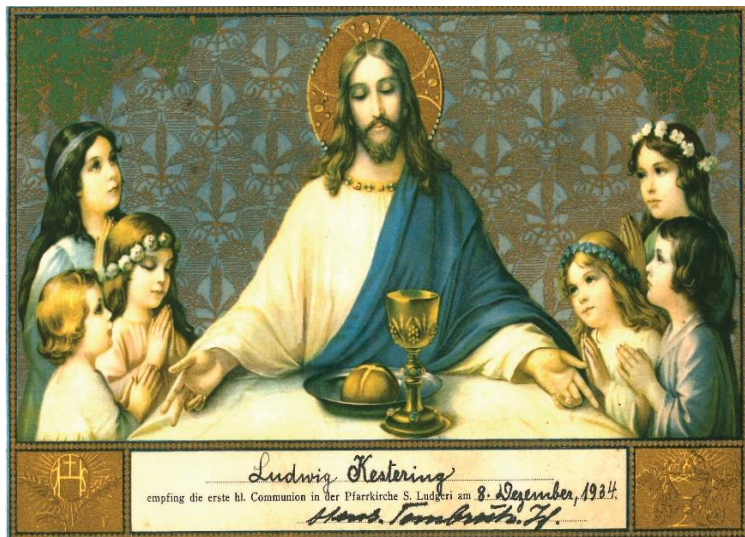
Fonte: Acervo do autor (1974)

Figura 330 – Indulgência, graças e favores conforme tradição



Fonte: Acervo do autor (1941)

Figura 331 – Primeira Eucaristia de Ludwig Kesting, meu pai



Fonte: Acervo do autor (1934)

6.2 O Fogo Massacará - Soares

Concomitante à história que as famílias Kesting e Böger costumavam nas terras do Velho Mundo, no continente ameríndio os nativos da Etnia Massacará teciam a pré-história e a história das cabeceiras do Rio Vaza Barris e a Família Soares, a história do Sertão Rodelense do Submédio São Francisco. Em documentos cartoriais e eclesiásticos encontra-se a amarração filogenética de grande parte da população que hoje habita esses torrões tapuias ou tem plantada neles sua origem.

Assim se comprova a ancestralidade indígena guerreira da Doce Lua cujos encantos a vida propiciou-me conhecer e compartilhar arrebatadora e infinita paixão. Ela nasceu no município de Rodelas, no dia 28 de abril de 1959. É filha de Matias Ribeiro da Silva e Maria Anunciada Soares.

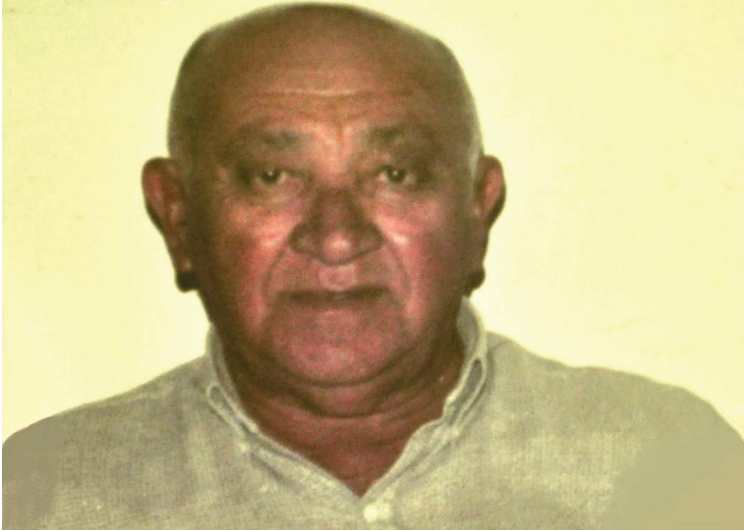
Matias Ribeiro da Silva nasceu em Uauá, no dia 05 de janeiro de 1919, quando ainda não se havia criado a Paróquia e sequer emancipado politicamente a cidade. (Fig. 332). Criou-se a Paróquia São João Batista no dia 23 de maio de 1923, por decreto do Arcebispo Dom Jerônimo Tomé de Sousa quando se nomeou o Padre João do Sacramento como seu primeiro vigário. Emancipou-se politicamente o município por desmembramento de Monte Santo, em 09 de julho de 1926.

A primeira referência histórica que se tem de Uauá data de 1815 quando a Casa da Torre arrendou a terra dos vagalumes a André Gonçalves Batista. Anos mais tarde, transferiu-se o imóvel a Manoel Rabelo de Alcântara. Este, por sua vez, em data incógnita vendeu seu direito de posse ao Coronel Francisco Ribeiro, ancestral do pai de Ducilene.

Uauá foi então vendida ao Coronel Francisco Ribeiro, Filho de Caetano Ribeiro e Simôa Maria Ribeiro, casado com dona

Joana Rodrigues, cujo filho Belarmino José Ribeiro, (...) teve três filhos: Belarmino Ribeiro Filho, Olímpio Ribeiro e Josino Ribeiro (...). (RIBEIRO, 1999, p. 22).

Figura 332 – Matias Ribeiro da Silva



Fonte: Acervo do autor (1989)

Quando o Coronel Francisco Ribeiro começou a residir na Fazenda dos pirilampos, havia intenso intercâmbio comercial entre Monte Santo e Curaçá que então se chamava Pambu. Lá havia um ancoradouro fluvial conhecido regionalmente como Porto de Capim Grosso que se instalara em 1738. No início do Século XIX Curaçá registrava-se como Freguesia de Santo Antônio do Pambu e era administrativamente subordinado à Ouvidoria de Jacobina.

Fala-se que Monte Santo, já município, em cuja área territorial se inseria Uauá, mantinha com Curaçá (...) regular intercâmbio comercial, sendo Uauá o ponto intermediário, de apoio, que servia de pouso para descanso e abastecimento de água dos tropeiros ou pequenos comerciantes (...). Trazia-se de Curaçá

rapadura, batata e requeijão, enquanto Monte Santo mandava feijão, milho, farinha e outros produtos.

A permanente e crescente movimentação daquelas transações comerciais que ali se realizavam deram origem, sob a orientação do prof. Belarmino, à organização da feira livre, exatamente no dia em que, saindo de Curaçá e Monte Santo, os tropeiros realizavam o habitual encontro, ampliando, a cada dia, o volume de compra e venda de mercadorias. De Uauá, havia a oferta de peles de caprinos e de ovinos, requeijão e fibra caroá. (RIBEIRO, 1999, p. 23-24).

Matias Ribeiro da Silva era filho de José Mamede da Silva (Zuza) que, por casar com Maria Edvirges Ribeiro (Mariquinha), filha de Virgínio José Ribeiro e Ana Maria Ribeiro fez-se, por direito, herdeiro na Fazenda Várzea cuja sede situa-se a 12 km de distância ao sul da cidade de Uauá.

Na Fazenda Várzea encontram-se ainda os escombros da residência em que moravam José Mamede da Silva (Zuza) e Maria Edvirges Ribeiro (Mariquinha), assim como as ruínas da casa em que habitavam Virgínio José Ribeiro e Ana Maria Ribeiro. (Fig. 333 a 338).

Figura 333 – Ruínas da casa de José Mamede e Maria Edvirges



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 334 – Restos da casa de José Mamede e Maria Edvirges



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 335 – Restos da casa de José Mamede e Maria Edvirges



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 336 – Escombros da residência de Virgínio José e Ana Maria



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 337 – Restos da residência de Virgínio José e Ana Maria



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 338 – Restos da residência de Virgínio José e Ana Maria



Fonte: Acervo do autor (2019)

José Mamede da Silva nasceu na Fazenda Praça, fronteira à Fazenda Várzea. Era filho de Lázaro Mamede da Silva e Nicácia Maria de Jesus. É consistente a hipótese de que, em sua juventude esse rebento de Lázaro tenha exercido vaqueirama, com zelo ao criatório de Virgínio José Ribeiro. É provável que seu pai, por não se vincular em parentesco com as famílias Gonçalves, Rodrigues e Ribeiro a quem no Século XIX pertenciam as terras de Uauá tenha subsistido no seio delas em condição de escravo. Não se descarta a versão de ter participado da construção do muro de pedra que circunda o velho caldeirão onde ainda hoje se dessedentam as famílias e os animais domésticos daquela herdade. (Fig. 339 e 340). Pela tradição oral, os atuais criadores de gado preservam a memória de que a robusta estrutura de arquitetura vernácula lá conservada erigiu-se com a utilização de mão de obra cativa indígena.

Figura 339 – Muro de pedra em torno do centenário caldeirão



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 340 – Cancela de acesso ao centenário caldeirão de pedra



Fonte: Acervo do autor (2019)

Observe-se que no início do Século XIX, quando a Casa da Torre arrendou o Sítio de Uauá já se havia promovido persistente desarticulação da vida tribal no Brasil. Nas regiões com escassa presença de brancos, como na terra dos pirilampos gestou-se o nativo sem tribo e sem etnia definida que se caracterizou como tapuia, bugre ou caboclo. Nesses lugares, fomentou-se a mestiçagem e utilizou-se intensivamente a mão de obra autóctone.

O projeto do Estado português, através das leis do diretório pombalino, procurou anular a diferenciação das etnias, atingindo diretamente sua cultura e identidade étnica. Impôs a língua portuguesa, proibindo o uso das línguas nativas ou mesmo da língua geral. Obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o nudismo, sobretudo por parte das mulheres. Procurou, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las. (PORTO ALEGRE, 1993, p. 2012).

Durante o período do império quando efetivamente se implantavam as fazendas para criação extensiva de gado em solo uauaense, os índios estavam sendo vítimas de um processo orquestrado de espoliação gradativa e contínua de suas terras. Iniciou-se essa ação com pressões para que se concentrassem os nativos em aldeias e, pela criação de gado ocupassem-se os terrenos que ficassem vagos. Arrazoava-se que os tapuias eram proporcionalmente poucos para a ocupação de extensões relativamente grandes de terra. Expropriaram-se, assim, grandes quantidades de glebas do Território Massacará cujos remanescentes da Etnia Caimbé bravamente resistem ao bombardeio ideológico colonialista, em uma aldeia que se plantou no chão do atual município de Euclides da Cunha.

Atente-se que aos escravos (índios e africanos) que até a Reforma Pombalina não se registravam com sobrenomes, exigiu-se que lhes atribúissem os mesmos de seus

proprietários portugueses. Para evitar que reivindicassem direitos sobre seu patrimônio, muitos portugueses tiveram o cuidado de os assentarem com o seu sobrenome, precedido pela preposição de. Essa relação subordinativa mostrava que o sobrenome do fazendeiro não se dissociava do que se atribuía ao escravo vaqueiro. Antes, pelo contrário, deixava claro que esse continuava propriedade sua. Foi assim que se registraram muitos escravos índios e africanos com sobrenomes **dos Santos, de Sousa, da Silva, de Sá, da Fonseca, da Rocha, de Medeiros, da Costa, de Abreu e de Jesus**. Outros colonizadores não tiveram esse cuidado e assinalaram-nos com seu próprio sobrenome, sem a preposição que caracterizaria tratar-se de propriedade sua.

Observou-se que, na certidão de nascimento de Maria Edvirges Ribeiro (Mariquinha), registrou-se ser ela de cor branca, ratificando sua ancestralidade europeia. Na dita certidão não se fez assento do nome de seu avô paterno. Referente à ancestralidade portuguesa constava apenas o nome de sua avó Severina Ribeiro. Seus avós maternos eram: Honório Ferreira de Abreu e Carolina Maria de Jesus, em clara demonstração da miscigenação física e cultural promovida pelas famílias originárias do Velho Mundo, na convivência com diferentes etnias do Semiárido.


Nas certidões de óbito de Matias Ribeiro da Silva e seu pai José Mamede da Silva consta que a ambos se reconhecia como pardos, em nítida comprovação de sua ancestralidade mestiça ou indígena. (Fig. 341).

O foco descritivo de Caminha incidiu sobre os habitantes dessa terra desconhecida. Em primeiro lugar, atentou em seus rostos: *“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes”*. Em seguida observou: *“Andam nus sem nenhuma cobertura”*, ostentando seus corpos *“com tanta inocência como têm em mostrar o rosto”*. Esses homens pardos, todos nus, *“sem nenhuma coisa*

Cidadãos Tatauí

que lhes cobrisse suas vergonhas”, desconheciam o pudor dos homens brancos. (SILVA, 2010).

Figura 341 - Certidão de Óbito de José Mamédio da Silva


REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
REGISTRO CIVIL

Boat = 896 = 5
8/3/73

ESTADO Da Bahia MUNICIPIO DE Usuí
DISTRITO DE Usuí

ÓBITO (N. 672)

Augusto Cardoso de Andrade
Oficial do Registro Civil desta Comarca de Usuí, Estado da Bahia


CERTIFICO que As fls. 266-vº do livro N. C-3- de registro de óbitos foi lavrado ~~xx~~ o assentamento de José Mamédio da Silva, falecido aos 22 de agosto de 1966 às 11 horas, em à Fazenda Várzea - Mx Usuí xx do sexo masculino e cor branca, profissão lavrador, natural de Usuí-Bahia, domiciliado em à Fazenda Várzea e residente em Fazenda Várzea deste Município de Usuí, com 90 anos de idade, estado civil casado, filho legítimo de Lázaro Mamédio da Silva já falecido e Nicecia Mamédio da Silva já falecida.


Foi declarante Matias Ribeiro de Silva sendo o atestado de óbito firmado por 2 (duas) pessoas idôneas que deu como causa da morte S. A. Médicos O sepultamento do deceus foi feito no cemitério desta cidade de Usuí

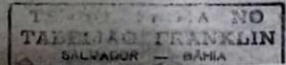
Observações: Registro feito em 6/9/1966 com a Lei em vigor ...

O referido é verdade e dou fe.

Usuí, 19 de março de 1967


O OFICIAL





Fonte: Acervo do autor (2021)

É inegável que, tanto na condição de aliados quanto na de escravos, os nativos do litoral e do sertão participaram do processo de mestiçagem da nação brasileira, intercambiando genes e atributos culturais. No primeiro século do Brasil Colônia, predominaram os cruzamentos entre portugueses e índios. A mestiçagem não era apenas praticada. Ela era estimulada pela Coroa portuguesa porque o mestiço viabilizava a ocupação luso-brasileira do sertão. Os índios participaram de bandeiras, combateram invasores e ajudaram os portugueses até a baterem, aprisionarem e escravizarem nativos insubmissos.

Tal a necessidade de contar com ele, seu pai branco, seu avô acobreado, que o severo jesuíta, dando-se conta dessa indispensabilidade para o Brasil português e católico, abriu e defendeu uma exceção escandalosa para os cânones relativos à família: perdoar os colonos que casados lá no reino, uma vez no Brasil tiveram filhos, com uma e muitas indígenas. (HERNÂNI, 2000, p. 74).

Percebendo a importância da mestiçagem, a Coroa portuguesa incentivava não só o casamento dos homens com as índias, como também, o das mulheres com os varões nativos. É claro que, no incentivo à mestiçagem, desejava padronizar o comportamento silvícola ao dos europeus. Não poucas vezes, porém, os portugueses e as portuguesas aderiam aos costumes indígenas.

Maria Anunciada Soares nasceu em Rodelas, no dia 15 de agosto de 1923. A respeito dela, sabe-se apenas que era filha de Domingos Eloy Soares e Maria Emília Soares. Seus avós paternos eram: Antônio Eloy Soares e Maria Felismina da Fonseca e seus avós maternos, João Soares da Silva e Emília Gomes de Sá. (Fig. 352). O sobrenome de seus avós paternos e maternos, semelhantemente ao de seu marido Matias sugere ancestralidade e relação filogenética com guerreiros Tapuia.

Figura 342 – Maria Anunciada Soares com Ducilene



Fonte: Acervo do autor (1978)

6.3 A Resistência Tamoquim

Importa lembrar que a independência que cremos (queremos) para as terras brasis não se obtém com gritos à margem do fluxo das lutas populares. Conseguem-se alcançá-la pelo conjugar do verbo esperar, no seguir ativamente e sem pestanejar a orientação da Flecha de Fogo, Tatauí, à manjedoura onde se faz humano o Sonho de Vida Plena. Foi à casa de Maria de Carvalho, mãe de Antônio Tamoquim, junto ao Boqueirão do Riacho São Gonçalo que nos conduziu a flecha guia de Sobradinho - BA. Ali, em solo baiano do território Tatauí encontraram guarida e miscigenaram-se com os filhos de Juacema os sonhos libertários dos Böger, Kesting, Massacará (Caimbé) e Soares. Naquele chão, envolta em parques ritos sagrados nativos, nacos de artefatos pré-históricos, retalhos das tradições dos encantados e fragmentos do sistema de comunicação de grupos ancestrais

descobriu-se Maria de Carvalho a afagar o sonho tapuia de um Mundo sem Dor. (Fig. 343 e 344).

Figura 343 – Maria de Carvalho Tamoquim



Fonte: Gunten (1990)

Figura 344 – Maria e seu filho Antônio de Carvalho Tamoquim



Fonte: Acervo de Antônio de Carvalho (2001)

De coração agradecemos à Câmara Municipal pelo reconhecimento de que Ducilene eu chegamos ao lugar certo,

porque ali, fora dos palácios herodianos dos sobrados, sobradinhos e barragens edificadas pelos menestréis do sistema colonizador da Casa da Torre, tiveram guardada nossos sentimentos libertários. A Enivalto Alves de Lima, vulgo Beto Galego, um agradecimento especial pela iniciativa de propor à edilidade honrar-nos com o título de cidadania que me concedeu neste chão da diversidade. Com ele, pela porta magna ingresso oficialmente no estado da Bahia onde secularmente viceja e frutifica o sonho de independência para o Brasil.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sobradinho, Estado da Bahia, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 32 e o Artigo 114 do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Sobradinhense ao Professor Arqueólogo, Filósofo, Ilustríssimo Senhor CELITO KESTERING.

Artigo 2º - A honraria de que trata o artigo anterior será conferida em Sessão Especial a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sobradinho, especialmente para esse fim. (...). (SOBRADINHO – BA, 29/03/2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definem-se identidades pelos atributos. Entende-se por atributo cada uma das propriedades qualitativas ou quantitativas com que se distingue um membro de um conjunto. É uma característica que permite reconhecer-se uma entidade. Atributos que permitem definir identidades coletivas são peculiaridades comuns, perceptíveis nos padrões físicos e na cultura material ou imaterial dos grupos. Um conjunto de indivíduos com atributos comuns constitui, assim, uma identidade coletiva.

Alguns atributos da identidade modificam-se frente às exigências ambientais e relações sociais internas e externas dos grupos. Todo agrupamento orgânico é um sistema aberto. Ele tem dinâmicas próprias que, quando não há restrições ideológicas ou ambientais, por imperativos genéticos promovem trocas gênicas e culturais. As trocas genéticas e os intercâmbios culturais aprimoram as aptidões físicas e a visão de mundo, que revigoram os indivíduos. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais acabam em apropriações biológicas e culturais, tanto pelos remanescentes dos vencidos como pelos dos vencedores. (FERREIRA NETO *in* CARDOSO e VAINFAS, 1997).

As apropriações que ocorrem nos contatos sociais promovem fusão completa dos grupos originalmente diferentes, eliminação de um dos grupos ou até mesmo dos dois, ou ainda, persistência dos dois grupos em um equilíbrio dinâmico, no interior de uma comunidade maior. (BATESON, 1977 *apud* KESTERING, 2007, p. 31).

Pelos estudos de Biologia e Zoologia sabe-se que os grupos de uma mesma espécie precisam estar ligados por cruzamentos. Não havendo compartilhamento genético e cultural com outros grupos, ao longo do tempo os indivíduos definham-se.

Em isolamento geográfico, um grupo de indivíduos pode evoluir para uma subespécie, ainda em condições de cruzamento. Se a barreira que impede a mescla persistir por muito tempo, a tendência da subespécie isolada é transformar-se em outra espécie. Significa isso que, se encontrar populações da espécie original, não se mestiçará mais com elas. (WILSON, 1994). Por ser uma espécie biológica definida, os humanos não trocam *genes* com outras espécies. Eles formam um conjunto genético fechado. Os indivíduos de um grupo não podem, por isso, se desviar muito dos demais porque precisam intercambiar genes com famílias de outros grupos.

A transmissão de atributos físicos e culturais envolve processos diferentes. Os atributos biológicos são transmitidos nas estruturas genéticas do DNA¹⁶ e os culturais, no processo de ensino aprendizagem. Apesar da característica comum da transmissão de atributos genéticos e culturais, as espécies biológicas diferentes não se cruzam e, quando o fazem, produzem descendentes estéreis, enquanto os atributos culturais resultam de cruzamentos férteis de toda espécie. (GALLAY, 1983; BASALLA, 1991).

Grande parte das mudanças nos atributos culturais acontece nas relações pessoais ou grupais. As transmissões de atributos culturais de identidade podem acontecer no cruzamento horizontal de informações, quando indivíduos aprendem de seus contemporâneos; vertical, de seus antecessores ou oblíqua, de outras pessoas mais velhas. Quando as informações são transmitidas verticalmente, de pai para filho, ocorrem pouquíssimas mudanças; quando se cruzam no interior dos grupos sociais, são sutis; quando são transmitidas entre diferentes grupos sociais, elas são radicais

¹⁶ DNA = Ácido Desoxirribonucleico, segundo Wilson (1978), é o material hereditário fundamental de todos os organismos. Os *genes* são compostos de segmentos funcionais das moléculas desse ácido.

e, por isso, facilmente identificáveis. Quando as informações são repassadas de um para muitos, os atributos se propagam rapidamente, produzindo um considerável grau de mudança homogênea; quando a transmissão é feita de muitos para um, como no caso de um conselho de anciãos ou membros de uma geração mais velha, o resultado é também a uniformidade, mas a mudança é pouca. (SHENNAN, 2002).

Na construção das identidades atuam agentes conservadores como a tradição, o poder e a própria estrutura genética que uniformizam e perpetuam padrões de comportamento dos indivíduos e dos grupos. O processo de ensino aprendizagem, que se opera nos intercâmbios culturais, não se reduz a simples cópia de atributos. Nele integram-se estruturas físicas que interagem com os sistemas hormonal e nervoso, herdados geneticamente. Os sistemas nervoso e hormonal são responsáveis pelas relações dos indivíduos com o ambiente e com os outros membros da espécie. O sistema nervoso constitui-se de um conjunto de neurônios que se conecta e transmite mensagens do mundo externo ao cérebro. No cérebro, interpretam-se e assimilam-se as comunicações. Os atributos culturais dos grupos ligam-se, por isso, a coordenações profundas dos genomas dos indivíduos. Enquanto alguns genes regulam respostas adaptativas ao ambiente, outros se responsabilizam pela renovação de metabolismos que mantêm a estrutura do conjunto. (PIAGET, 1996).

Nos intercâmbios com o meio ambiente e com outros grupos, os indivíduos agregam a sua identidade os atributos adquiridos pelo processo de aprendizagem. A assimilação da realidade externa para a produção de conhecimentos depende da estrutura genética dos indivíduos e da estrutura mnemônica do grupo. As estruturas mnemônicas são arquivos de memória pelos quais se reconhecem os traços funcionais essenciais dos objetos e do contexto. Assim, a

capacidade de perceber e reproduzir imagens depende, em última instância, de disposições físicas e de potencialidades desenvolvidas pelos indivíduos, no contexto social e ambiental. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se aquilo que se associa com as estruturas mnemônicas. Por estarem estreitamente relacionadas com a estrutura genética e mnemônica, as manifestações culturais preservam atributos caracterizadores da identidade dos grupos¹⁷.

As estruturas genéticas e mnemônicas transmitem-se de geração em geração e se manifestam nas homologias. Segundo Wilson (1978) “homologia é toda a semelhança entre estruturas anatômicas, processos fisiológicos ou genes idênticos de duas ou mais espécies, decorrente da posse de um antepassado comum”. A constatação da existência de homologias no comportamento animal leva etólogos a defenderem a proposição de que, na passagem de atributos culturais de identidade entre gerações, funcionam processos semelhantes aos fatores que mantêm atributos físicos na herança genética. (LORENZ, 1995). Utiliza-se, por isso, o conceito de homologia para os atributos culturais de identidade que, apesar de apresentarem mudanças ao longo do tempo, mantêm constante uma estrutura com a qual se podem relacionar diferentes grupos a ancestrais comuns.

Como resultado das exigências ambientais e dos cruzamentos físicos e culturais, os grupos contêm um conjunto de atributos que os diferenciam dos outros e um conjunto de marcas que os mantém ligados a ancestrais biológicos ou culturais comuns. Caracteriza-se o fenômeno da manutenção de atributos físicos e culturais ligados à estrutura genética e cultural como inércia filogenética. Entende-se como inércia

¹⁷ Entende-se por estrutura o modo como estão dispostos e se relacionam as partes de um conjunto.

filogenética a manutenção de caracteres de identidade que foram úteis à sobrevivência de um grupo social no passado, porém muitas vezes são inapropriados para as condições ambientais presentes. As culturas e os *genes* têm sistemas de heranças conservadoras que podem não responder instantaneamente às provocações das circunstâncias novas. As pessoas adquirem, dos mais velhos, conhecimentos inadequados para momentos em que estejam ocorrendo mudanças sociais ou ambientais. Os traços culturais não podem, por isso, ser explicados simplesmente em termos de adaptação, porque eles conservam atributos de identidade somente compreensíveis à luz da história. (SHENNAN, 2002). O fenômeno da inércia filogenética no comportamento humano já era constatado e referido por Stuart Mill (1860), quando afirmava que “muitas coisas indiferentes que os humanos originalmente realizavam por algum motivo, continuam a realizá-las por hábito”.

Em mais de quarenta anos de convivência com diferentes culturas, que nos sertões brasis facultou-nos a vida conhecer preservaram-se e fortaleceram-se no Pequeno Céu da Bahia (Celito) e na Doce Lua Massacará (Ducilene) os atributos da identidade dos construtores Kesting e arqueiros Böger, transmitidos genética e culturalmente em mais de 800 anos de história. Na terra em que Dom José Rodrigues pôs-nos como agentes da Teologia da Libertação para, nas lutas solidarizarmos-nos com os nativos sentimentos de independência dos barrageiros desempregados, não nos pusemos a construir sobrados de sustentação dos ideais da Casa da Torre e nem da colossal Barragem que alimenta as eletro-intensivas. Sentimo-nos muito de bem com a vida na busca de artefatos arqueológicos e na construção da identidade Tatauí com que se fortalece a autoestima Tapuia, mormente Tamoquim.

Foi assim que Ducilene e eu redefinimos nossa identidade em mergulho que fizemos no Rio de Lutas da terra onde o séquito menestrel edifica obras escravagistas. No chão da diversidade, adquirimos cicatrizes que hoje, com o reconhecimento da Câmara Municipal ostentamos como medalhas de honra ao mérito. Enchemo-nos de orgulho porque aqui, por mérito e incentivo de Dom José Rodrigues de Souza e da Teologia da Libertação fizemo-nos **cidadãos Tatauí**. Como flechas de fogo, a ela (a Doce Lua) e a mim (o Pequeno Céu) arremessaram os arqueiros da Etnia Böger, nativos das colinas de Hunsrück e os flecheiros das etnias Massacará e Soares, autóctones das cabeceiras do Vaza Barris e das barrancas do Submédio São Francisco. Aqui chegamos para, enquanto Kesting edificar espaços onde se celebra a memória e reforça-se a resistência Tapuia. Orgulhosamente dizemos: **Nossa bisavó era índia. Ela não se rendeu. Foi pega a dente de cachorros** que a Casa da Torre e as empresas colonialistas criam soltos no Vale dos Currais.

A luta continua.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Teresa Katia Alves de. **As quadrilhas juninas e suas transformações culturais nos festivais folclóricos em Boa Vista – Roraima (2001-2011)**. Manaus: UFAM/UFRR, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; SANTOS, Juracy Marques dos (Org.). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Tuxá de Rodelas**. Povos Indígenas do Nordeste. Manaus – AM: UEA Edições, 2010.

ÁLVARO, Vacy. **Energia Eólica: bons ventos em prol da sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <https://webradioagua.pti.org.br>. Acesso: 24 jun 2019.

ARAGUAIA, Mariana. **Tatu-galinha (Dasypus novemcinctus)**. Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/animais/tatu-galinha.htm>. Acesso: 17 dez 2018.

ARQUEANO. Disponível em: <http://www.fgel.uerj.br/dgrg/webdgrg/Timescale/Arqueano.html>. Acesso: 29 ago 2017.

ARQUIVO TG. **Matrinxã-do-são-francisco**. 2015. Disponível: <http://g1.globo.com>. Acesso: 02 jan 2018.

ATTA, Dilza. **A Roda de São Gonçalo na Região do Médio São Francisco, na Bahia**. Sitientibus, Feira de Santana, V.; 1 (2), p. 79-89, janeiro / junho, 1983.

BASALLA, George. **La Evolución de la Tecnología**. Traducción castellana de Jorge Vigil. Barcelona: Crítica, 1991.

BEDRAN, Bia. **De Abóbora Faz Melão**. 2016. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/bia-bedran/303141>. Acesso: 29 jun 2016.

BEZERRA, Juliana. **Jurupari**. 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br>. Acesso: 24 jun 2019.

BILL, Luiz Carlos. **Perdiz da Caatinga**. 2013. Disponível em: <http://www.focadoemvoce.com>. Acesso: 10 fev 2019.

BÖGER, Celestino. **Boas Memórias não têm Preço: de Henrique a Augustinho**. 2013.

_____. **Boas Memórias não têm Preço: Arco e flecha**. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília – DF, 1988.

BRITANICA ESCOLA. **Caititu**. Ministério da Educação – CAPES. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br>. Acesso: 17 dez 2018.

BUSS, Iva. **São Ludgero: seu povo – sua história**. Orleans: Lelo, 2007.

CALDERÓN, Valentin; JÁCOME, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Câncio. **Relatório das Atividades de Campo Realizadas pelo Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Recife: CHESF, 1977.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL - RJ. **Moção de Congratulações**. 23/09/1991

CAMPECHE, Daniela. **Peixes**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em:
<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>. Acesso: 02 jan 2019.

CAPOEIRA. 2016. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Capoeira>. Acesso: 04 jul 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. (Org.). Rio de Janeiro: Campus. 1997.

CARVALHO, Ciro Duarte de; REZENDE, Eduardo Soares de; BROD, Emanuela Reis; VALE, José Alberto Rodrigues do. **Geologia e recursos minerais da folha Bom Jardim - SC.23-X-D-III: estados do Piauí e Bahia**. 2017. Teresina: CPRM, 2017. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br>. Acesso: 02 mar 2019.

CAVALCANTI, Nilton de Brito. **O tatu china da caatinga nordestina**. 2009. Disponível em:
<https://fatosefotosdacaatinga.blogspot.com>. Acesso: 02 jan 2019.

_____. **A raposa da caatinga nordestina**. 2013. Disponível em: <https://fatosefotosdacaatinga.blogspot.com>. Acesso: 02 mar 2019.

CHAVES, Juarez Moraes. **Peixes do Rio São Francisco: a piranha**. 2009. Disponível em:
<http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. **Para onde vai a cidade? Festa junina em Natal/RN**. Vivência. Natal: CCHLA/UFRN, v. 13, p. 39-54, jan/jun, 1999.

CIPRIANI, Rudimar Narciso. **Asa-branca**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 02 jan 2019.

CIRUELOS, Alberto. **Fleurus, 1622 la batalla olvidada**. Disponível em: <https://revistadehistoria.es>. Acesso: 06 nov 2018.

COELHO, Gracilene Eufigênia dos Santos; MARTINS, Thor Gabriel; KESTERING, Celito. Quadrilha de São João. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 167-175.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Pirá-tamanduá: uma espécie de peixe singular**. 2017. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br>. Acesso: 10 fev 2019.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Monitoramento da Codevasf Indica Reparecimento da Espécie Curimatã Pioa no Baixo São Francisco**. Disponível em: <http://www.adalbertogomesnoticias.com.br>. Acesso: 17 dez 2018.

CPRM. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Sobradinho – Bahia**. VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil Vilaverde; CAMPOS, José Cláudio Viégas; BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COUTO, Pedro Antônio de Almeida; BEVENUTI, Sara Maria Pinotti. (Orgs.). Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br>. Acesso: 06 abr 2019.

_____. **Carta Geológica. Folha Petrolina – SC.24-V-C**. Escala 1 / 250.000. Brasília – DF: CPRM, 1997.

CORRÊA, Roberto. Folia de Reis e Reisado. 1950. Disponível em: <http://www.lucianoqueiroz.com/foiadereis.htm>. Acesso: 29 jun 2016.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Revista Nera, Ano 12, Nº 15, julho/dezembro de 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br>. Acesso: 28 dez 2018.

COSTA, Ivoneide de França. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio**. 2007. (Dissertação). Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2007.

CRUZ, Batista. **Viva Rudela: Imagens**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 22 jun 2019.

CUNHA, Lygia Machado. **Bichos do meu Brasil**. 2017. Disponível em: <http://bichosdomeubrasil.blogspot.com>. Acesso: 17 dez 2018.

CURTO E CURIOSO. **Você conhece os seus deuses? A esquecida mitologia brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.curtoecurioso.com>. Acesso: 24 jun 2019.

DINIZ, Irla. **Danças Folclóricas na Educação Física Escolar: xaxado**. 2016. Disponível em: <http://dancanaefe.blogspot.com.br/p/blog-page.html>. Acesso: 28 jun 2016.

ESCUDEIRO, Leo. **Nordeste agora tem uma usina nuclear que flutua sobre o Rio São Francisco**. 2018. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br>. Acesso: 24 jun 2019.

FAUNA DA CAATINGA. **Preá**. 2017. Disponível em: <http://riquezaculturaldacaatinga.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

FERREIRA, Rafael. **Tatu-peba: gosta de salada, mas tem fama macabra**. 2013. Disponível em: <https://www.oeco.org.br>. Acesso: 02 jan 2019.

FLORIO, Clara Pereira; SANTOS, Fábio Isídio dos; OLIVEIRA, Daline Lima de; KESTERING, Celito. Reisado. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 157-166.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE SERRA TALHADA. **A Origem do Xaxado**. Disponível em: <http://fundacaocasadacultura.com.br/site>. Acesso: 28 jun 2016.

FUNDAÇÃO SOS SÃO FRANCISCO. **Estatuto Social**. 2014

GALLAY, Alain. **L'Archéologie demain**. Paris: Pierre Belfond & Montréal, 1983.

GIRARDI, Giovana, **Mascote da Copa do Mundo, tatu-bola está em risco de extinção**. O Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acesso: 02 jan 2019.

GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2011.

_____. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Limites Municipais**. Lei nº 14.090, de 29 de abril de 2019.

GROSSET, Arthur. **Jacucaca: Fotos de Arthur Grosset**. 2019. Disponível em: <https://www.flickr.com>. Acesso: 02 mar 2019.

GUNTEN, Peter Von. **Terra Roubada**. Bern: Cinov Filmproduktion Ag, 1980.

_____. **Terra Prometida**. (Documentário). Berna: CINOV Film Production. 1990.

HAUSE OF NAMES. **Early Origins of the Kaster Family**. 2018. Disponível em: <https://www.houseofnames.com/kaster-family-crest>. Acesso: 19 nov 2018.

HERNÂNI, Donato. **Brasil 5 séculos**. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes. 2000, 421 p.

ICMBIO. **Pato-Mergulhão: embaixador das águas brasileiras**. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso: 02 mar 2019.

JOCHEM, Toni Vidal. **Formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860 – 1910)**. 2002. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Santa Catarina. 2002.

KESTERING, Celito. **Relatório de Construção do Centro Comunitário Antônio Conselheiro em Sobradinho - BA – 1984 a 1986**. ADVENIAT - DE, 1986.

_____. **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho – BA.** 2001. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

_____. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA.** 2007. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Sento Sé – BA.** São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF, 2014.

_____. Dança da Ciranda. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 113-117.

_____. Dança da Saga do Vaqueiro. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 118-124.

_____. **Arqueologia: memória, ciência e poesia.** São Carlos – SP: Pedro e João, 2018.

_____. Dança da Saga do Vaqueiro. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 118-124.

KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Sobradinho e a Luta pela Libertação.** CAMINHAR JUNTOS - Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro. Nº 91, Maio de 1984, p. 1-10.

_____. **Educar na Diversidade para Construir a Identidade de Sobradinho – BA**. Revista Memorare, Tubarão – SC: UNISUL, v. 2, n. 1, 2014, p. 46-71.

KESTERING, Celito (Org.) **Preliminares da Reserva Eco-arqueológica de São Gonçalo, Sobradinho – BA (1993 a 1995)**. Arquivo pessoal.

KESTERING, Celito; BELARMINO, Vanessa da Silva. Dança de Abóbora faz Melão. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 110-112.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr. Relatório Final do Projeto de Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área do Parque Eólico Sobradinho – BA. In: KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva; BEZERRA, Alvandyr (Orgs.). **Anais do I Seminário de Arqueologia de Sobradinho – BA**, p. 11-44. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, 2014.

KESTERING, Celito; CAVALCANTE, Amanda Nunes; ALMEIDA NETA, Maria de Fátima Paes de. **Escavação do Sítio Arqueológico Furna do Caçador, no Município de Sento Sé – BA (I Etapa)**. Revista História e-história. São Paulo: UNICAMP, 2013. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=75>. Acesso: 01 set 2017.

KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva; BEZERRA, Alvandyr. **Anais do II Seminário de Arqueologia de Sobradinho**. (Orgs.). Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, 2015.

KESTERING, Celito; LIMA, Breno Reis Silva; RIBEIRO, Davi Feitosa; MAGALHÃES, Rafael Pereira; MONTEIRO, Maria de Lourdes Oliveira. Roda de Capoeira. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 199-214.

KESTERING, Celito; SALES, Felipe Silva; NEGREIROS, Rafael Barreto Rubens Siqueira; MASCÊDO, Cleilton Damasceno. **Escavação do Sítio Arqueológico Toca do Sobrado, no Município de Sento Sé – BA (I Etapa)**. Revista História e-história. São Paulo: UNICAMP, 2013.

KESTERING, Celito; SILVA, Jaionara Rodrigues Dias da; CHAGAS JÚNIOR, José Nicodemos . **Escavação do Sítio Arqueológico Pedra do Cavalo, no Município de Sento Sé – BA (I Etapa)**. Revista História e-história. São Paulo: UNICAMP, 2013.

KESTERING, Celito; SOUSA, Gizelle Santos de; VIEIRA JÚNIOR, Leonel Brizola; PAES, Leylianny Mara Oliveira. **Escavação do Sítio Arqueológico Pedra Gêmea, no Município de Sento Sé – BA**. Revista História e-história. São Paulo: UNICAMP, 2012.

LEAL, Sérgio. **Codorna do Nordeste**. 2012. Disponível em: <http://avesalagoas.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V, da Bahia ao Nordeste, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LIMA, Flávio César Thadeo de; BRITSKI, Heraldo Antônio. ***Salminus franciscanus*, a new species from the rio São Francisco basin, Brazil (Ostariophysi: Characiformes: Characidae)**. Neotropical ichthyology. Vol. 5, nº. 3, Porto

Alegre, July/Sept. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso: 17 dez 2018.

LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ - 1752 a 1783. (Manuscrito original). Cúria Diocesana de Juazeiro – BA. 2003.

LORENZ, Konrad. **Os Fundamentos da Etologia**. Tradução de Pedro Melo Cruz e Carlos C. Albert, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

LOURENÇO, Andresa Cristina. **Seriema**. MBLOG. 2016. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 18 dez 2018.

LUACES, Pedro Garcia. 1622: Victoria de los tercios españoles en Fleurus. In: **Almanaque de La Historia de Espania**. 2011. Disponível em: <http://blogs.libertaddigital.com>. Acesso: 06 nov 2018.

MANIFESTO DO POVO TUXÁ. **As caravelas passam... Os Tuxá de Rodelas Reafirmam sua Identidade Étnica e seu Pertencimento ao Território Dzorobabé**. 2017. Disponível em: <http://apib.info>. Acesso: 19 mai 2019.

MARINHO, Ana Clara. **Mocó prejudica meio ambiente e história de Noronha**. Viver Noronha, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 17 dez 2018.

MARTINS, Marco Aurélio. Índio capina sua plantação de cebola na Ilha da Viúva, às margens do Rio São Francisco (1955). In: **Pesquisadores em visita à aldeia de Rodelas dos Tuxás (1979)**. Disponível em: <http://anai.org.br>. Acesso: 22 mai 2019.

MELLO, Daniel. **Relato do workshop de fotografia com João Quental na Pousada Paraíso, em Petrópolis – RJ.** 2012.

Disponível em: <https://virtude-ag.com>. Acesso: 02 jan 2019.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Folha de Campo dos Cavalos.**

Escala 1:100.000, 1977.

MORAIS, Antônia. **Nua, Antônia Morais Encarna Índia em Vídeo Clipe.** 2016. Disponível em:

<https://revistaquem.globo.com>. Acesso: 24 jun 2019.

MOREIRA, Ana Paula Dantas. **Fotos Marcantes: Construção da Barragem de Sobradinho.** 2017. Disponível em:

<http://acaopopular.net>. Acesso: 12 mai 2019.

MOURA, Rosicleide Alves. Remanso: a coexistência de tempos / espaços. In: ANPOCS. **Ciências Sociais hoje.** São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1997. Disponível em:

<https://www.google.com>. Acesso: 28 dez 2018.

MUNDO ESTRANHO. **Como se formam os cristais de Quartzo?**

Disponível em:

<https://mundoestranho.abril.com.br/ambiente/como-se-formam-os-cristais-de-quartzo/>. Acesso: 29 ago 2017.

MUSEU VIRTUAL DOS MINI-MUNDOS. **Snow Ball Earth e a evolução da vida multicelular.** 2019. Disponível em:

<http://projectos.est.ipcb.pt>. Acesso: 09 abr 2019.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris.** 1701.

Tradução e comentários de SOBRINHO, Barbosa Lima. São

Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com>. Acesso: 09 jan 2019.

NUNES, Maria Theti. **Garcia d'Ávila**. 2011. Disponível em: <http://taylanalis.blogspot.com>. Acesso: 14 fev 2019.

OITICICA, Luiz Ferreira. **Cultura e Opulência do Brasil** (Fac-símile da edição portuguesa que João Antônio de Andreoni Antonil escreveu em 1711). 1969.

OLIVEIRA, Andréa. **Peixes de água doce do Brasil**. 2018. Centro de Produções Técnicas. Disponível em: <https://www.cpt.com.br>. Acesso: 02 jan 2019.

OLIVEIRA, Márcio Pires de. **Mandaçaia (Melipona mandaçaia)**. 2011. Disponível em: <http://www.meliponarioreidamandacaia.com>. Acesso: 18 dez 2018.

_____. **Cupira (Partamona Cupira)**. 2011. Disponível em: <http://www.meliponarioreidamandacaia.com>. Acesso: 02 jan 2019.

PEREIRA, Maurício. **Mazama gouazoubira**. Disponível em: <https://www.flickr.com>. Acesso: 02 jan 2019.

PERSON, Giselda. **Saguí-de-tufo-branco tem origem da Caatinga e vive em bando**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 02 mar 2019.

PETRIN, Natália. **Imigração Alemã para o Brasil**. 2018. <https://www.estudopratico.com.br/imigracao-alema-para-o-brasil>. Acesso: 08 jan 2018.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PNDPA. **Pacu – Piaractus mesopotamicus**. 2019. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br>. Acesso: 09 fev 2019.

PORTAL DO SÃO FRANCISCO. **Irerê**. 2019. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br>. Acesso: 02 mar 2019.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do Século XVIII: aspectos demográficos da “Cultura de Contato”**. In: DINIZ, E. et al. (Orgs.), p. 195-218. São Paulo: Ciências Sociais Hoje, 1993. ANPOCS/Hucitec, 1993.

PRUVOST, Patrice. **Duopalatinus emarginatus**. Muséum National d'Histoire Naturelle. 2006. Disponível em: <http://fishbase.se>. Acesso: 02 jan 2019.

REVISTA PESCA E COMPANHIA. **Curso Apostila Criação e Cultivo Pintado Surubim Cativeiro**. 2019. Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br>. Acesso: 10 fev 2019.

RIBEIRO, Jerônimo Rodrigues. **Uauá – História e Memórias**. Salvador – BA: Ianamá, 1999.

ROCHA, Cláudio. **Aves da Caatinga – Nambu**. 2014. Disponível em: <http://forrozeirospe.blogspot.com>. Acesso: 02 mar 2019.

RODRIGUES, Vitório. **Zabelê: um animal da caatinga ameaçado de extinção**. 2009. Disponível em: <http://ovagalume.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. **O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem.**

Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz, 1879-80. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1903. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com>. Acesso: 05 jan 2019.

SANTANA, Cristiana de C. S; SANTANA, Hélio Augusto de; SILVA, Virgínia de Cerqueira; SILVA, Gilmar d'Oliveira; SANTANA, Manoel Augusto de. **Levantamento Arqueológico do Empreendimento Linha de Distribuição LD 69 KV: diagnóstico não interventivo.** Senhor do Bonfim: HAS Consultoria Arqueológica e Pesquisa LTDA. 2011.

SANTIAGO, Emerson. **Xaxado.** 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/danca/xaxado>. Acesso: 28 jun 2016.

SANTOS, José Cláudio E. dos; LUZ, Ronald K.; PEDREIRA, Marcelo M.; SATO, Yoshimi. **Reprodução e Larvicultura do Cascudo Preto,** 2008. Disponível em: <https://panoramadaaquicultura.com.br>. Acesso: 17 dez 2018.

SANTOS, Marcos. **Macaco–prego da Caatinga.** 2012. Disponível em: <http://www.imagens.usp.br>. Acesso: 02 mar 2019.

SANTOS, Maria Vanessa dos. **Lobo-guará.** 2019. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br>. Acesso: 02 mar 2019.

SHENNAN, Stephen. **Genes, Memes and Human History: Darwinian Archaeology and Cultural Evolution.** New York: Thames & Hudson, 2002.

SILVA, Amanda Paes Landim; SILVA, Andreiza Oliveira; GIRÓ, Jéssica da Mota Ribeiro; KESTERING, Celito. **Dança da Roda de**

São Gonçalo. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 125-146.

SILVA, Eduardo José da. **Prochilodus argenteus – Curimatã pacu – Peixe do Rio São Francisco**, 2012. Disponível em: <http://peixesmg.blogspot.com/2012/08/peixes.html>. Acesso: 17 dez 2018.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. 2010. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, 2010.

SILVA, João Nilson Alves da. **Geologia da Chapada Diamantina**. 2011. Disponível em: <http://chapadadiamantinaibicoarabaha.blogspot.com>. Acesso: 12 jun 2019.

SILVA JÚNIOR, Joab Silas da. **Estrelas Cadentes**. 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/fisica/o-que-sao-estrelas-cadentes.htm>. Acesso: 09 jul 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Carta-Relatório de Pero Vaz de Caminha**. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso: 23 jul 2019.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela Barragem de Sobradinho**. 1992. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1992.

SOBRADINHO – BA. **Lei Orgânica**, 1990.

_____. **Lei Municipal nº 132/94 - Constitui o Conselho Municipal do Meio Ambiente, define sua composição e competência e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 08 de agosto de 1994.

_____. **Ata da 1ª Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Sobradinho.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 23 de setembro de 1994.

_____. **Convênio de Cooperação Técnico-científica que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Sobradinho e a Fundação Museu do Homem Americano.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 24 de novembro de 1994.

_____. **Lei Municipal nº 142/95 - Cria o Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 30 de janeiro de 1995.

_____. **Lei Municipal nº 143/95 - Cria Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 30 de janeiro de 1995.

_____. **Ata da 3ª Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Sobradinho.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 21 de março de 1995.

_____. **Moção de Apoio e Solidariedade a Celito Kesting e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente.** Câmara Municipal de Sobradinho, 29 de agosto de 1995.

_____. **Memorandum à FUMDHAM.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia 16 de abril de 1999.

_____. **Convênio de Cooperação Técnica e Científica que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Sobradinho e a Fundação Museu do Homem Americano.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia 15 de fevereiro de 2002.

_____. **Convênio de Cooperação Técnica e Científica que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Sobradinho e a Fundação Museu do Homem Americano.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia 15 de fevereiro de 2004.

_____. **Condições Meteorológicas Médias de Sobradinho.** 2019. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com>. Acesso: 24 jun 2019.

_____. **Resolução nº 004/2019 – Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Sobradinhense ao Professor, Arqueólogo, Filósofo, Ilustríssimo Senhor Celito Kesting, por sua imensurável importância para nosso município.** Câmara Municipal de Sobradinho, 29 de março de 2019.

SOUSA, Paula Ravena Pereira de; GONÇALVES, Rafael; BELARMINO, Vanessa da Silva; KESTERING, Celito. Dança do Xaxado. In: KESTERING, Celito (Org.) **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 147-156.

SOUSA, Reiner Gonçalves. **Reformas Pombalinas.** Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/>. Acesso: 30 ago 2017.

SOUZA, Francisco. **Arribaçã Zenaida auriculata (Des Murs, 1847); Fauna do RN**. 2014. Disponível em: <http://faunaefloradorn.blogspot.com>. Acesso: 02 jan 2019.

SOUZA, João Dalton de; TEIXEIRA, Léo Rodrigues; FIGUEIRÔA, Ivo; AZEVEDO, Robério Ribeiro de; BARRAL, Niwton Macêdo; COSTA, Iveraldo V. Gomes da; ANDRADE FILHO, Edgard L.; OLIVEIRA, Rui B. d'Araujo e; LOPES, Jane Nobre. **Projeto Colomi: relatório final. Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia (DNPM – CPRM)**, Superintendência Regional de Salvador, 1979.

SOUZA, José Rodrigues de. **Como vai indo a Paróquia de Sobradinho**. CAMINHAR JUNTOS - Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro. Nº 88, Fevereiro de 1984, p. 13-17.

_____. **Agradecendo o Título de Cidadão de Sobradinho**. Discurso proferido no dia 29/08/1991.

_____. **Carta enviada a representantes da paróquia de Wachtendonk (Alemanha)**, no dia 5 de novembro de 1995.

_____. **Carta a Celito Kesting**, no dia 6 de junho de 2002.

TRIBUNA POPULAR. **D. José recebe título de cidadão**. Juazeiro – BA, 27 de setembro de 1991.

TUXÁ, Eduarda. **Desterro: um poema de afirmação e resistência de Itayná Rany Tuxá**. 2018. Disponível em: <http://aldeialiteraria.blogspot.com>. Acesso: 22 mai 2019.

VIEIRA, Carla Araújo. **Emá**. 2009. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso: 18 dez 2018.

_____. **Capivara**. 2009. Disponível em:
<https://www.infoescola.com>. Acesso: 10 fev 2019.

VILELA, Joana. **Conceito de Estromatólitos**. 2018. Disponível em: <http://know.net>. Acesso: 06 abr 2019.

WALLPAPERS DE CASTELOS. 2018. Disponível em:
<http://www.fundospaisagens.com/wallpapers-de-castelos>.
Acesso: 08 jan 2018.

WILSON, Edward Osborne. **Da Natureza Humana**. Tradução de Geraldo Florsheim e Eduardo D'Ambrósio (1981). São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

WW. **Carta acompanhada de abaixo assinado**. 05 de agosto de 1995.

YOUTUBE. **Belíssima e Sagrada Cultura Tuxá**. 2012. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 22 mai 2019.

_____. **Abelha Moça Branca**. 2017. Disponível em:
<https://www.google.com>. Acesso: 10 fev 2019.

_____. **Cutia (*Dasyprocta aguti*)**. 2019. Disponível em:
<https://www.google.com>. Acesso: 10 fev. 2019.

_____. **Leopardus tigrinus**. 2017. Disponível em:
<https://www.google.com>. Acesso: 02 mar 2019.

Este livro é fruto de um projeto maior, denominado **Rio de Lutas**, desenvolvido por uma equipe interdisciplinar da qual Celito Kesting faz parte. Seu objetivo é duplo: investigar a história e registrar a memória das lutas sociais protagonizadas por diferentes grupos de sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras na região do Submédio São Francisco, entre 1968 e 1994. A proposta é atentar para o que não aparece nas apologias do progresso e do desenvolvimento que predominam nas imagens e narrativas sobre aquele pedaço de Brasil.

Ainda são limitados os conhecimentos disponíveis sobre quem eram esses sujeitos e como suas vidas foram atingidas pelas grandes obras na calha do Rio São Francisco. Conhecemos ainda menos a história de como eles responderam às mudanças e o que resultou de suas ações. Mas, ao valorizar tais experiências somos levados a questionar a hegemonia da memória oficial. As lutas concretas travadas no passado por aqueles homens e mulheres se prolongam no presente, como luta simbólica e política em torno da memória, isto é, dos sentidos de que se recobrem os acontecimentos do passado quando lembrados hoje.

O livro de Celito e outros frutos que virão do **Rio de Lutas** são mais que relatos acadêmicos isentos. São intervenções vivas em lutas que, em formas renovadas persistem.

(EURELINO COELHO, 2023).

ISBN 978-65-265-0267-9



9 786526 502679 >